

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

Leandro Forell

PARTICIPANDO NA CIDADE: Um estudo etnográfico sobre a participação em  
Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS.

Porto Alegre

2014

Leandro Forell

PARTICIPANDO NA CIDADE: Um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Araribóia em Porto Alegre/RS.

Tese de doutorado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, requisito para a obtenção do título de doutor em Ciências do Movimento Humano.

Orientador:

Prof. Dr. Marco Paulo Stigger

Porto Alegre

2014

### CIP - Catalogação na Publicação

Forell, Leandro

PARTICIPANDO NA CIDADE: Um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS. / Leandro Forell. -- 2014.  
180 f.

Orientador: Marco Paulo Stigger.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Políticas Públicas de esporte e Lazer. 2. Parque Ararigbóia. 3. Rituais. 4. Participação. I. Stigger, Marco Paulo, orient. II. Título.

Leandro Forell

PARTICIPANDO NA CIDADE: Um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigóia em Porto Alegre/RS.

Conceito Final:

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Marco Paulo Stigger (Orientador)

---

Profa. Dra. Janice Mazo

---

Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo

---

Profa. Dra. Simone Rechia

Dedico esta tese:

a minha família: Fabiana, Alecsey, Daisy e Marco,  
sem vocês nada teria sentido;

a professora Rosane Maria Kreuzburg Molina, a  
quem tenho eternas admirações, cujo exemplo nos  
ensina a ter pé no chão e a saber voar ao mesmo  
tempo – quem sabe daqui a dez anos me torne um  
doutor.

Ticking away, the moments that make up a dull day/You fritter and waste the hours in an offhand way/ Kicking around on a piece of ground in your home town/ Waiting for someone or something to show you the way/ Tired of lying in the sunshine/Staying home to watch the rain/ You are young, and life is long/ And there is time to kill today/ And then one day, you find/ Ten years have got behind you/ No one told you when to run/ You missed the starting gun// And you run and you run to catch up with the sun/ But it's sinking/ And racing around to come up behind you again/ The sun is the same in a relative way/ But you're older/ Shorter of breath and one day closer to death// Every year is getting shorter/ Never seem to find the time/ Plans that either come to naught/ Or half a page of scribbled lines/ Hanging on in quiet desperation is the English way/ The time has gone, the song is over/ Thought I'd something more to say/ Home, home again/ I like to be here when I can/ When I come home cold and tired/ It's good to warm my bones beside the fire/ Far away, across the field/ The tolling of the iron bell/ Calls the faithful to their knees/ To hear the softly spoken magic spells (Time – Roger Waters)

## AGRADECIMENTOS

Tem gente que diz que agradecimentos em teses são desnecessários, pois as teses ficam engavetadas nas bibliotecas. Nunca concordei com isso, pois, às vezes, li da tese apenas o agradecimento. Em um mundo acadêmico cada vez mais “heterogêneo” e “diverso”, os agradecimentos “servem/significam”, entre outras coisas, para “mostrar a constituição das subjetividades” das pessoas. Estas “disposições para agir” são uma construção em que as “configurações sociais” são bastante importantes. Assim como “algo que é dito como masculinizado não necessariamente o é” e “o lazer pode ser algo sério” estamos sujeitos, a todo momento, a “controvérsias” nesta difícil tarefa de valorizar o “envelhecimento” de nosso conhecimento e seu redimensionamento através da convivência “cotidiana” com a “infância” e as “brincadeiras” do mundo da educação física e do lazer .

É neste sentido que tenho que agradecer, e muito, aos colegas do grupo de pesquisa GESEF, companheiros de caminhada, de descoberta e de aprendizagem. Às vezes tenho muita dificuldade em me embrenhar neste mundo acadêmico e gostaria de dizer que, sem a colaboração de vocês, que pegam na mão da pessoa e a deixam no local certo com as pessoas certas, com certeza esta tese nunca teria sido escrita. Gostaria de agradecer imensamente a Marco Paulo Stigger, Luis Eduardo Cunha Thomassim, Fernando González, Ileana Wenets, Carlos Fabre Miranda, Raquel Silveira, Mauro Miskiw, Ariane Pacheco, Ariane Dias, Marcelo Rampazo, Jaqueline Kempp , Túlio Zambelli, Maitê Freitas.

Geralmente o orientador tem um parágrafo especial no agradecimento, porém coloquei-o junto ao grupo, pois este é o local correto para localizá-lo. No entanto, tenho que reafirmar aqui meus agradecimentos a essa pessoa de coração tão generoso quanto seu conhecimento. A pessoa que admiro cada vez mais incondicionalmente, gosto de ti mesmo quando fazes coisas erradas, nossa intimidade extrapola a relação de orientação. Acho que este sentimento é muito próximo do que algumas pessoas chamam de amor.

Acho importante agradecer também a Marlis Polidori, pelo seu exemplo de vida e por indiretamente deixar nossa vida melhor. Não sabes o bem que fazes para a coletividade.

As pessoas com as quais convivi por mais de dois anos no Parque Ararigóia, em Porto Alegre. Tive um acolhimento inesperado, convivi com pessoas fantásticas e com profissionais exemplares. Em especial ao seu Hervê, seu Maciel, dona Aínda, seu Coronel, Pedrinho, Eduardo, e todos demais professores. Ao Gilmar Tondim, pois sem sua ajuda jamais teria conseguido acesso ao fantástico campo de estudos que tive.

Preciso agradecer a família de minha irmã Fabiana Forell, Ubirajara, Júlia e Gabriela. Cerca de 80% desta tese foi escrita em Lages, na sua casa; sem seu acolhimento e ajuda teria muitas dificuldades em centrar-me e produzir algo tão importante.

A família Mayboroda, cuja confiança depositada em mim sempre superou minha autocrítica. Valentim, Tereza, Caio e Kamila, essa última concunhada, de quem fui colega de aula em uma disciplina na Faced.

A minha mãe, Marli Forell, em sua indelével tarefa de chefiar uma família em que tudo parece ser diferente.

Aos alunos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, que disputavam minha atenção com este estudo e que me ensinaram que a docência universitária é um privilégio. Em especial, a meus orientandos Josiel Moura, Ezequiel Moura, Carla Silva, Evelyn Pereira e Rosangela Schmitt.

Aos colegas da universidade, professores e funcionários calejados pela experiência de construir um sonho em que tudo é possível, mas que ao mesmo tempo tudo se perde com uma mudança de governo. Em especial, aos funcionários Ismael Azambuja, Marta Vasco, Claudio Rosa, Raquel Rufini, Juliana Vargas, Débora Kunchertt, Marisa Rocha e Ananda Mello. Agradeço também a colaboração que tive de meus colegas docentes, os quais sempre foram compreensivos com meu processo de doutoramento, em especial: Sita Mara Lopes Sant'ana, Aline Hernandez, Helena Sardagna, Rodrigo Koch, Arisa Luz, Ana Carolina Martins da Silva, Valquíria Parode, Carolina Gobatto, Martha Narvaz.

Aos professores que ministraram aulas no pós-graduação e que por vezes mudavam minha vida/tese em apenas uma fala. Aos membros das bancas de

qualificação e final, em especial a professora Rosane Molina (a banca desta tese será a minha primeira sem a sua participação).

Aos meus filhos Alecsey, com quem compartilho um dom, Daisy, que sempre me apaixonou, e Marco, que parece que veio para tornar a vida da gente mais feliz, pois nunca nos responde com outro gesto que não um sorriso. A estes, ao mesmo tempo em que agradeço me desculpo, pois para mim, o maior desafio de fazer doutorado não foi ler livros, fazer debates, apresentar seminários ou escrever a tese, minha maior dificuldade era lidar com a situação de estar perto (fisicamente) e ao mesmo tempo longe (em pensamento).

Por fim, gostaria de agradecer imensamente a minha companheira, Fabiana Mayboroda. Tudo começou há 13 anos, quando tomamos a maior decisão de nossas vidas, assumimos as responsabilidades, investimos em coisas que deram errado, comemoramos, e somos felizes juntos, sempre juntos, porque, mesmo que uma viagem de trabalhos nos separe momentaneamente, ao deitar a cabeça no travesseiro toda a noite, sempre estamos juntos. As aprendizagens que tenho tido contigo dariam pra escrever oito teses. Porém, teu senso de justiça e tua capacidade de te relacionares com o mundo me fizeram ser uma pessoa melhor.

## RESUMO

O Presente estudo aborda os processo de implementação e de gestão de políticas públicas de esporte e lazer no Parque Araribóia em Porto Alegre-RS sob a perspectiva da participação da comunidade neste espaço. O objetivo do estudo é compreender como se dá e se mantém a participação da comunidade na gestão das políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas no Parque Araribóia em Porto Alegre-RS, um local considerado pelos gestores como 'exemplar' sob esse aspecto. Utilizou-se referencias teórico-metodológicos da antropologia política e da antropologia da religião. Além disso, foi realizada um trabalho etnográfico, cujo trabalho de campo teve a duração de aproximadamente dois anos (registros em diários de campo, análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas). Os resultados do estudo foram organizados em dois grandes blocos. No primeiro procurou-se descrever os processos de participação vivenciados no parque, o que se dividiu em três momentos: o primeiro discute a constituição histórica do parque enquanto espaço que dialoga com as diferentes noções de participação e de democracia; no segundo discute-se a atual organização do espaço, estabelecida por grupos sociais caracterizados por diferentes capitais simbólicos, esses importantes para as correlações de poder; no terceiro discute-se a gestão do parque na relação entre associação e coordenação municipal, dialogando com noções como gestão gerencial e burocrática. No segundo capítulo procurou-se - a partir das teorias de rituais - interpretar como as pessoas mantém a política e a participação em atividade no parque. Descreve a manutenção a partir de um sistema ritual ao qual reforça ethos e visões de mundo dos participantes. Estes rituais produzem lógicas de representação dos grupos políticos; de legitimação; de solidariedade; e de modelar as percepções da realidade política. Este capítulo descreve três tipos de rituais: os rituais de comensalidade, os rituais que ocorrem nas práticas corporais, e os rituais evidenciados em reuniões. Por fim, a tese conclui que o atual estágio do modelo histórico de políticas de recreação e lazer, quando comparado a outras políticas

promovidas pelo governo federal possui características que qualificam; o processo tais como reconhecimento e qualificação dos professores, salários, estrutura de trabalho e proposta pedagógica descentralizada; mesmo levando em conta seu custo operacional mais elevado. Outra conclusão é de que a apropriação singular de várias mudanças na política da cidade oportunizaram uma aprendizagem comunitária que proporciona as pessoas envolvidas conquistarem avanços em função da representatividade política. Complementarmente, estas aprendizagens são objeto dos rituais de manutenção.

Palavras chave: Políticas Públicas de esporte e Lazer; Parque Ararigbóia; Rituais; Participação

## ABSTRACT

The present article approaches the process of implementation and management of sport and leisure public policies in the Ararigboia Park, in the city of Porto Alegre-RS under the perspective of community participation in that space. The aim of the study is to understand the way in which community participation takes place in the management of public policies of sport and leisure in the park, a place that is considered 'an example' in this aspect. Theoretic-methodological references of Anthropology of politics and religion were used, as well as an ethnographic work with a two-year field work (daily records on a field journal, document analysis and semi-structured interviews). The results of the study were organized in two blocks. In the first, the processes of participation lived in the park were described, being divided in three moments: the first discusses the historical constitution of the park as a space that dialogues with different notions of participation and democracy; the second discusses the current organization of the space, established by social groups characterized by different symbolic capitals, which are important for the correlations of power; the third moment discusses the management of the park in the relation between association and city management, dialoguing with notions such as managerial organization and bureaucratic management. On the second chapter, it was sought – from the theories of ritual – to interpret the ways people keep the politics and participation in park activities. It describes the maintenance from a ritual system that reinforces the ethos and world view of the participants. These rituals produce the logic of representation of the groups; of legitimation; of solidarity; and of remodeling the perceptions of political reality. This chapter describes three kinds of rituals: commensality rituals, rituals that take place on the body practices, and rituals shown in reunions. Finally the thesis concludes that the current stage of the historic model of recreational and leisure policies, when compared to other policies promoted by the federal government, has qualifying characteristics; processes such as recognition and qualification of teachers, salary, work structure and decentralized

pedagogical proposition, even considering its elevated operational cost. Another conclusion is that the singular appropriation of many changes on city politics allowed a community learning that provides people with advances regarding political representativeness. Complementarily, these learnings are object of maintenance rituals.

Key words: sport and leisure public policies; Ararigboia Park; Rituals; Participation

## RESUMEN

El presente estudio discute el proceso de implementación y de gestión de políticas públicas de deporte y ocio en el Parque Ararigbóia en Porto Alegre-RS bajo la perspectiva de la participación de la comunidad en este proceso. El objetivo del estudio es comprender como se da y se mantiene la participación de la comunidad en la gestión de las políticas públicas del deporte y ocio desarrolladas en el Parque Ararigbóia en Porto Alegre-RS. Se utilizó como referencial teórico metodológico los debates de la antropología política y de la antropología de la religión. Además de eso fué realizada una etnografía la cual tubo un trabajo de campo de aproximadamente dos años y que contó con registros pautados por diarios de campo y entrevistas semi estructuradas. Como resultados del estudio, el trabajo fué organizado en dos grandes blocos, donde en el primero se buscó describir los procesos de participación vivenciados en el parque: este se dividió en tres momentos. El primero discute la constitución histórica del parque mientras espacio dialogando con las diferentes nociones de participación y de democracia. En el segundo se discute la actual organización de los espacios por grupos sociales organizados al cual se evidencia capitales simbólicos importantes para la correlación de poder. En el tercero, se discute la gestión del parque en la relación entre asociación y coordinación del parque, dialogando con nociones como gestión gerencial y burocrática. En el segundo capítulo se procuró apartir de las teorías de rituales interpretar del punto de vista simbólico, cómo las personas mantienen la política y la participación en actividad en el parque. Se concluye que existe un sistema ritual que refuerza *ethos* y visiones del mundo constituyendo entre los participantes el poder de representar grupos políticos; de fornecer legitimidad; de construir solidaridad; y de modelar las percepciones de la realidad política. Este capítulo describe tres tipos de rituales: de comensalidad en las prácticas corporales, y en reuniones. Por fin, la tesis concluye que el actual momento del modelo historico de políticas de recreación y ocio, mientras comparado a otras políticas promovidas

por el gobierno federal, es bastante cualificado mismo llevando en cuenta su costo operacional más elevado. Otra conclusión es de que la apropiación singular de varios cambios en la política de la ciudad oportunizaron un aprendizaje comunitaria que proporciona a las personas involucradas avanos en función de la representatividad política. Complementarmente, estas aprendizajes son objeto de los rituales de mantenimiento.

Palabras-claves: políticas públicas de deporte y ocio; Parque Ararigbóia; Rituales; Participación.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Distribuição dos diários de campo por mês.....	53
Tabela 2- Participação nas teorizações sobre democracia .....	76
Tabela 3 - Atuação da coordenação e da associação na gestão do parque .....	97
Tabela 4 - Comparação do modelo do Parque Ararigóia com Programas do Governo Federal .....	155

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto de placa afixada junto ao pórtico de entrada do Parque.....	21
Figura 2- Localização do parque Ararigbóia dentro do tecido urbano da cidade de Porto Alegre .....	78
Figura 3 - Vista aérea do parque.....	78
Figura 4 -Vista aérea do Parque Ararigbóia .....	79
Figura 5 - Pórtico de Entrada do Parque.....	79
Figura 6-esquema da distribuição dos aparelhos.....	80
Figura 7 - Foto do trabalho de perícia relativo a assassinato no Parque Ararigbóia	91
Figura 8 -Fluxograma simplificado das relações de gestão .....	104
Figura 9 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo: leitura de texto escrito antes da morte .....	122
Figura 10 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Jogando cinzas.....	122
Figura 11 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Compartilhando as cinzas para o depósito.....	123
Figura 12 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Circulando ao redor do campo .....	123
Figura 13 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Depositando as cinzas junto as goleiras .....	123
Figura 14 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Cinzas misturadas a grama e a areia do campo de futebol.....	124

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO .....	26
2.1    Situando o Trabalho .....	26
2.2    Balizadores teóricos pensados a partir da antropologia política.....	36
2.3    Procedimentos Metodológicos .....	49
3. A PARTICIPAÇÃO NO PARQUE: APROPRIAÇÃO HISTÓRICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER .....	56
3.1    A constituição do parque enquanto lugar de participação .....	56
3.2    O Parque Ararigbóia.....	77
3.3    A Gestão do Parque .....	95
4. OS RITUAIS DE PARTICIPAÇÃO NO PARQUE ARARIGBÓIA .....	120
4.1    Rituais de Comensalidade.....	126
4.2    Rituais em praticas corporais .....	137
4.3    Reuniões de gestão como rituais .....	148
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	154
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	164
7. APÊNDICES .....	178

## 1. INTRODUÇÃO

Era um velho que pescava sozinho num esquife na Corrente do Golfo, e saíra havia já por oitenta e quatro dias sem apanhar um peixe. O velho era magro e seco, com profundas rugas na parte de trás do pescoço. As manchas castanhas do benigno cancro da pele que o sol provoca ao refletir-se no mar dos trópicos viam-se-lhe no rosto. As manchas iam pelos lados da cara abaixo, e as mãos dele tinham as cicatrizes profundamente sulcadas, que o manejo das linhas com peixe graúdo dá. Mas nenhuma destas cicatrizes era recente. Eram antigas como erosões num deserto sem peixes. Tudo nele e dele era velho, menos os olhos, que eram da cor do mar e alegres e não vencidos (Ernest Hemingway, em “O Velho e o Mar”).

Desde o projeto de qualificação, venho trabalhando com a ideia que pesquisar é fazer uma pescaria, cuja rede e o mar são a metodologia e os dados empíricos na construção do conhecimento. Pois bem, a história do velho de Hemingway nos mostra o quão imprevisível pode ser uma pescaria. Muitas coisas ganham-se e se perdem, mas os olhos da cor do mar são alegres e não vencidos e é por eles que registramos informações que nos possibilitam contar histórias de uma pescaria.

Quando saí para a minha pesca, achava que estava preparado para tudo: vento forte, peixe mal educado e até mesmo para tempestades. O que não contava é que logo na primeira ilha em que desembarco, encontro um lugar especial para pescar. Não era nenhuma ilha desconhecida ou longínqua, era uma ilha ao lado do continente, onde muitas pessoas já passaram e onde me estabeleci. Em um primeiro momento, procurei outros lugares para pescar, mas nenhum se comparava à grandiosidade e à beleza daquela praia naquela ilha.

Mas, essa praia já era habitada e não cabia a mim ser dono do ponto de pesca. Interessei-me mais em compreender como aquelas pessoas pescavam e, a partir daí, passei a ser pescador de pescaria.

\* \* \*

Partindo do princípio de que cada pessoa, com seus olhos, pode ver um mundo diferente, esta tese procurou pesquisar a participação<sup>1</sup> das pessoas reunidas comunitariamente. Por esses olhos, foram identificados rituais e os legados sociais proporcionados pela promoção/apropriação de um conjunto de políticas públicas da/na cidade de Porto Alegre ao longo da história. Promover/apropriar é uma dubiedade, uma lógica dialética, em que, ao mesmo tempo em que sempre houve promoções de políticas públicas por parte do Estado, sempre houve uma apropriação particular dessa comunidade<sup>2</sup> interferindo nas práticas e modificando a política implementada. De uma forma um pouco simplista, é possível dizer que esta tese é um registro analítico de fatos que são produto da história das interações sociais internas e externas, e são fruto dos olhos e da reflexão de uma pessoa que, ajudada por diversas interações ao longo de sua vida, foi capaz de produzir algumas interpretações que serão colocadas à prova com ao término deste trabalho.

O objeto inicial desta etnografia era a gestão do parque. Esse objeto se justificava pela minha trajetória de pesquisa e pelo crescente interesse que tive, após a conclusão do mestrado, em compreender as relações entre o macro e o micro e entre o Estado e a Sociedade. Por ter sido gestor municipal de esporte e lazer em Novo Hamburgo/RS, entre os anos de 2005 e 2006, convivi com narrativas apressadas sobre os políticos e sobre as políticas. Esses discursos sempre me constrangeram bastante. Digo isso, pois, ao contrário do que circula no senso comum, eu como gestor, não tinha poder de fazer o que queria. Minha prática de gestão se dava a partir do diálogo e do tensionamento de uma série de atores políticos que não faziam parte do poder executivo, ou seja, em minha experiência de gestão, a permanência no cargo estava diretamente ligada à capacidade de circular por estes espaços, construindo acordos e consensos. Logo esta tese parte do

---

<sup>1</sup> Ao longo da tese e do trabalho de campo, a noção de participação possui sentido polissêmico; por outro lado, os referenciais teóricos abordam muitos tipos de participação que vão desde a pedagogia até a economia. Escolhi utilizar este a partir da lógica de campo, assim, participação é algo compreendido como envolvimento, como algo contributivo e que se relaciona a diversas esferas de atuação que vão desde a participação nas grandes políticas até uma frase motivadora no meio de uma aula.

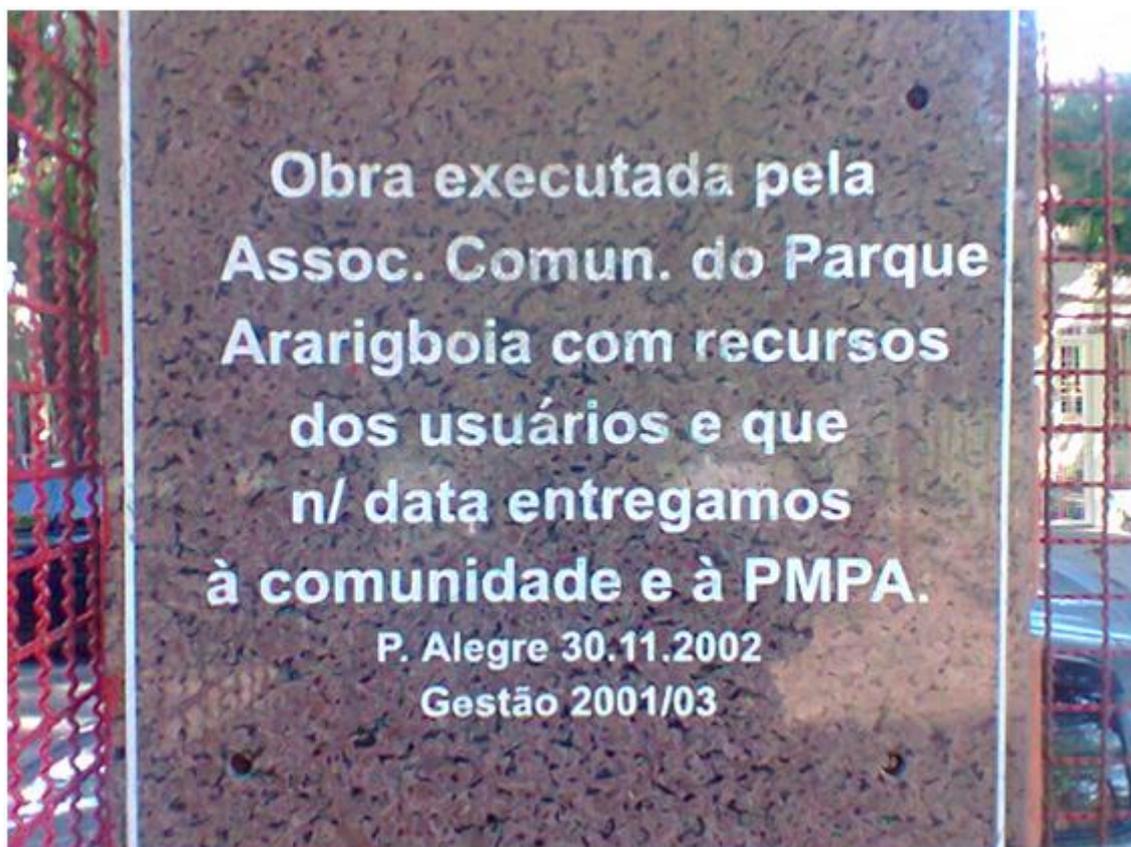
<sup>2</sup> A noção de comunidade operada na tese não se limita apenas aos moradores próximos do parque, mas sim as pessoas que fazem parte da vida no parque. Senso assim, não é o caráter geográfico que define quem faz ou não parte da comunidade

princípio de que a noção de política pública não está relacionada somente à política Estatal, tendo em vista que há uma relação dialética entre sociedade e Estado.

Logo, para fazer esta pesquisa, precisaria encontrar um lugar onde fosse explícita essa relação Sociedade e Estado no âmbito da gestão. Com o passar do tempo, fui interagindo com algumas pessoas, na cidade de Porto Alegre, ligadas à política pública local. Elas me apontaram o Parque Ararigbóia como um espaço potencial de estudos, onde essas relações poderiam estar presentes. Com o passar do tempo e a interação com as pessoas do parque, percebi que aquele era um excelente espaço para o estudo: havia uma comunidade envolvida com a política há cerca de trinta anos e uma série de situações, que serão descritas neste trabalho, que demonstram a capacidade desse lugar em produzir fatos relacionados ao estudo da gestão no Parque Ararigbóia. Por outro lado, olhando a partir do ponto de vista das pessoas com as quais me relacionei no campo, percebi que era necessário fazer duas pequenas correções no objeto de pesquisa: em vez de estudar a gestão, me propunha agora a estudar a participação das pessoas do parque nos processos de gestão; e deveria repensar a problemática da gestão.

A primeira mudança se justifica pelo fato de compreender que existe uma quantidade de discursos circulantes bem como uma lógica cultural que caracteriza o processo de participação como um fato social total (MAUSS, 2003). Ou seja, a noção de participação está sempre presente quando se fala em práticas esportivas, práticas de lazer, em gestão do parque, em festas de aniversário, enfim esta noção está constituída como amálgama da cultura do parque. Penso que a fotografia que segue ilustra um pouco deste espírito:

Figura 1 - Foto de placa afixada junto ao pórtico de entrada do Parque



Fonte: Diário de campo 12/03/2012.

A segunda é um redimensionamento da própria noção de gestão, pois antes me preocupava com elementos básicos de gestão pública, tais como o processo de tomada de decisão, o controle social, a economicidade e a razoabilidade. Com o passar do tempo, vi que esses elementos são importantes para se discutir gestão, mas que as decisões tomadas no final de um processo também são resultado de um caminho em que coisas tidas como menores são muito importantes. Um bom exemplo dessas coisas menores é o que se discute no churrasco, no intervalo de uma aula e nas pequenas reuniões feitas por duas ou três pessoas no canto da quadra.

Essa participação na gestão já foi foco de outros trabalhos importantes no campo da educação física. Penso que a leitura e a comparação desta tese com eles possa ser importante para ratificar duas coisas: (a) este não é o primeiro trabalho a tratar da temática neste espao, e (b) ele procura olhar para a temática a partir de um outro olhar em um outro momento. Penso ser importante referir duas pesquisas. Embora elas estejam distantes cronologicamente, aproximam-se por dois principais

motivos, o primeiro é o objeto de pesquisa e o segundo se relaciona com a profundidade das análises.

O primeiro trabalho é de Stigger (1992), que procura compreender o papel da democracia e da participação na gestão de parques públicos na cidade de Porto Alegre. A principal contribuição deste trabalho é que há certa denúncia sobre a discrepância entre os discursos da gestão petista da época e as práticas de participação. Embora a noção de cidadania e de participação estivesse presente na fala dos gestores, esta não se materializava sob o ponto de vista das decisões mais fortes relacionadas às mudanças nas políticas. De certa forma, minha tese vem na esteira deste trabalho, pois a ideia central é compreender esta participação de uma maneira minuciosa. É a partir dessas considerações que a etnografia surge como possibilidade de um olhar mais denso e menos normativo.

A normatividade do trabalho de Stigger (1992) é latente, ou seja, o autor parte de um pressuposto que a participação cidadã se dá a partir de algumas situações e verifica em que medida estas situações ocorrem. Meu trabalho, embora seja muito próximo deste, se diferencia ao procurar compreender, a partir de uma descrição densa (GEERTZ, 1989), os significados da participação a partir do ponto de vista das pessoas que participam desse processo. Talvez a pergunta a ser feita aos interlocutores, nesse trabalho de 1992, devesse ser: o que você compreende como participação? Por outro lado, é impossível pensar na feitura de meu trabalho sem a existência desse referencial, para mim é muito claro que esta tese está situada em uma tradição de pesquisa que procura discutir elementos retóricos da gestão pública, vista por um olhar questionador no confronto com uma teoria social oriunda do campo da antropologia.

O segundo trabalho que gostaria de referenciar é o trabalho da professora Silvia Amaral (2003). Nele pode-se perceber uma referência muito forte à relação entre a participação e as gestões petistas. Levando em conta que em 2003 já havia se passado 14 anos de administração popular e que esta gestão perderia a prefeitura na eleição de 2004, é possível dizer que o trabalho de Silvia Amaral já havia acumulado um período maior de assentamento de uma mudança política com relação a participação da população. O Orçamento Participativo estava funcionando

com maior efetividade<sup>3</sup>. Havia, no imaginário da população, um reconhecimento maior desse processo de participação, logo, uma visão mais otimista é bastante presente na pesquisa de Amaral, além disso, a pesquisa em vários momentos acaba fazendo certa defesa da administração popular. O trabalho sustenta que a participação se constitui como uma aprendizagem e que, com o passar dos anos de administração petista, parte da população passou a compreender a coletividade como bem maior e as tomadas de decisões deixaram de ser estabelecidas por interesses clientelistas, tornando o processo mais democrático e promotor de cidadania. Embora o trabalho faça defesa da gestão, não o faz em tom ufanista, terminando a tese da seguinte forma: “Os avanços denotam um caminho já andado e os paradoxos precisam ser superados para o estabelecimento de novas bases de relacionamento entre sociedade civil e poder público, na qual a participação cidadã não sirva apenas como utopia” (AMARAL, 2003, p.163).

Penso que a grande diferença entre a tese que estou escrevendo e a de Silvia Amaral seja a construção de uma narrativa da parte ao todo. Ao optar por uma perspectiva teórica marxista, a autora está preocupada em compreender os processos sociais à luz das grandes teorias macrossociais. Dessa forma, detalhes que são muito importantes no caso agora estudado passam a ser insignificantes naquele tipo de narrativa, uma vez que são apenas contradições produzidas dentro do sistema capitalista. O que gostaria de advogar é que estas pequenas coisas, sob o ponto de vista nativo, não são detalhes, por exemplo: quando o corte da carne que será servida no churrasco para os trabalhadores da manutenção é debatido levando em conta seu mérito pela boa execução do trabalho. Não é apenas um churrasco, é um churrasco de costela gorda. Eles merecem isso, pois nos ajudam a manter o patrimônio, que é Parque Ararigbóia. Essa costela gorda ajuda o parque a ter uma colaboração constante destes funcionários, proporcionando aos usuários um serviço mais qualificado.

É assim que urge a necessidade de um olhar para a participação, com diferentes interesses e diferentes tipos de relações que, de uma forma ou de outra, constituem nos indivíduos aprendizagens culturais que proporcionam a gestão das

---

<sup>3</sup> Segundo Fedozzi (2007) há um crescente aumento do número de pessoas envolvidas pelo Orçamento Participativo. Farei referência apenas aos anos das publicações iniciais e finais da pesquisa: 1990, 628 participantes; 1992, 6168 participantes; 2003, 14985 participantes; 2006, 11536 participantes.

relações que descreverei nesta tese. Sendo assim, ao assumir a noção de participação como centro do trabalho, não excluo as dimensões de gestão pública e de políticas públicas de Esporte e Lazer, apenas reitero que, no espaço estudado, a gestão só se faz com a participação. Feitas estas considerações, proponho o seguinte problema de pesquisa:

**Como se dá e se mantém a participação da comunidade na gestão das políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas no Parque Ararigóia, em Porto Alegre-RS?**

Para tanto elegi as seguintes perguntas de pesquisa:

Como se organizam as atividades no Parque Ararigóia?

Como se dá a participação das pessoas nessas atividades?

Quais são as implicações da participação para a gestão do parque?

Quais são as lógicas culturais que fazem com que essa participação singular aconteça?

A organização deste trabalho se deu em cinco seções, nas quais procurarei responder ao problema de pesquisa bem como as perguntas de pesquisa. Na primeira seção, procuro fazer um debate teórico-metodológico a respeito das questões relativas à pesquisa. A ideia aqui não é fazer um estado da arte sobre as temáticas propostas, mas sim elaborar um texto que ajude o leitor a se localizar no estudo, compreendendo a problemática proposta.

Na segunda seção, realizo uma descrição metodológica dos procedimentos adotados. Não realizo aqui um debate sobre a etnografia, pois a compreendo como mais que uma metodologia, compreendo-a como uma forma de pensar a pesquisa, logo reflexões acerca da etnografia estarão no capítulo anterior, em que descrevo o processo teórico metodológico. Este está dividido em duas partes, em que, na primeira, realizo considerações sobre a antropologia política, e, na segunda, descrevo os processos metodológicos realizados na pesquisa.

Na terceira seção, abordo questões relativas à organização espacial, pensando na articulação desse espaço com a urbanidade, bem como das disposições dos aparelhos, suas apropriações pelos grupos sociais e seus conflitos. Além disso, procuro discutir a relação desta participação com a gestão do parque,

compreendendo as questões do cotidiano como fundamentais nos processos de mudança e manutenção das tomadas de decisão. Exploro, também, o processo de cogestão bem como a interação entre os funcionários públicos e as pessoas da comunidade neste processo. A pretensão deste capítulo é discutir esta gestão à luz das teorias circulantes sobre democracia e participação, bem como descrever o *locus* do estudo.

Na quarta seção, procuro discutir a noção de participação nas práticas dentro parque. Procuo utilizar, neste momento, o referencial teórico da antropologia política e suas interfaces com a antropologia da religião. Pretendo compreender essas práticas como rituais de constituição de *ethos* e visões de mundo deste espaço. Aqui, procurarei descrever três tipos de rituais: rituais de comensalidade, rituais durante as atividades de lazer e rituais em reuniões. Este capítulo pretende explicar as formas de manutenção e reinvenção dos processos de participação descritos na seção anterior.

Nas considerações finais, procuro abordar uma análise comparativa deste modelo, fazendo reflexões sobre seus potenciais e problemas. Além disso, procuro apontar para inquietações não respondidas na tese e que poderão ser, futuramente, exploradas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

### 2.1 Situando o Trabalho

Em um primeiro ponto de vista, fazer uma etnografia em políticas públicas de esporte e lazer me pareceu uma coisa familiar, e até certo ponto fácil, tendo em vista que minha experiência com esses dois elementos temáticos era fruto de meu investimento intelectual nesses últimos dez anos de trabalho e de pesquisa. Fui diretor de desporto de Novo Hamburgo, em 2005 e parte de 2006, além de ter atuado na gestão de programas por mais alguns anos, e venho estudando sobre etnografia desde 2006. No entanto, como quase sempre as certezas têm prazo de validade, as dificuldades do ponto de vista da concretização da etnografia e do trabalho de campo já eram conhecidas por mim, mas de certa forma menosprezadas, escolhi fazer uma etnografia em um lugar dito perfeito, tendo em vistas as narrativas sobre o mesmo. E lugares perfeitos não estão na esquina da casa da gente.

Por outro lado, a “não recusa etnográfica” (FONSECA, 2006), em um primeiro momento, potencializou o trabalho de campo, pois oportunizou ver práticas das quais só ouvia falar, bem como mostrou um legado de gente fazendo de sua vida e de seu lugar uma prática coletiva com diversas contradições, mas efetivamente qualificada com relação à quantidade e à qualidade de atividades ofertadas. O contraponto do uso da etnografia se dá em ser, ao mesmo tempo algo, já tradicional em estudos da área de humanidades, mas que possui difícil diálogo, por diversos motivos, no campo específico de estudos de políticas públicas de esporte e lazer. O uso da etnografia na Educação Física não é uma novidade, pelo menos desde a década de 1990 já existem estudos etnográficos. Por outro lado, não são estudos que tematizam a política pública, em alguns momentos utilizam espaços da política pública (projetos sociais, parques, sistema educacional) para estudar seus objetos

específicos (infância, socialização, gênero). Neste sentido, estudar ‘as’ políticas e não ‘nas’ políticas tem acarretado uma dificuldade de diálogo dentro da área.

Não seria de se espantar se pesquisadores que utilizam etnografia classificassem este objeto como não etnográfico, pois discutir elementos macrossociais como o Estado e algumas políticas como decorrentes deste não é habitual neste tipo de pesquisa. Também não seria de se estranhar se pesquisadores do campo de estudos das políticas públicas de esporte e lazer classificassem este trabalho como casuístico, sendo que a complexidade descrita não se encaixa na forma analítica que as grandes teorias produzem.

Penso que uma das grandes dificuldades é compreender a etnografia apenas como um método de pesquisa, ou seja, uma forma de construir dados empíricos suficientemente perspicazes para persuadir os leitores que as interpretações e teorias produzidas são convincentes. Sim, a etnografia tem uma faceta metodológica, ou seja, nos ensina a partir de uma tradição de pesquisa estratégias de inserção, de registro e de produção de informações. Mas, a etnografia, principalmente a vertente simbólica, na qual estou submerso, apresenta outra faceta, a epistemológica, a qual procura compreender os fenômenos da parte ao todo. O que quero dizer aqui é que a etnografia se transforma em uma forma de pensar a produção do conhecimento, bem como de uma postura ética com relação ao conhecimento produzido pelas pessoas estudadas.

Quando se analisa a produção de conhecimento em qualquer área, muitos recortes podem ser feitos e esses recortes nunca são neutros. Em políticas públicas de esporte e lazer, podem-se ver vários tipos de análise, dependendo dos pressupostos epistemológicos com os quais os pesquisadores estão associados. Uma primeira tentativa de recorte está relacionada ao coletivo de pesquisadores marxistas que procura demarcar a área como um espaço de pesquisa de temas importantes para si, tais como: cidadania, controle social, debate orçamentário (HÚNGARO e col; 2009). Interessante é que o posicionamento epistemológico aponta para uma primazia do objeto em relação o sujeito investigador:

O sujeito investigador e o objeto investigado constituem uma relação e são determinados historicamente, mas há uma primazia do objeto, que determina as categorias de análise, em virtude das especificidades. O exercício do sujeito investigador é o de manter a “máxima fidelidade ao Objeto” (HÚNGARO e col, 2009; p. 101-102).

Embora se aponte para uma posição epistemológica em que se procura dar centralidade ao objeto de pesquisa em relação aos interesses do pesquisador, há, na tradição marxiana, uma série de pressupostos teóricos elencados *a priori* e estes são constituídos na formação dos pesquisadores que, por sua vez, interferem em muitas coisas. Destas gostaria de discutir apenas duas: a escolha dos objetos de pesquisa e a utilização de teorias estruturais para a explicação da realidade.

Não podemos deixar de considerar que o posicionamento dos pesquisadores marxistas está centrado na transformação da sociedade e que os mesmos possuem uma influência significativa sobre o campo de estudos. Há, sob o ponto de vista desta vertente, uma análise inicial de que a sociedade capitalista está dividida em classes e que estas possuem uma série de assimetrias e desigualdades que precisam ser superadas com a instalação de outro sistema, no caso o socialismo. Além disso, a relação entre capital e trabalho é definidora dos tipos de interação social e, por consequência, se estende a toda a sociedade, uma vez que o trabalho é uma condição ontológica à natureza humana.

Por considerar que a escolha dos objetos de pesquisa não é algo aleatório nem neutro, compreendo que estes pressupostos são definidores do que é um bom ou ruim objeto de pesquisa. Um bom objeto deve demonstrar as contradições do sistema e ter capacidade de dialogar com problemáticas relacionadas à análise estrutural do atual estágio do capitalismo. As análises marxistas sobre o campo de produção de conhecimento são sempre pautadas por pressupostos teóricos *a priori*.

A segunda questão a se levantar é que, por mais que se diga que o objeto tem primazia em relação ao pesquisador, a escolha deste a partir de pressupostos da tradição marxista impõe a utilização do método marxiano. Para estes, a qualidade da análise se constitui a partir da capacidade dos autores em fazer uma apropriação adequada das obras dos autores marxistas.

No cerne deste modelo está a suposição de que virtualmente tudo o que nós estudamos já foi afetado ("penetrado") pelo sistema mundial capitalista e que, portanto, a maior parte daquilo que nós vemos nos nossos trabalhos de campo e descrevemos nas nossas monografias tem de ser entendida como tendo sido formada em resposta a esse sistema. Talvez isto seja verdade para camponeses europeus mas, mesmo nesse caso, é preferível ao menos deixar a questão em aberto. Quando nós nos afastamos do "centro", contudo, o pressuposto torna-se de fato muito problemático. Uma sociedade, mesmo uma aldeia, tem sua própria estrutura e sua história, e isto também deveria fazer parte da análise tanto quanto as suas relações

com o contexto mais abrangente no qual ela opera (ORTNER, 2011; p. 438).

Já Amaral e Pereira (2009), em outra direção, apontam para uma carência de trabalhos que discutam a noção de Arena Política entendida da seguinte forma: “arena política pode ser interpretado como o campo de forças, debates e desafios que se configuram a partir de interesses antagônicos entre os sujeitos sociais que compõem o campo da política” (AMARAL e PEREIRA, 2009; p.40). Essa dimensão de análise das políticas públicas possui uma grande normatividade no sentido de apontar, a partir de concepções teóricas, para procedimentos menos ou mais desejáveis. No caso, as autoras discorrem sobre a diferença entre uma política de Estado e uma política de Governo no sentido de apontar para a constituição de uma esfera pública como espaço de exercício de poder e de jogo político.

Essa perspectiva de classificação da produção aponta para a importância de determinado tipo de pesquisas, e está contemplada fortemente pelas teorias de mudanças das políticas debatidas no âmbito da produção sociológica em políticas públicas. Embora tenha estudado estas teorias, utilizado em meu projeto de pesquisa e publicado algumas reflexões sobre elas em um evento (FORELL, 2012), elas não tornaram operacionais do ponto de vista da análise etnográfica. Porém, há de se refletir sobre a pertinência desses modelos teóricos que vêem a política como um subsistema da sociedade com a qual interage (SABTIER, 2007), ou então a política como uma disputa de correntes em que, em função de determinadas janelas de oportunidades, determinada corrente se torna hegemônica ou não (ZACHARIADIS, 2007).

Uma terceira análise sobre a produção em políticas públicas de esporte e lazer apoia-se no referencial teórico de Pierre Bourdieu, utilizando a teoria do campo, procurando demonstrar a lógica de disputa:

Podemos falar hoje de um espaço social, constituído por agentes, que disputam a notoriedade científica na área de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Os melhores posicionados no subcampo, e que mais consistentemente incorporam as regras e os hábitos têm uma tendência a dominar o jogo (STAREPRAVO, 2011; p.168).

Starepravo (2011) faz uma opção pela análise de produção do conhecimento do campo a partir dos atores e, conseqüentemente, suas posições teóricas:

Em termos finais, pode-se dizer, com base no material pesquisado, que o subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer comporta hoje estruturas, agentes e instituições, que travam uma luta concorrencial pelo prestígio acadêmico na área, reconhecimento interno e externo. Para isso, munem-se de capital, especialmente político, para galgar posições de destaque no espaço social. Por outro lado, o peso científico do subcampo ainda é pequeno, com fronteiras mal definidas, pobreza conceitual e teórica. O alargamento do subcampo, consubstanciado no aumento quantitativo de agentes e produções, pode sugerir uma futura melhora qualitativa em termos científicos no subcampo, o que vai depender das futuras posições e jogadas dos agentes nele inseridos (STAREPRAVO, 2011; p.172-173).

Para Starepravo (2011), os pesquisadores alinhados ao referencial teórico marxista possuem hegemonia no subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer na Educação Física brasileira. Essa hegemonia se consolida internamente, com uma quantidade de trabalhos publicados, principalmente em eventos, e também externamente, uma vez que pesquisadores alinhados com esse referencial teórico são influentes, chegando a ocupar espaços inclusive no Ministério do Esporte.

A opção pela etnografia e a escolha de um referencial teórico que possui aproximações com a antropologia torna esta tese marginal, pois não discute a partir de um referencial teórico marxista, não discute a noção de arena pública e não é exatamente um trabalho bourdiano. Em determinados momentos, elementos da teoria do campo podem ser invocados, mas não se tem a pretensão de sustentar a análise do material empírico unicamente a partir desse referencial.

Gostaria de defender uma posição de análise da produção do campo a partir de outra perspectiva, da natureza dos objetos de pesquisa. De uma forma bem objetiva, é possível distinguir três tipos de trabalhos dentro da área: trabalhos de avaliação de políticas públicas, trabalho 'nas' políticas públicas e trabalhos 'das' políticas públicas.

O primeiro tipo de trabalho, 'de avaliação' de políticas públicas, está relacionado necessariamente com a lógica normativa, a partir de critérios variados, que passam desde a comparação da prática com formulação da política até a comparação da prática com os propósitos teóricos pré-estabelecidos pelo pesquisador. Só é possível avaliar algo a partir de critérios e estes são constituídos normativamente.

Um bom exemplo de trabalhos de avaliação é o do grupo de pesquisadores da PUC/MG coordenado pela professora Eustáquia Salvadora de Souza (2010). Nessa pesquisa, realizada através de financiamento da Rede Cedes<sup>4</sup>, foram avaliados vários indicadores relacionados com a qualidade do programa. Separei um trecho do texto, em que fica muito clara a lógica normativa retomando a noção de participação estabelecida na formulação do programa:

Sobre a participação em atividades consideradas como regras do Programa, na maioria delas a maior parte dos entrevistados disse que nunca havia participado. Em proporção menor, os entrevistados afirmam ter ficado sabendo das regras ou atividades: decisão sobre atividades e eventos do PELC, 41,3%; escolha dos representantes dos beneficiados do PELC no Grupo Gestor, apenas 21,6%; avaliação das atividades e/ ou eventos realizados, 29,9%; atividade de prestação de contas, 19,5%; e reuniões com o governo municipal ou estadual sobre esporte e lazer no município, apenas 18,4%, conforme TAB. 15. Esses dados se tornam preocupantes quando se leva em conta o objetivo do Programa de se tornar um espaço que incentive a participação da comunidade em todas as decisões, de modo a construir sua autogestão (SOUZA e col, 2010; p.109).

A utilização do termo preocupante denota uma frustração das pesquisadoras pelo fato da formulação do Programa não ter sido executada. Nesse exemplo fica claro que as diferentes apropriações de uma política nacional são um problema, no que se refere à avaliação, e que a normatividade está centrada na formulação do Programa.

Outro exemplo de trabalho de avaliação é a dissertação defendida na Unicamp, intitulada “As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010)” de autoria de Lia Polegato Castelan (2011) e orientada pelo professor Lino Castellani Filho. Nesse trabalho, a autora questiona sobre a excussão orçamentária do Ministério dos

---

<sup>4</sup> Rede Cedes é uma rede de pesquisadores criada pelo Ministério do Esporte, que possui a intenção de produzir “estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação - vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas -, busca implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.(BRASIL, 2014)”

Esportes e, para contextualizar esse processo, descreve as diretrizes das três conferências de Esporte e Lazer:

Para equalizar este problema deve-se priorizar também o investimento no esporte de participação, que amplia o acesso ao esporte e atividade física em pessoas de diferentes idades, necessidades e interesses. O programa federal que contempla esta dimensão esportiva é o “Programa Esporte e Lazer da Cidade”, e é justamente o programa que conta com menos recursos investidos em seu funcionamento, conforme vimos na análise do Orçamento Federal (CASTELAN, 2011; p. 130).

Nesse caso, a descrição orçamentária é avaliada a partir da normatividade da importância social do investimento em esporte e lazer/participação, ou seja, existe uma convicção por parte da pesquisadora que o esporte está dividido em dimensões, uma delas é historicamente desprestigiada e isso se materializa na execução orçamentária. O interessante, ao exemplificar essa pesquisa, é que o referencial teórico por ela sustentado é marxista, diferente do exemplo anterior. Mais adiante, reforçarei como, nesta forma de olhar para as pesquisas, não é o referencial teórico que define o tipo de objeto. Utilizarei o exemplo do marxismo por ser o referencial mais abundante na área.

O segundo tipo de trabalho é o que denomino como pesquisas ‘nas’ políticas de esporte e lazer. Esta tipificação se caracteriza pelo objeto de estudo ser escolhido por interesses acadêmicos de fora do debate político. Para exemplificar isso, discutirei três trabalhos que representam significativamente esta categoria, mesmo tendo focos diferentes.

O primeiro é de Luize Moro, intitulado “Conhecendo os Parques de Curitiba e seus Espaços Públicos Destinados as Brincadeiras Infantis”. Nesse trabalho, a autora faz um inventário dos espaços em parques e tem como principal preocupação de pesquisa elementos que são ligados a ludicidade e a infância: “A problemática desta pesquisa procura observar como os modelos de espaços e brinquedos existentes em parques públicos da cidade de Curitiba podem influenciar as práticas lúdicas das crianças” (MORO, 2012, p.17). Por outro lado, a dissertação não deixa de se posicionar sobre a necessidade de políticas públicas mais efetivas relacionadas a seu escopo:

Acreditamos que as políticas públicas no âmbito do esporte e lazer, nas quais devem estar incluídas ações voltadas à infância no que se refere ao planejamento de espaços e brinquedos e suas influências na vida cotidiana das grandes cidades, devem atender fatores diferenciados de estimulação sensorial, perceptivas, motoras, cognitivas e sociais, para que influenciem positivamente na prática lúdica e social das crianças (MORO,2012, p.114).

Acredito que essa dissertação nos demonstre que existe uma diferenciação entre o local de pesquisa e o objeto de pesquisa. Ao apontar para a influência do espaço/lugar nas ludicidade tanto o primeiro termo como o segundo se transformam em objeto de pesquisa. Por outro lado, não se trata de uma pesquisa que explica os meandros da política pública, sendo esta seu local de pesquisa e não seu objeto.

Uma segunda exemplificação deste tipo de trabalho é o produzido por Marcelo de Paula Melo (2011), no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado por Carlos Nelson Coutinho e intitulado “Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje”. Nela se faz uso das políticas de Esporte como espaço de consolidação de um tipo de sociabilidade marcada pelo atual estágio do capitalismo.

Essa tese tem por objetivos, de modo mais abrangente identificar o papel dos esportes na nova fase de dominação burguesa, implicando na busca das possíveis contribuições das políticas de esportes no apassivamento das lutas populares nesse contexto de agudização das contradições decorrentes da atual lógica de acumulação capitalista (MELO, 2011; p.13).

Assim como Castelan (2011), esse trabalho utiliza o referencial teórico marxista, porém o interesse de pesquisa aqui é diferente. Não se pretende avaliar as políticas públicas a partir de uma normatividade construída teoricamente, o que se pretende é demonstrar como essas políticas são a materialização de uma análise de sociedade mais ampla, ligada, ao que se denomina neste tipo de tradição, com a totalidade<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O interessante desta tese é que, de certa forma, ela retoma uma análise pessimista sobre o esporte, mais própria de um momento histórico que antecede ao movimento renovador da década de 1980 (GONZALÉZ E FENSTESFEITER, 2009). A Educação Física produziu duas alternativas para continuar lidando com o esporte como algo positivo: a primeira problematiza o processo dizendo que a forma como se ensina esporte é que pode torná-lo alienante (KUNZ, 2001); a segunda é tática e aponta que o espaço esportivo é um importante lugar para se fazer política na disputa da hegemonia da sociedade (MASCARENHAS 2005).

Por fim, penso haver um terceiro tipo de trabalho circulante em políticas públicas de esporte e lazer. São as pesquisas que estudam 'as' políticas. Nesse trabalho, interessa muito mais compreender uma política específica e seus meandros, suas articulações, suas peculiaridades e suas relações de poder. Esta dimensão se parece, em muitos momentos, com as de avaliação, porém a grande diferença está no interesse dos pesquisadores pelos processos e não somente pelos resultados.

Nessa dimensão, penso ser importante comentar dois trabalhos. O primeiro, mais antigo, mas que representa uma tradição bourdiana, é de autoria de Fernando Marinho Mezzadri (2000), intitulada "A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais". Essa tese, orientada por Ademir Gebara, teve por objetivo: "Desvendar os meandros das organizações esportivas paranaenses, abordando as relações entre as práticas esportivas desenvolvidas pelos indivíduos e as ações governamentais (MEZZADRI, 2000, p. 3)". O desenho da pesquisa demonstra claramente o interesse no processo político, fortalecendo assim a construção da política como resultado das disputas do campo.

O segundo trabalho que trago para exemplificar este tipo de produção é o de Roberto Lião Jr., intitula-se "Hegemonia e Contra-hegemonia na Construção de Políticas de Esporte e Lazer: a experiência do consórcio Brasília" e é orientado pelo professor Lino Castellani Filho. A partir de um referencial teórico gramsciano/marxista, procura compreender as relações e os acontecimentos na consolidação de políticas públicas e tem como objetivo:

Compreender em que medida o Consórcio Brasília protagonizou de forma contra-hegemônica, o processo de socialização, democratização da política e controle social, nas tensões e contradições estabelecidas entre o Estado e a Sociedade Civil, mais especificamente no DF (LIÃO JR., 2013; p. 68).

A utilização de um referencial gramsciano, sob meu ponto de vista, afasta esse trabalho de uma análise economicista, em que a totalidade é significativa para a compreensão da realidade, mas também existem espaços para iniciativas contra-hegemônicas produzidas na militância. Nesse trabalho, existe um refinamento analítico justamente preocupado com o processo político e com suas práticas. Como foi possível ver, não é o referencial teórico que define a tipologia do objeto de

estudo, porém este sempre está ligado a pressupostos relativos aos diálogos que os trabalhos pretendem ter com determinadas linhas teóricas.

Uma etnografia, via de regra, seria um estudo que se encaixaria na lógica de pesquisas 'na' política, tendo em vista que "O lócus do estudo não é o objeto. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias" (GEERTZ, 1989; p.32). O grande problema é que a política não é apenas um espaço social, é também um objeto de estudo. Quando etnografias tematizam as políticas, elas se constituem como um híbrido entre o "na" e o 'da' política. Isso acontece particularmente com dois estudos feitos por integrantes do GESEF<sup>6</sup>: o de Luis Eduardo Thomassim (2010) e o de André Lazzari (2013), ambos estudando crianças em projetos sociais na cidade de Porto Alegre. O objetivo de Thomassim "foi compreender o lugar que a participação das crianças nos projetos sociais esportivos ocupa na vida dessas mesmas crianças" (2010; p. 20), e o problema de pesquisa de Lazzari foi:

Como se articulam (ou se imbricam), no cotidiano do ECCE (Em Cada Campo Uma Escolinha), as expectativas e interesses (as crenças) dos orientadores, coordenadores (professores) e das próprias crianças e adolescentes, e como isso se relaciona com a existência (e manutenção) do projeto na agenda da política pública municipal? Qual o "lugar" das crianças e do futebol nessas articulações/imbricações? (2013; p.21).

As reflexões acerca da antropologia política são bastante consequentes para pensarmos o lugar dessas pesquisas neste quadro situacional. Penso que a dubiedade possa ser explicada pelas reflexões de Karina Kuschn (2007):

A abordagem da política pela antropologia pode ser definida de uma forma simples: explicar como atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao "mundo da política". A compreensão de grupos específicos, em circunstâncias particulares, leva a comparações e diálogos com a literatura sobre contextos sociais mais amplos. Embora aparentemente simples, trata-se de uma proposta complexa de ser executada e que implica em pelo menos dois pressupostos. O primeiro, de que a sociedade é heterogênea, formada por redes sociais que sustentam e possibilitam múltiplas percepções da realidade. O segundo, de que "o mundo da política" não é um dado *a priori*, mas precisa ser investigado e definido a

---

<sup>6</sup> Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física, coordenado pelo professor Marco Paulo Stigger.

partir de formulações e dos comportamentos de atores sociais e de contextos particulares (KUSCHNIR, 2007; p. 163).

Em ambos os trabalhos é nítido um duplo movimento, que ora compreende a política como espaço de acontecimentos ligados as crianças, ora vê os acontecimentos com estas crianças como constituidores das políticas. Assim, compreendo estes dois trabalhos como híbridos, ou seja, estudam complementarmente 'nas' e 'as' políticas. Logo, assim como afirma Kuschnir (2007), o mundo da política não é um dado *a priori* e passa a ser também objeto de pesquisa.

Localizo esta tese também como um híbrido entre o 'na' e o 'da' política, pois, em um primeiro momento, descrevo o processo de apropriação de políticas por parte de uma comunidade, compreendendo seu funcionamento e sua gestão (aqui está relacionada uma dimensão 'da' política). Em um segundo momento, descrevo práticas rituais que proporcionam sociabilidade, qualidade de vida, integração social, ou seja, como estas pessoas vivenciam este parque (aqui está relacionada uma dimensão 'na' política). Estas duas dimensões poderão ser evidenciadas no terceiro e no quarto capítulos. A partir de agora procurarei apontar para balizadores teóricos que ajudarão a sustentar minhas análises.

## 2.2 Balizadores teóricos pensados a partir da antropologia política.

Tendo como ponto de partida o objeto desta tese, que é a participação, procurarei, neste tópico, aprofundar reflexões teóricas sobre o papel político deste protagonismo, levando em conta alguns argumentos produzidos no campo da antropologia política. Procurarei descrever alternativas teóricas para compreender a particularidade em sua relação com o sistema mais amplo, assim como se tem feito na maioria dos trabalhos publicados no campo, porém procuro partir da parte e não do todo. O esforço que procurarei empreender implementar se dá no sentido de apontar para teorias que realizem esse mesmo movimento, sem deixar de levar em conta que este cotidiano (DECERTEAU, 1998) tem ligações com os sistemas sociais mais amplos, mas, ao mesmo tempo, estes não são capazes de explicar a particularidade de forma densa.

No segundo termo do problema de pesquisa, procuro problematizar sobre o que faz com que aquele grupo comunitário se mantenha participando. O texto que segue procura fazer uma descrição dos conceitos utilizados ao longo deste trabalho e faz aproximações com a antropologia da política, que se desdobra na utilização dos mecanismos políticos de construção de visões de mundo e *ethos* constituídos a partir dos debates da antropologia da religião.

Sob um ponto de vista histórico, é possível afirmar que o estudo da política é compreendido como um importante objeto para compreensão das relações de poder e de estruturação das sociedades. No século XIX e até meados da década de 1920, porém, não havia publicações que consolidassem esse interesse de pesquisa como uma subárea dentro da antropologia. Porém, para a antropologia evolucionista, que buscava em povos 'atrasados' a origem da natureza humana, o estudo das relações políticas se transforma em um critério de análise sobre o estágio de civilidade. Nessa lógica, se colocaria em uma ponta menos evoluída comunidades sem organização centralizada das tarefas coletivas e na outra ponta, 'das mais evoluídas', comunidades que possuíam organizações sociais compreendidas como Estado. Sob este ponto de vista, os Estados europeus seriam o topo da evolução política da humanidade. (KUSCHNIR, 2007).

Em 1940, é publicado o livro *African Political Systems*, que veio a se transformar na primeira publicação de maior relevância que tematizava a política e a antropologia. Publicado pela universidade de Oxford, é constituído por um compêndio de artigos que procuram fazer uma análise comparativa entre esses sistemas. Embora organizado por Fortes e Evans-Pritchard, a principal influência teórica é de Radcliffe-Brown e seu funcional estruturalismo. Nessa corrente de pensamento se faz uma crítica à história como explicação da realidade, uma vez que considera os dados históricos como imprecisos. É importante compreender que a grande crítica aqui se dá aos evolucionistas, que procuram e explicar um estágio de evolução na comparação com o anterior. O que fica muito claro na leitura do prefácio de *African Political Systems*, que é escrito por Radcliffe-Brown (1950), é o interesse em compreender as sociedades a partir de sua estrutura:

Toda sociedade humana tem algum tipo de estrutura territorial. Podemos encontrar em comunidades locais, de uma forma mais clara nas menores, e estão ligadas entre si em uma sociedade mais ampla, das quais são segmentos. Esta estrutura territorial fornece a

sociedade, não só para a organização política, seja ela qual for, mas para outras formas de organização social, também, como a econômica, por exemplo. O sistema de agregação e segregação local, como tal, não tem nada especificamente político, ele é a base de toda a vida social. Tentar distinguir, como Maine e Morgan fizeram, entre as sociedades baseadas no parentesco (ou, mais rigorosamente, na linhagem) e sociedades baseadas na ocupação do território comum ou localidade, é considerar a primeira como mais primitiva do que a última, e leva apenas à confusão (RADCLIFFE-BROWN, 1950; p.XIV [Tradução livre texto original no rodapé<sup>7</sup>]).

Nesse trecho, fica muito clara a crítica ao evolucionismo, quando critica a classificação em civilização mais ou menos avançada. Além disso, outra característica marcante desse texto é a diferenciação entre a pesquisa social comparativa e a experimental:

O sucesso no uso do método comparativo depende não só da quantidade e da qualidade do material factual à nossa disposição, mas também sobre o aparelho de conceitos e hipóteses que norteiam nossas investigações. A dificuldade em ciência não é encontrar respostas às perguntas, uma vez que foram propostas, mas em saber o que perguntar. O método experimental não consegue dar ideias novas e frutíferas; ele só pode servir para orientar as ideias dos homens, para dirigir as suas ideias e desenvolvê-las de modo a obter os melhores resultados possíveis. Como apenas irá crescer na terra aquilo que foi semeado, então nada será desenvolvido pelo método experimental, exceto as ideias que lhe é submetido. O método em si não cria nada. Alguns filósofos têm cometido o erro atribuindo demasiado poder ao método ao longo de suas trajetórias.

Apenas ter material factual disponível para estudo comparativo das instituições políticas das sociedades mais simples é inadequado tanto em quantidade e qualidade. É de se esperar que as publicações dos ensaios contidos neste volume possam estimular outros antropólogos para nos dar estudos descritivos semelhantes. A qualidade dos dados descritiva, o seu valor para o estudo comparativo depende em grande medida da forma como o observador entende os problemas teóricos e solução de que as coletas de dados são relevantes. Na ciência, a seleção da observação e do que se deve registrar precisa ser guiada pela teoria.

---

<sup>7</sup> Every human society has some sort of territorial structure. We can find clearly defined local communities the smallest of which are linked together in a larger society, of which they are segments. This territorial structure provides the framework, not only for the political organization, whatever it may be, but for other forms of social organization also, such as the economic, for example. The system of local aggregation and segregation, as such, has nothing specifically political about it; it is the basis of all social life. To try to distinguish, as Maine and Morgan did, between societies based on kinship (or, more strictly, on lineage) and societies based on occupation of common territory or locality, and to regard the former as more primitive than the latter, leads only to confusion (RADCLIFFE-BROWN, 1950; p.XIV)

No estudo das sociedades mais simples, os antropólogos consideram que os conceitos e teorias de filósofos políticos ou economistas são inservíveis ou insuficientes. Eles têm sido elaborados com referência a sociedades conhecidas e por assim dizer limitadas. Em seu lugar, os antropólogos sociais têm que fazer por si mesmos teorias e conceitos que serão universalmente aplicáveis a todas as sociedades humanas, e, guiados por estas teorias, fazem observações e novas comparações (RADCLIFFE-BROWN, 1950; p. XII [tradução livre, original na nota de rodapé <sup>8</sup>])

Esta posição de Radcliffe-Brown proporciona a supervalorização da estrutura da sociedade para compreensão da política. Por outro lado, surge um problema de delimitação da área antropológica, uma vez que o mesmo aponta que o conteúdo desta subárea é composto pelo estudo das relações de poder entre membros de um mesmo sistema. Olhando por esta ótica, praticamente todos os objetos da antropologia são transpassados por relações de poder, o que proporcionaria uma visão de que a antropologia política abrangeria praticamente toda a disciplina.

Ao supervalorizar a estrutura do sistema e a forma como as seus elementos se organizam, Radcliffe-Brown (1950) desvaloriza o processo histórico na compreensão dos fenômenos. Edmund Leach aponta para outra dimensão. Tendo tido sua formação na London School of Economics, sob a tutela de Bronislaw Malinowski e distanciado de Radcliffe-Brown, que atuava em Oxford, Leach realizou importante estudo denominado “Sistemas Políticos da Alta Birmânia”. Esse estudo

---

<sup>8</sup> The successful use of the comparative method depends, not only upon the quantity and quality of the factual material at our disposal, but also upon the apparatus of concepts and hypotheses which guide our investigations. The difficulty in science is not in finding answers to questions once they have been propounded but in finding out what questions to ask. In natural science of society the comparative method takes the place of the experimental method in other sciences and what Claude-Bernard said of the latter is equally true of the former. The experimental method cannot give new and fruitful ideas to men who have none; it can serve only to guide the ideas of men who have them, to direct their ideas and develop them so as to get the best possible results. As only what has been sown in the ground will ever grow in it, so nothing will be developed by the experimental method except the ideas submitted to it. The method itself gives birth to nothing. Certain philosophers have made the mistake of according too much power to method along these lines

The factual material available for comparative study of the political institutions of the simpler societies is inadequate both in quantity and in quality. It is to be hoped that the publications of the essays contained in this volume may stimulate other anthropologists to give us similar descriptive studies. The quality of descriptive data, their value for comparative study depends to a considerable extent on how the observer understands the theoretical problems and solution of which the data collected are relevant. In science, observation and selection of what to record need to be guided by theory. In the study of the simpler societies the anthropologist finds that the concepts and theories of political philosophers or economists are unserviceable or insufficient. They have been elaborate in reference to societies of limited number of types. In their place, the social anthropologists has to make for himself theories and concepts which will be universally applicable to all human societies, and, guided by these, carry out this work of observation and comparison.

produziu diferenciações bastante significantes com o postulado estrutural funcionalista de Radcliffe-Brown, entre eles a noção de sistema equilibrado:

Os antropólogos sociais que, na esteira de Radcliffe-Brown, usam o conceito de estrutura social como uma categoria por meio da qual se pode comparar uma sociedade com a outra pressupõem na verdade que as sociedades de que tratam existem durante todo o tempo em equilíbrio estável. [...] Minha conclusão é que, conquanto modelos conceituais de sociedade sejam necessariamente modelos de equilíbrio, as sociedades reais não podem jamais estar em equilíbrio. A discrepância está ligada ao fato de que, quando as estruturas sociais se expressam sob a forma cultural, a representação é imprecisa em comparação a fornecida pelas categorias exatas que o sociólogo, qual cientista, gostaria de empregar. Digo que essas inconsistências na lógica da expressão ritual são sempre necessárias para o bom funcionamento de qualquer sistema social (LEACH, 1996; p.68).

Para Leach (1996), a estrutura social se configura a partir das práticas e não dos conceitos sociológicos e consiste num conjunto de ideias sobre a distribuição de poder entre grupos e/ou pessoas. Por outro lado, esse olhar não é aleatório, ele está atendo a determinados interesses previamente pensados, mas não a suas teorias como normativos do trabalho de campo e da análise. O que Leach (1996) descreve em sua obra são relações entre dois povos na Alta Birmânia, os Kachin e os Chan, sendo que estes vivem em regiões vizinhas, porém possuem hábitos culturais bastante diferentes. O autor diz que, em etnografias tradicionais (em sua época), se fariam estudos diferentes para se estudar os Chan e as subdivisões que o povo Kachin possuía, porém afirma que não é possível compreender as estruturas sociais de um ou de outro sem compreender que ambas estão em relação, tendo em vista que estes estão em constante disputa, sendo esta argumentação a principal para desconstituir a noção de sistema equilibrado.

Além disso, o rompimento com o funcional estruturalismo não se constitui apenas no campo do desequilíbrio societal, mas também nas formas como este desequilíbrio se constituiu. Leach (1996) utiliza-se de narrativas sobre a história da constituição das linhagens dos atores sociais para compreender essas diferenças. Logo, a utilização da história, algo associado ao evolucionismo no paradigma de Radcliffe-Brown, passa a ter centralidade na constituição da explicação das diferenças.

Outro ponto interessante em Leach é que ele se utiliza da noção de ritual como forma de compreensão da homogeneização dos valores culturais:

[...] técnica e ritual, sagrado e profano não denotam tipos de ação, mas aspectos de virtualidade em qualquer ação. A técnica tem consequências materiais econômicas que são mensuráveis e predizíveis; o ritual, por outro lado, é uma declaração simbólica que diz alguma coisa sobre os indivíduos envolvidos na ação (LEACH, 1996; p.76).

A não dissociação entre a técnica e o ritual são bastante importantes para esta pesquisa, tendo em vista que, a partir desta leitura, uma mesma ação se constitui como técnica e ritual ao mesmo tempo. Um *nat galaw*<sup>9</sup>, que consiste em um ritual de sacrifício em que há uma matança do gado e distribuição do mesmo à população, possui um sentido técnico/profano, pois as pessoas se utilizam de um ritual como forma de alimentação. Por outro lado, esse ritual também possui uma dimensão sagrada no sentido que se configura como uma 'grande festa', na qual a posição das pessoas repercute em diferentes status sociais. Esse exemplo etnográfico aponta que a utilização da noção ritual não necessariamente tem a ver com uma conceituação sobrenatural ou metafísica, que constitui este momento como ritual. O ritual está presente em espaços sociais que não necessariamente invoquem a religião como fato social.

A intenção deste momento na tese não é fazer a história da antropologia política, mas sim trazer a 'cena' autores e trabalhos que contribuíram teoricamente para as decisões realizadas nas escolhas feitas no processo de análise das categorias. Do ponto de vista cronológico, será dado um salto bastante grande, deixando de lado autores muito importantes no debate que aqui está sendo realizado. Poderia citar alguns, como Max Gluckman, Evans Pichard e Raymond Firth. Até agora, a noção de sistema desenvolvida por Radcliffe-Brown, bem como o acolhimento das críticas realizadas a ele por Edmund Leach estarão presentes neste trabalho no momento em vou que discutir a noção de sistema ritual no Parque Ararigóia<sup>10</sup>. Por outro lado, dois movimentos teóricos são importantes a partir deste momento. O primeiro, que relaciona a utilização das lógicas envolvidas na

---

<sup>9</sup> Ritual descrito por Leach.

<sup>10</sup> A análise referente a este tema será feita no capítulo 4 da tese.

antropologia da religião na análise da política, e o segundo, na utilização da teoria dos rituais como forma de compreensão da política.

Geertz (1991), ao analisar o Estado pré-colonial *Negara* em Bali, faz uma série de considerações entre a relação Estado e religião. *Negara*, em sânscrito, tem uma polissemia, porém a tradução assumida por Geertz aponta para o mundo civilizado, enquanto *desa* é o mundo aldeão o mundo onde não há governo, “entre estes dois polos, *negara* e *desa*, definidos por contraste mútuo, desenvolveu-se a formação política clássica a qual, no contexto geral da cosmologia índica transplantada, assumiu a sua forma distintiva (GEERTZ, 1991; p.25)”. O objeto da obra “*Negara, o Estado teatro no século XIX*” é a onstituição de uma organização social centralizada, porém fragmentada em territórios. Este tinha ingerência cotidiana na vida das pessoas que conviviam em comunidade. O autor faz este resgate do *Negara* tendo como referência o século XIX, em função da ilha neste momento não ter sido atingida pela colonização holandesa nem pela reorientação religiosa islâmica acontecida no século XX. Geertz constrói as narrativas sobre o *Negara* através de fontes etnográficas e da narrativa de mitos por parte dos nativos. Por outro lado, as reflexões não apontam para um sistema fechado e equilibrado, é feita a reconstituição dos conflitos desde 1343, em que são narradas diversas mudanças ‘endógenas’, sendo o *negara* do século XIX resultado deste processo. Vê-se aí bastante semelhança com Edmund Leach.

Na leitura da obra, fica claro que a dimensão simbólica desse tipo Estado está relacionada com a teatralidade e o culto de pompa aos símbolos balineses. Geertz nos chama a atenção sobre isso da seguinte forma: “as espetaculares cremações, limagens de dentes, consagrações dos templos, peregrinações e sacrifícios de sangue, mobilizando centenas e mesmo milhares de pessoas não eram meios para fins políticos era os próprios fins, aquilo, para o que servia o Estado” (GEERTZ, 1991; p. 25). Esse estado sobre o qual Geertz se debruça criava formas de se fazer e de se viver a política a partir da teatralidade de seus rituais. Ao refletir sobre uma cremação ritual de um rei de Bali e o suicídio de três mulheres na mesma chama, como forma de transcendência a outro mundo junto ao rei, Geertz aponta para a unidade entre crença e política na manutenção destas lógicas:

Os espectadores – os quais, possivelmente não eram menos de 40000 ou 50000 – ocupavam o espaço entre as estruturas e o mundo

exterior, dentro do qual uma série de pequenos pavilhões tinham sido construído para uso das mulheres [...] A coragem que aguentava numa tão horrível situação era deveras extraordinária, mas advinha da esperança da felicidade em um mundo futuro. Acreditavam que, de servas aqui, se tornariam nas mulheres favoritas e rainhas do seu defunto senhor no outro mundo. Estavam certas de que a prontidão para seguirem para outro mundo futuro, com alegria e no meio de pompa e esplendor, agradaria aos poderes invisíveis e induziria o grande deus Siva a admiti-las sem demora no Swerga Surya, o paraíso de Indra [...] As mulheres foram transportadas em procissão à volta do local e depois levadas a ponte fatal. Aí, no pavilhão já mencionado, esperavam que as chamas tivessem consumido a imagem e seus conteúdos. Continuavam a não mostrar medo, o adorno do corpo parecia continuar a ser sua principal preocupação, como se estivessem preparando para vida e não para a morte. Entretanto, os amigos ajudantes preparavam-se para o horrível clímax, a cerca no extremo da ponte foi aberta e uma prancha foi empurrada sobre as chamas, e os ajudantes, em baixo, verteram quantidades de óleo no fogo, provocando chamas lúgubres que se elevam a grande altura. O momento supremo chegava. Com passos firmes e medidos as vítimas puseram o pé no palanque fatal; por três vezes ergueram as mão unidas sobre as cabeças, em cada uma das quais foi colocada uma pomba e, depois, com o corpo erecto, saltaram para o mar flamejante em baixo, enquanto as pombas largaram voo, simbolizando os espíritos em libertação. Duas mulheres não demonstraram, mesmo no derradeiro momento, qualquer sinal de medo; olharam uma para a outra, para verem se ambas estavam preparadas e, logo, sem inclinarem ou hesitarem, mergulharam. A terceira pareceu hesitar e deu o salto com menos resolução; cambaleou por um momento, e depois seguiu as outras, desaparecendo as três sem proferirem um som. Este terrível espetáculo pareceu não produzir qualquer emoção sobre a multidão, e a cena encerrou com música bárbara e o fogo de espingardas. Foi uma cena inesquecível para os que a testemunha, e trouxe ao coração um estranho sentimento de agradecimento por pertencer a uma civilização que, com todos os seus defeitos, é misericordiosa e tende cada vez mais a se emancipar as mulheres do engano da crueldade. Ao governo inglês se deve ao facto de nossa pernicioso praga de *suttee* se tenha extirpado na Índia, tendo agora os Holandeses desempenhado o mesmo papel em Bali. Obras destas credenciais com as quais a civilização ocidental legitima seu direito. a estas civilizações (GEERTZ, 1991; p. 128-130).

A partir da descrição de rituais e das hierarquias constituídas pela proximidade com o centro do negara, ou seja, a corte, Geertz constrói uma teorização em que a lógica política de Bali é constituída por uma dupla dimensão:

Neste sentido a política Balinesa do século XIX pode ser vista sob a influência de duas forças opostas: a centrípeta, do ritual exemplar do Estado, e a centrífuga, da estrutura do Estado. Por um lado havia o efeito unificador do cerimonial de massas sob a liderança deste ou daquele senhor. Por outro, havia o carácter intrinsecamente dispersivo

e segmentário da formação política considerada como uma instituição social concreta ou, se dizer, como um sistema de poder como que composto de dúzias de governantes semi-independentes (GEERTZ, 1991; p. 32).

Em outras palavras, o movimento centrípeto, desempenhado pelos rituais, provoca a população a uma valoração transcendente, enquanto o movimento centrífugo aponta para uma valoração imanente. Do ponto de vista simbólico, o movimento centrífugo precisa, para se manter, proporcionar momentos de reificação de valores produzidos nos rituais. A função simbólica milagre nada mais é do que a prova material da existência da crença. Os símbolos sagrados são também esta materialização, sendo que cabe ao agente político fazer a guarda, seja material, seja discursiva de sua importância e/ou status.

A partir das constatações realizadas no decorrer da obra, Geertz aponta para esses elementos como forma de análise da política ocidental, problematizando as teorias políticas e apontando para a importância da dimensão simbólica na análise da mesma:

O principal substantivo do moderno discurso político, Estado, condensa pelo menos três temas etimológicos Status, pompa e governação. [...] é característico desse discurso, e da sua modernidade, que o terceiro destes significados e o último a surgir (em Itália, na década de 1540, nem sequer estava disponível para Maquiavel), tivesse vindo dominar o termo a ponto de obscurecer nossa compreensão múltipla da alta autoridade. Impressionados pelo comando (GEERTZ, 1991; p. 153).

E ainda completa, fazendo uma crítica à própria antropologia política:

A limitação da análise interpretativa na maior parte da antropologia contemporânea ao aspecto supostamente mais “simbólico” da cultura é um mero preconceito, nascido da noção, também presenteada pelo século XIX, de que o “simbólico” se opõe ao “real” como o extravagante ao sóbrio, o figurativo ao literal, o obscuro ao simples, o estético ao prático, o mundano e o decorativo ao substancial (GEERTZ, 1991; p. 170)

Ao atribuir a dimensão simbólica ao estudo da política, Geertz me conduz teoricamente na compreensão de que a política é produtora e produto de significados sociais. Esses significados, por sua vez, são estruturados em diferentes

*ethos* e visões de mundo, conceitos que são chave na compreensão da lógica cultural e que se caracterizam por serem distintos, porém complementares:

Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo “*ethos*”, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo “visão de mundo”. O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo, ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem. A crença religiosa e ritual confrontam e confirmam-se mutuamente; *ethos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado das coisas real que a visão de mundo descreve, e a visão de mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica (GEERTZ, 1989; p.144-145).

A noção de religiosidade se constitui a partir de *ethos* e de visões de mundo, sendo que discutir política através das noções de religião não é afirmar que ambas sejam iguais, mas sim dizer que, em alguns momentos, a política opera simbolicamente a partir dos mesmos mecanismos ligados à religião e que são constituídos no senso comum:

A religião precisa ser vista em contraste com a insuficiência ou a insuficiência percebida, do senso comum como uma orientação de vida, mas também precisa ser identificada em termos de impacto sobre o senso comum, a maneira pela qual, questionando o inquestionável, ela modela nossa percepção do mundo cotidiano que somos obrigados a viver (GEERTZ, 1968 *apud* PEIRANO, 2000, p.104).

Ao apontar para o senso comum como espaço de legitimação da religião, Geertz nos mostra que este não é um espaço desprovido de racionalidade, tendo em vista, que o senso comum é um tipo de racionalidade, como aponta Weber (sd, que constitui formas de sociabilidade. Em “A ética protestante e o espírito do capitalismo” Max Weber aponta para uma estreita relação entre a formação da sociedade e a religião, sendo o capitalismo não só uma perceptiva política e econômica, mas também uma forma de sociabilidade tutelada pela ética protestante e, principalmente, pelas seitas.

Até aqui procurei estabelecer algumas relações teóricas com meus interesses de pesquisa. Penso que a dimensão simbólica apontada por Geertz seja de grande utilidade, bem como suas críticas com relação à análise da política ocidental distanciada dos significados produzidos pelos produtores das políticas também sejam pertinentes. Porém, até aqui venho apresentando casos etnográficos desenvolvidos em civilizações distantes tanto geograficamente quanto temporalmente. Será possível utilizar essas teorizações para analisar o caso desta tese, situado em uma metrópole, bem como para estabelecer relações com formulações políticas que possuem certa racionalidade acadêmica, como por exemplo, as noções de democracia e de participação? Até que ponto a utilização das noções de rituais se faz possível na análise de políticas públicas?

Marc Abélès, antropólogo e estudioso da política, sustenta que as dramaturgias constitutivas do mundo da política são fundamentais para compreender as formas de legitimação, bem como de ação da vida política:

Símbolos, rituais, e as várias dramaturgias são comumente associados à atividade política nas sociedades humanas. O aparato cerimonial é acompanhado de demonstração de poder e de autoridade. E contribui para a ostentação do poder. [...] Ele opera na esfera da representação: não há poder se não no “palco”, nas palavras de G. Balandire. Qualquer que seja o regime adotado, os protagonistas da política se apresentam como manda a sociedade. A legitimidade se fundamenta na imanência ou transcendência, é uma qualidade assumida pelo governo. Legitimidade, ela está enraizada na imanência ou transcendência, é uma qualidade assumida pela assunção. Cabe a ele para voltar para a comunidade que encarna a imagem de coerência e coesão. O poder é isso, significa que um indivíduo ou grupo surge como o porta-voz do todo. Mas o poder também está em tudo que ele coloca em um show do universo a partir do qual se origina e que proporciona a permanência (ABÉLÈS, 1997 ; p. 247 [tradução Livre, original no rodapé<sup>11</sup>]).

---

<sup>11</sup> Symboles, rituels, dramaturgies diverses sont couramment associés à l'activité politique dans les sociétés humaines. Apparat, cérémonial accompagnent toute démonstration de puissance et d'autorité et contribuent à la mise en spectacle du pouvoir. Donner à voir semble donc une dimension consubstantielle de l'ordre politique. Ce dernier opère dans la sphère de la représentation : il n'y a de pouvoir que « sur scènes » selon l'expression de G. Balandire. Quel que soit le regime adopté les protagonistes de jeu politique se présentent comme mandatés par la société tout entière. La légitimité, qu'elle trouve son fondement dans l'immanence ou dans la transcendance<sup>11</sup>, est une qualité assumée par le pouvoir. À charge pour lui de renvoyer à la collectivité qu'il incarne l'image de la cohérence et de la cohésion. Le pouvoir représente, cela signifie qu'un individu ou un groupe se pose comme le porte-parole de l'ensemble. Mais le pouvoir représente, aussi, en tanta qu'il met en spectacle l'univers dont il est issu et dont il assure la permanence.

Para a compreensão destas dramaturgias, se faz necessário constituir três elementos importantes desta trajetória simbólica: os valores transcendentos (ou crenças), os valores imanentes (símbolos) e a forma como os atores sociais fazem a manutenção destes (rituais)

Tanto Max Gluckmann (1987) quanto Victor Turner (2008) apontam que os rituais não são desconexos em uma sociedade, eles estão articulados em um sistema ritual em que elementos comuns permeiam essas práticas. Exemplificando, não caberia fazer uma análise das diferenças entre rituais cristãos, mas sim compreender que todos estes possuem elementos em comum, como por exemplo, a oração remetida a Jesus Cristo. Esta característica poderia suscitar muitas outras e configura uma forma de se portar perante Cristo, que é incorporada e reproduzida em grande parte da sociedade. Participar dessas liturgias produz sentimentos e racionalidades em relação à igreja, ou seja, *ethos* e visões de mundo. Essa articulação, em que as diferenças são visíveis, mas ao mesmo tempo convivem, é o que estes autores apontam como noção de sistema.

Para Peirano (2003), a noção de ritual no senso comum apresenta algumas imprecisões que não podem deixar de ser questionados quando o usamos enquanto elemento de análise cultural. O primeiro equívoco é a separação entre o 'pensar' e 'viver', ou seja, que um ato ou ação é puramente racional ou emocional. Quando se vivencia um ritual, existe uma quantidade enorme de construção simbólica interiorizada, que a pessoa vivencia sem necessariamente ter que cognitivamente justificar-se. Por outro lado, esse mesmo ato está enraizado de visões de mundo que explicam a liturgia do ritual, bem como a experiência ritual se transforma em momento de reificação da crença. O segundo equívoco é compreender a vida fora do mundo urbano ocidental como algo não racional e, por consequência, cercada de questões ritualísticas.

Outro debate importante, no que se refere aos rituais, é que a análise deles não se restringe ao mundo religioso, como aponta Peirano (2003):

Em todas as sociedades existem eventos que são considerados especiais. Na nossa, por exemplo, distinguimos uma formatura, um casamento, uma campanha eleitoral, a posse de um presidente da república, e até mesmo um jogo de final da copa do mundo. Quando assim vistos eles são potencialmente rituais (PERIANO, 2003; p.09)

Além disso, para ser considerado analisado enquanto ritual, o conteúdo não é tão importante, mais sim a significância para a comunidade que o vivencia. Para Tambiah o ritual pode ser definido da seguinte forma:

O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é convertido de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios. Esta sequência tem conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e abundância (repetição). A ação ritual em seus traços constitutivos pode ser vista como “performativa” em todo sentido (TAMBIAH, *apud* PEIRANO, 2003; p.11)

Em inspirador estudo sobre os rituais políticos e a transformação do partido comunista italiano, Deivid Kertzer (2001) aponta para a necessidade de um olhar ampliado para a dimensão ritual, em especial no estudo da política. Retoma a íntima ligação entre ritual e símbolos, sendo o primeiro o momento em que o segundo é “definido, difundido e relativizado (p.17)”. Ele aponta para duas dimensões importantes na análise de rituais políticos, o primeiro ligado ao binômio performatividade-emoção, e o segundo, no que se refere ao poder político relacionado aos rituais:

As análises anteriores do papel político do ritual focalizaram, principalmente, seu uso para reforçar o *status quo*. Nesta perspectiva, o ritual sustenta os donos e os sistemas de poder existentes, ao cercá-los com a aura da legitimidade. A importância política do ritual, porém, vai bem além disto, uma vez que o uso bem sucedido dos rituais é crucial para os movimentos de mudança política. Quatro características do ritual são de especial relevância para o entendimento de seu valor político: o poder de representar grupos políticos; de fornecer legitimidade; de construir solidariedade; e de modelar as percepções da realidade política das pessoas (KERTZER, 2001; p.117)

Nessa lógica, é importante compreender o caráter homogeneizante que os rituais possuem, uma vez que estão interagindo com as visões de mundo das pessoas, pois os discursos são constituídos esteticamente para a construção de identificação e de consenso com os participantes. Por outro lado, a vivência ritualística aponta para a construção de um *ethos*, em especial ligada a vivência e a aceitação dos símbolos contidos no ritual como elemento sagrado. A experiência de vivenciar um grande comício talvez seja um grande exemplo do quanto se busca

ostentar símbolos através de um ritual. O que não podemos deixar de levar em conta é um terceiro elemento, pois até nos referimos a ritos e a símbolos, mas também é preciso fazer referência às questões ligadas às moralidades ou às crenças.

Na Educação Física brasileira, é bastante comum acharmos textos que tratem do termo ritual<sup>12</sup>, porém essa noção é tida, muitas vezes, como sinônimo de repetições de fatos. Poucos são os artigos que tratam da noção de ritual tentando utilizá-lo como ferramenta teórica; muitas vezes, se contentam apenas em apontar para a dimensão simbólica dos rituais. Penso que, ao tratar desse termo enquanto ferramenta, é necessário compreender sempre três elementos, os *ethos*, as visões de mundo e as crenças subjacentes a este processo, moralidades estas vistas sob o ponto de vista dos nativos e não da vontade do autor<sup>13</sup>.

No campo das políticas públicas de esporte e lazer, não encontrei nenhum tipo de trabalho que utilizasse a noção de ritual como ferramenta de compreensão. Embora em outras áreas de estudo de política essa concepção já tenha sido utilizada com alguma frequência, penso que em nosso campo específico esta tese tenha originalidade. Além disso, a partir do momento que estas visões de mundo são utilizadas como justificativa para o investimento de recursos humanos e materiais por parte dos governos, se torne importante refletirmos até que ponto nossa área de intervenção vem sustentando-se a partir destas práticas.

### 2.3 Procedimentos Metodológicos

Sempre quis produzir uma pesquisa, em meu doutorado, que pudesse dialogar com o estudo de políticas públicas de esporte e lazer, tendo em vista meu engajamento enquanto militante estudantil e de um partido político. Além disso, em função dessa militância, ocupei, por duas ocasiões, cargo de indicação política na cidade de Novo Hamburgo, uma destas vezes ocupando o cargo de diretor de desporto da Secretaria Municipal de Educação e Desporto. Essa experiência na

---

<sup>12</sup> Um debate mais posicionado sobre o tema será realizado nas considerações finais.

<sup>13</sup> Realizo esta crítica aos estudos que fazem análise de discurso em que não se leva em consideração o processo de recepção dos mesmos.

gestão me fez perceber que muito do discurso que circula nos meios de comunicação e no senso comum sobre a classe política são, em grande parte, fantasiosos. Por exemplo, a narrativa de que o político assume um cargo e passa a fazer o que quer sem escutar ninguém, como se fosse um verdadeiro ditador, é extremamente irreal. Em minha experiência, a necessidade de ficar cedendo a práticas às quais não era completamente convicto em função da correlação de forças reivindicatórias foi uma constante. Além disso, o político está constantemente sendo colocado em xeque em função de suas escolhas e de sua relativa competência. Talvez essas experiências tenham sido as maiores motivadoras da escolha do estudo em políticas públicas de esporte e lazer.

A escolha pelo estudo de políticas sociais de esporte e lazer não vem da convicção focalista e neoliberal que a função das políticas públicas é de fornecer oportunidade para aqueles que não são capazes de construir as suas próprias. Sempre acreditei em políticas universalistas quando se trata de problemas sociais, especificamente acredito no esporte e no lazer como direitos sociais para todos, independente de classe social, de gênero ou orientação sexual.

Em um primeiro momento, havia escolhido um programa do governo federal, chamado Praça da Juventude, como objeto de investigação. Esse programa disponibiliza uma boa quantidade de recurso para as prefeituras construírem praças com uma série de equipamentos esportivos. Do ponto de vista dos orçamentos municipais, esses recursos são bastante valiosos, tendo em vista que, via de regra, os municípios destinam percentuais muito pequenos para o esporte e menores ainda para o lazer<sup>14</sup>. Conhecia bem o programa, pois em minha última passagem pela prefeitura de Novo Hamburgo, havia feito o projeto para a praça da cidade, a única do estado que está construída. Além disso, minha dissertação de mestrado havia demonstrado que pessoas faziam do Programa Escola Aberta um espaço de lazer, mesmo não sendo este o objetivo principal do programa, em função da falta de espaços estruturados para isso. Nessas praças, estudaria como a população se apropriaria de um espaço construído com a finalidade de acesso a políticas sociais de esporte e lazer.

O grande problema dessa primeira escolha foi em função das dificuldades de convênio na relação entre prefeituras/Ministério do Esporte/Caixa Econômica

---

<sup>14</sup> Para Mezzadri e col: “Nas cidades observadas, em geral todas destinam 70% ou mais para o esporte rendimento e educacional e 30% ou menos para o lazer” (2006; p. 15)

Federal (responsável pela liberação de recursos e fiscalização das obras) que atrasavam muito o ritmo da construção dos aparelhos urbanos de esporte e lazer.

Acompanhei os trabalhos de inúmeras prefeituras no Rio Grande do Sul entre os meses de novembro de 2010 e dezembro de 2011. O andamento dos processos burocráticos sinalizava que não existiria praça construída para estudar densamente antes de terminar o doutorado. De fato, se tivesse insistido, estaria entrando em campo apenas em 8 de janeiro de 2014, dia da inauguração da primeira praça da juventude do Rio Grande do Sul, em Novo Hamburgo.

Porém, enquanto estava em tratativas para iniciar o trabalho de campo, dediquei-me bastante em estudar as relações entre esporte e a cidade, a sua relação com a sociedade. Acho que essas leituras me fizeram optar pelo Parque Araribóia, em Porto Alegre, de notória participação da população em sua gestão. Além disso, a possibilidade de estudar em parques de Porto Alegre, cidade que possui política pública universalista de esporte e lazer desde a década de 1930, foi bastante significativa. Segundo alguns autores de estudo de políticas (SABATIER, 2007) e de cultura política (SOUZA, 2006), a consolidação de uma política é um elemento fundamental para compreender a cristalização de hábitos coletivos e a apreensão da população em relação a essas políticas.

A negociação aconteceu de forma bastante tranquila, principalmente no que se refere ao meu acesso e permanência. Através de um interlocutor, aluno do mestrado e professor da SME (Secretaria Municipal de Esporte), fiz contato com a Secretaria Municipal de Esporte, que disponibilizou os espaços. O trecho que segue narra o tom das tratativas que tive com a interlocutora da SME:

Relatou-me que, em sua opinião, todos os lugares possuíam algum tipo de protagonismo, porém não credita a uma identidade de bairro, mas sim a construção de grupos que ao longo dos tempos foi se apropriando dos espaços. Quando perguntada sobre quais lugares ela achava que existia mais participação da comunidade, ela foi muito rápida ao responder “com certeza o Araribóia”. Porém, apontou outros lugares importantes como o Ginásio Tesourinha, CECOPAM<sup>15</sup>, CEPRIMA<sup>16</sup>, CECOFLOR<sup>17</sup>, CEGEBE<sup>18</sup>, Ginásio Lupi Martins, Parque Alim Pedro. Por fim, falou do Parque Ramiro Soto, na Redenção. Porém, percebi que ficou reticente com este espaço,

---

<sup>15</sup> Centro de comunidade Parque Madepinho

<sup>16</sup> Centro de Comunidade Primeiro de Maio

<sup>17</sup> Centro de Comunidade Vila Floresta.

<sup>18</sup> Centro de Comunidade George Black.

pois pelo que ela fala, possuem muitas associações lá, mas ela não acha um bom lugar para estudo (Diário de campo, dia 03/11/2011).

Nessa mesma reunião, fiquei sabendo de um evento que se realizaria no dia 19/11/2011 denominado “Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer”. Preparei-me para ir ao evento e me surpreendi positivamente com o que vi. Em um sábado de tarde, o ginásio do parque estava repleto de pessoas com debates bastante fortes. As pessoas estavam muito envolvidas na discussão, não parecia que estavam lá para fazer número, como em vários eventos parecidos com que eu já havia presenciado:

Sentei-me em uma cadeira de plástico, com algum receio que ela não suportasse meu peso, e iniciou-se o evento. Naquele momento contei aproximadamente 70 pessoas sentadas em um dia de calor muito forte. O professor Eduardo fez uma breve abertura com vários agradecimentos sendo que de imediato compôs a mesa com o Sr. Maciel, presidente da Associação do Parque Ararigbóia e com o Secretário de Esportes Sr. Edgar Meurer [...]. No final de sua participação no evento, o secretário colocou-se a disposição para responder algumas perguntas da plateia. Foi quando levantou-se um Sr. que já havia falado comigo e com o Gilmar logo na entrada do evento manifestando uma série de contrariedades a atual administração do Parque. Falou que os bancos estavam colocados nos lugares errados, pois não estavam embaixo das árvores e por consequência sem sombra. Reclamou, ainda, de descaso com a caixa de areia para os brinquedos das crianças e apontou que “um pequeno grupo se apropriou do parque e o utiliza para seu próprio lazer, vem para tomar vinho e compraram ar condicionado para suas esposas ficarem dançando”. O secretário manifestou-se dizendo que em relação aos bancos é possível fazer modificações. Já em relação à areia, em função dos animais circulando pelo parque, não seria positivo colocar-se muita areia no espaço dos brinquedos. Espantei-me que a mesa acolheu democraticamente as acusações deste cidadão, agradecendo sua manifestação sem fazer qualquer contra-argumentação no momento imediato. Posteriormente, uma série de pessoas fizeram intervenções defendendo a administração do Parque e fazendo alguns questionamentos como: “Por que o parque Tamandaré não faz parte do Ararigbóia?” outra Senhora disse: “Quem pode reclamar é quem paga a mensalidade, este cara que não faz parte não pode reclamar” e na última, um Sr. de mais idade disse que: “quem faz acusações tem que provar”, e visivelmente emocionado disse que “não queria que ninguém estragasse a festa. Concomitante a esta fala, escutei vários gritos da plateia de “cai fora meu” , “teu lugar não é aqui”. Embretado na situação este Sr., que fez a reclamação, começou a fazer uma série de gritos ininteligíveis no meio da multidão e saiu do auditório, em sua saída deflagrou-se uma estrondosa salva de palmas e posteriormente o seguinte comentário do Secretário de Esporte: “quem fala o que quer, ouve o que não quer!”. (Diário de campo dia 19/11/2011)

Ao final da reunião, o mesmo interlocutor que me abriu as portas na SME me apresentou para o coordenador e para outros professores do Parque. Expliquei os interesses de pesquisa e eles foram bastante receptivos. O coordenador afirmou que, como o ano estava acabando era mais interessante eu iniciar a pesquisa em março, tendo em vista que nos meses de janeiro e fevereiro os serviços do Parque eram suspensos em grande parte. Trocamos telefone e em março voltei ao campo. Fui recebido de forma acolhedora, tanto pelo coordenador do parque quanto pelo presidente da associação, e posso dizer que, a partir desse momento, os dois se transformaram não mais em informantes privilegiados, mas sim em atores da pesquisa. A relação com esses dois informantes proporcionou momentos mais reflexivos no campo. Tendo James Clifford (2011) e o seu debate sobre a autoridade etnográfica como orientação, procurei, sempre que possível, fazer questionamentos, oportunizando que meus informantes fizessem interpretações.

Relacionei-me com o campo entre novembro de 2011 e novembro de 2013, porém esse relacionamento não foi constante durante todo o tempo. Isso ocorreu por algumas situações que o próprio campo impunha como o recesso de janeiro e fevereiro, quando o parque praticamente deixa de ter qualquer tipo de serviço, e em outros momentos, em função de minhas obrigações e responsabilidade enquanto pai/estudante de doutorado/professor universitário. Mesmo assim, consegui fazer 55 diários de campo (WINKIN, 1999), distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1 -Distribuição dos diários de campo por mês

Nov 2011	2	Nov 2012	5
Dez 2011	0	Dez 2012	3
Jan 2012	0	Jan 2013	0
Fev 2012	0	Fev 2013	0
Mar 2012	8	Mar 2013	4
Abr 2012	3	Abr 2013	1
Mai 2012	1	Mai 2013	0
Jun 2012	1	Jun 2013	0
Jul 2012	1	Ago 2013	1
Ago 2012	6	Set 2013	1
Set 2012	5	Out 2013	3
Out 2012	8	Nov 2013	2

Penso ser necessário fazer algumas observações sobre esta tabela. Nos dois primeiros semestres, tanto em 2012 como em 2013, tive dificuldade de ir a campo. Em 2012, passei pelo processo de qualificação, o que me despendeu bastante tempo e energia. E em 2013, dois fatos foram significativos, o primeiro foi o nascimento de meu filho, em 16/05, e o segundo foi que o Coordenador do parque mudou neste período. Esse segundo fato foi significativo porque é possível dizer que o coordenador antigo foi meu principal interlocutor com o mundo do parque. De certa forma, é possível dizer que o trabalho de campo mais intenso aconteceu no segundo semestre de 2012. No final de 2013, fiz algumas entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987) com 12 pessoas, distribuídas sob a seguinte tipologia: 4 professores, 2 membros da associação e 6 usuários do parque.

Com relação aos critérios de escolha dos informantes, foram adotados critérios diferentes em função da natureza da interação no campo. Com os professores, fiz entrevistas com aqueles que, durante o trabalho de campo, sempre demonstraram uma boa flexibilidade sobre o processo de participação no parque. Interessante é que como sempre me relacionava com estas pessoas em seu horário de trabalho, muitas vezes uma boa conversa era interrompida pela necessidade de terem que fazer algum tipo de atendimento. Penso que a entrevista foi importante com estes colaboradores, uma vez que se constituiu em um momento de interação sem interrupções. Com relação aos membros da associação, o critério de inclusão foi o oposto, procurei nas entrevistas pessoas muito citadas, mas que, durante o processo de pesquisa, tive dificuldade de encontrar. Com relação aos usuários, o critério foi o da diversidade, pois procurei entrevistar pessoas que utilizavam diferentes serviços do parque.

Além disso, a pesquisa procurou, através de documentos, achar mais elementos para relacioná-los com o material empírico e proporcionar, assim, uma melhor interpretação.

Penso que mais do que uma pesquisa participante, esta pesquisa se configurou como uma investigação de “dentro e de perto” (MAGNANI, 2002), em função de que o tamanho do universo empírico e as limitações temporais que tive não me propuseram participar ativamente das atividades. Além disso, em etnografias urbanas, não é tão simples achar um “tipo comum” de pessoa, a

pluralidade é bastante grande, sendo que ser íntimo me proporcionava muito mais vantagens do que ser um militante.

Durante e após o trabalho de campo, foram construídas categorias de análise, as quais emergiram do trabalho de campo no contraste com os objetivos de pesquisa. O processo de elaboração de categorias está relacionado com um refinamento do processo interpretativo e comparativo:

A especificidade do meu caso se constrói no ponto de interseção de diversas categorias sociais mais amplas. Em outras palavras, fui obrigada a refinar a classificação de meu universo para chegar, de forma mais cuidadosa, a eventuais generalizações (FONSECA, 1999; p.18).

Construí duas grandes categorias, uma mais descritiva e outra mais interpretativa. A primeira foi subdividida em três momentos: a constituição histórica do Parque, as práticas acontecidas no Parque e a gestão do Parque. Na segunda categoria, procurei fazer uma interpretação mais intensa, pois a grande indagação era a de compreender o que faz com que as pessoas no Parque tenham esta cultura de participação tão peculiar. Nesse cenário, a discussão e o debate com as 'coisas' do 'mundo da educação física' ficaram restritas às considerações e procuraram proporcionar relações pertinentes ao debate da área acadêmica, e também a compreensão deste legado de lazer constituído por políticas públicas ao longo destes quase oitenta anos.

### 3. A PARTICIPAÇÃO NO PARQUE: APROPRIAÇÃO HISTÓRICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

#### 3.1 A constituição do parque enquanto lugar de participação

Numa democracia, onde devem ser atendidas devidamente, tôdas as necessidades essenciais do indivíduo, é cometido um grande êrro, quando se esquece de promover a recreação sadia e educativa do povo. O setor governamental que, por obrigação, cuida da educação infantil, pouco ou nada prevê para a recreação (GAELZER, 1951 *apoud* FEIX, 2003)<sup>19</sup>.

Esta seção se propõe a apresentar, daqui em diante, a descrição de uma política pública que a cidade de Porto Alegre vem promovendo junto aos seus cidadãos através do atendimento em praças e parques com intervenções docentes no âmbito do esporte, lazer e recreação.

Penso que, do ponto de vista epistemológico, seja importante contextualizar as práticas sociais realizadas no Parque. Sem querer dizer que o presente é reflexo do passado em uma lógica de causa e efeito, há necessidade, aqui, de referendar princípios etnográficos comprometidos com uma interpretação da realidade desprendida da noção de equilíbrio sistêmico e de afirmação das constituições históricas:

As sociedades reais existem no tempo e no espaço. A situação demográfica, ecológica, econômica e de política externa não se estrutura em num ambiente fixo, mas num ambiente de constante mudança. Toda sociedade real é um processo no tempo (LEACH 1996; p.69).

---

<sup>19</sup> Algumas palavras nesta citação possuem grafia não corrigida em função de respeitar o acordo ortográfico em vigência na época.

A necessidade deste tipo de descrição se faz necessária na tentativa de romper com um funcionalismo a-histórico, que se preocupa com as lógicas descritas como se elas explicassem por si mesmas a realidade. Sendo assim, inicio minha descrição fazendo alusão a fatos históricos que ajudaram a construir o contexto no qual estudei. A intenção aqui não é fazer um capítulo histórico, mas sim selecionar informações de pesquisas históricas articuladas com alguns dados empíricos, principalmente no que se relaciona ao Parque Ararigóia.

A Porto Alegre do início de século vinte estava passando por um profundo processo de modernização das relações sociais e econômicas. No âmbito das práticas corporais, a influência da colonização germânica é importante no sentido de valoração simbólica deste tipo de disposição para agir publicamente. Esse processo de germanização que se inicia no século dezenove, proporciona a fundação de sociedades e clubes que, de forma associativista, desenvolvem em seu interior práticas corporais como ginástica, remo, tiro, ciclismo e, até, futebol (MAZO, GAYA, 2006).

Pautado pela lógica da industrialização, o clima da cidade estava se transformando e o desejo de deixar o atraso e ingressar em um sistema produtivo mais globalizado 'fazia a cabeça da burguesia da época'. Para os pobres, ter a oportunidade de se transformar em trabalhadores/operários também era um ganho de capital simbólico. Logo, este processo suscita uma nova forma de viver e de pensar a cidade (LORIS, 2003).

O Governo de José Montaury (1896 - 1924) avançou no sentido de resolver alguns problemas da cidade, como a construção de um sistema de esgoto e a consolidação do Plano Geral de Melhoramentos, desenvolvida pelo arquiteto Moreira Maciel, em 1914. Além disso, neste período, o Governo Estadual construiu o Porto, proporcionando ao local um aspecto de maior salubridade. (SILVA, 2004).

Embora o Plano da Gestão de Montaury tivesse sido pensado sob o ponto de vista de grandes realizações, pode-se dizer que na gestão Octávio Rocha (1924-1928) é que se consegue implementar uma série de obras de grande impacto na organização espacial da cidade. Essas modificações eram pautadas pelos seguintes princípios: melhoria das condições de tráfego, saneamento e o embelezamento (SILVA 2004). Então, a criação de praças de recreação tinha um duplo viés: de saneamento e de embelezamento.

A administração Octávio Rocha possibilitou um tipo de democratização da utilização dos bens culturais produzidos na cidade na direção do que Cunha (2009) considerou como modernização do espaço urbano e possibilidade de integração das camadas populares aos valores e sociabilidades vinculadas, até então, à burguesia. Assim, o contexto político, social e econômico interfere nas formas de pensar e planejar acerca do espaço público da cidade.

Outro fato importante da gestão Octávio Rocha foi a criação de Políticas Públicas voltadas à recreação nos parques públicos da cidade. Um dos maiores intelectuais que proporcionaram a concretização destas políticas talvez tenha sido Frederico Gaelzer Neto. Ele elaborou um plano de recreação, defendendo que, com o aumento das horas livres, proporcionado pela mecanização, deveria ser utilizada a prática da recreação. Gaelzer aponta para a necessidade das comunidades se organizarem sob a forma de “Conselhos Consultivos de Lazer”, que deveriam dialogar com o poder público e, ao mesmo tempo, buscar em entidades privadas e voluntariados recursos para a manutenção das práticas de recreação (FEIX, 2003).

Em 1927, o Intendente sanciona o decreto nº 108, de 10 de Setembro de 1927, que estipula o percentual de 10% da área de crescimento urbano da cidade para praças jardins e largos (FEIX, 2003).

A partir das formulações de Gaelzer, podemos refletir sobre alguns elementos de políticas públicas debatidos até os nossos dias. O primeiro deles é o processo de participação. Para Gaelzer, não bastava que o poder público prestasse um serviço, era necessário que se criassem instâncias de participação associativista. Porém, esse associativismo possui uma forte influência do pensamento liberal, para o qual o direito só se consolida a partir do momento em que o cidadão o exerce pela sua participação. É nesse contexto que se criam os clubes das praças descritos por Cunha (2009), que são os organizadores do espaço e que se colocam como intermediadores da relação do poder público com os cidadãos.

A segunda reflexão é a questão do financiamento. Para Gaelzer, o Estado deveria investir recursos públicos na recreação pública. No entanto, é possível perceber que existe uma ênfase em um processo de articulação entre eles: intendência, clubes e voluntários. Com relação ao debate do financiamento, pode-se dizer que as reivindicações de Gaelzer ainda fazem parte da agenda do debate de políticas públicas de esporte e de lazer. Com relação à necessidade de articulação, é manifesto que em tempos de debate de intersetorialidade, essa preocupação

ainda se mantém. Além disso, elementos como as relações clientelistas e diáticas entre governantes e governados fragilizam esta articulação.

Ainda, e amparado por Feix (2003), é possível dizer que esses movimentos tornaram as praças/parques um espaço de sociabilidade cotidiana para os cidadãos porto-alegrenses<sup>20</sup>. Porém, é sempre importante frisar que eles estão ligados a uma série de interesses de indução de comportamento e de modificação cultural, alinhados com o paradigma da modernidade.

É possível pensar que a utilização destas práticas corporais se justifica de várias formas dentro da lógica emergente do momento. Em primeiro lugar, dialogam com a formação de um novo homem (trabalhador, cumpridor de seus deveres, manso e produtivo); em segundo, estas atividades também dialogam com a lógica higienista, pois, para ser produtivo, é preciso ser saudável; em terceiro, operam sob a lógica do controle, pois, proporcionando opções de lazer ordeiras e saudáveis, estes trabalhadores não correm o risco de se afastarem do trabalho por vícios ou doenças adquiridas em seu período extralaboral, muito pelo contrário, o ganho “físico” proporcionado por estas práticas melhora a produtividade dos mesmos.

A justificativa das políticas de esporte de forma utilitária é recorrente tanto na população como em seus formuladores. Os atores políticos justificam o esporte como um benefício para outros objetivos (provavelmente mais nobres, sob o ponto de vista simbólico), pois raramente o esporte e o lazer são compreendidos como um fim em si mesmo.

Na década de 1970, foram criados os centros de comunidade, sobre os quais a professora Rosane Molina (2004) realiza interessantes reflexões no que diz respeito ao processo de participação. Do ponto de vista do projeto pedagógico, são apontados quatro momentos distintos:

O Projeto Centro de Comunidade foi sustentado por três diferentes ideários: o esportivismo mundial e nacional (período 1969-1974), as proposições da educação física popular e a pedagogia do lazer (período 1975-1977). Depois de 1977, há uma ausência de proposta teórico-metodológica até o ano 1992, quando há um esforço por parte dos gestores municipais no reordenamento institucional, sem sucesso evidente. De 1992 até os quatro primeiros meses de 1995,

---

<sup>20</sup> Um bom exemplo da importância destes espaços públicos é a publicação do site [portoalegre.tur.br](http://www.portoalegre.tur.br) que aponta os locais turísticos da cidade. Nesta relação, são citados 14 lugares, sendo que 10 são espaços de convivência pública a céu aberto e 7 são parques da cidade. Disponível em: [http://www.portoalegre.tur.br/pontos\\_turisticos/porto\\_alegre-21-2-16.html](http://www.portoalegre.tur.br/pontos_turisticos/porto_alegre-21-2-16.html) (acesso: 08/05/2014).

época em que me dediquei ao trabalho de campo, interpretando as próprias narrativas dos atores colaboradores, foi um período em que, cada um, isoladamente ou de forma coletiva, trabalhou com bases teóricas construídas na própria experiência. Conforme as palavras dos entrevistados: desde 1977, entre os heróis e os corporativos, nós, “os educadores” vamos sobrevivendo como podemos (MOLINA, 2004; p.16).

Essa descrição dos centros de comunidade aponta também para a inserção da população no processo de participação na gestão da política. Se até as gestões da frente popular pode-se dizer que houve propostas heterogêneas, é a partir deste momento histórico da cidade que se criam instituições e situações em que se difunde o princípio da participação.

O advento das gestões da Frente Popular na cidade, entre os anos de 1989 e 2004, proporcionou uma experiência de participação descentralizada através do orçamento participativo e da consolidação do esporte como um direito e não como um processo acessório a outras políticas.

Com relação ao processo de participação, penso que dois trabalhos são importantes de serem analisados para pensarmos este processo. O primeiro é de Stigger (1992), que relativiza esta noção ao demonstrar que, embora existisse o discurso da participação, a mesma se fazia de uma forma precária. Aponta, ainda, que existiam conflitos entre os utilizadores e os frequentadores dos espaços públicos, e, por vezes, a noção de pertencimento ao bairro entrava em conflito com as noções de pertencimento das praças. Essa descrição aponta para vestígios de que a dinâmica social dentro das praças é atravessada por elementos que transcendem a administração do Parque e que remetem a uma cultura de apropriação do espaço.

O segundo é a tese da professora Silvia Amaral (2003), que faz uma análise mais ampla sobre avanços no processo de participação, principalmente através do Orçamento Participativo (OP). Ela afirma que os recursos, as ações sistemáticas e a infraestrutura aumentaram em função da participação. Penso que esta análise não compreende de que forma se estabeleceram as relações de poder dentro do processo e até que ponto as vontades dos governantes prevaleceram, ou não, em oposição ao que preconiza este mecanismo. Porém, alguns depoimentos contidos nesse estudo apontam para pistas de que existem problemas nesse processo de gestão pública:

No bairro, por exemplo, a classe média não consegue chegar, ou a classe média entre aspas, né, mas o pessoal que já tem a casa, que tem infraestrutura, não consegue usar o espaço de lazer porque tá ocupado por aquele que não tem onde morar, porque aqui ele faz, não só, ele não tá só deitado ali numa visão ascética da coisa, não! Ele fez suas necessidades básicas na praça também! Tu vais usar uma gangorra, um brinquedo de gangorra lá, tem um monte de fezes em cima, tá. O cara fez sexo também ali e tá tudo sujo, daí tu não consegue utilizar o espaço de lazer, o caso do meu bairro, é assim! Nós temos uma praça muito antiga, a Praça Florida, que era nosso grande cartão, hoje ela não é usada, porque se transformou numa zona de prostituição e tráfico de drogas. (Depoimento oral, 2000 apud AMARAL, 2003, p.165).

Esta fala e o conjunto de relatos feitos por frequentadores de praças apontam para uma sensação de insegurança dos espaços públicos (WENETZ, 2012). Essa insegurança é mais um elemento que pode ser pensado em uma perspectiva etnográfica, vai além da verificação de resultados e passa por uma compreensão de como esses processos culturais se estabelecem.

Outra pesquisa que analisa o processo de participação na consolidação de políticas públicas é o de Hamilton Santos (2003), que faz um resgate comparativo durante as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura de Porto Alegre. Ela aponta a existência de um crescimento tanto na conquista dos direitos como no processo de participação.

Posteriormente, nas gestões Fogaça (2005 - 2009) e Fortunatti (2009 – atual), é possível observar um enfraquecimento do discurso do esporte enquanto direito e um deslocamento para uma dimensão mais utilitarista e, até mesmo em alguns momentos, salvacionista (SCHAFF, 2009). Com o advento de um claro enfraquecimento de participação, a Política Pública de Esporte e Lazer de Porto Alegre é mais pragmática é muito mais preocupada com os bônus eleitorais possíveis de ser adquiridos.

O Parque Ararigóia, que iniciou suas atividades na década de 1940, foi consolidado pelo investimento de cidadãos nesse espaço público. Embora fosse um espaço público, foi pela iniciativa voluntária dos cidadãos que o espaço começou a se estruturar. Segundo informações registradas a partir do trabalho de campo:

Sentado na arquibancada do ginásio ao lado da quadra, este senhor me contou que, em 1941, um empreiteiro resolve aterrar o banhado que tinha no lugar do parque. Passaram quase três anos aterrando, e depois disso o lugar passou a abrigar o campo do sulfabril, o time de

futebol do parque. “Naquela época o time de futebol era a estrela do parque”, disse o informante (Diário de campo, 14/03/2012).

Achei impressionante a gratidão deste senhor de quase 85 anos para com quem ele chama de fundador do parque, disse ele: “Foi o Sr. Ari Bernardino da Silva que aterrou este lugar graças a ele ganhamos o parque e um belo time de futebol chamado Sulfabril” (Diário de campo 15/08/2012).

Essa relação do cidadão intervindo no espaço público e responsável pela manutenção do mesmo não só no zelo, mas também no sentido de contribuir, é uma marca presente até os dias de hoje:

Conversando ao lado da cancha de bocha, este participante antigo da comunidade e praticante da atividade me falou: “Pra fazer parte daqui, o cara tem que contribuir, ou seja, ajudar. Só ajudando, contribuindo é que ele faz parte da comunidade, pois passamos por todos os problemas e comemoramos juntos em todas as festividades” (Diário de campo 14/03/2012).

Em minha primeira relação com o campo, também pude perceber esta certa ética nas falas de um diretor da associação em evento público:

Porém, em vários momentos utilizou a expressão “assumir”, ou seja, para ele é responsabilidade das pessoas que elas assumam a responsabilidade pelo espaço público. [...] Em alguns momentos, pronunciou algumas frases que, a meu ver, queriam proporcionar um efeito positivo: “o parque é do povo, e o povo somos todos nós, logo o parque é nosso”; “Para participar as pessoas tem que pagar e quem paga merece bom material”; e “Não podemos nos esquecer que são só os adultos que pagam, as crianças não paga nada para participar” (Diário de campo 19/11/2011).

Essa dimensão contributiva como condição de pertencimento ao grupo social está bastante relacionada com princípios da democracia liberal, segundo os quais o cidadão precisa colaborar com a comunidade, e o Estado não necessariamente tem obrigações para com os cidadãos, porém este assegura aos cidadãos o direito civil, a liberdade econômica e a livre iniciativa social (MILL, 2004). Esses princípios são alicerces do associativismo liberal, em que a participação está relacionada a um contrato, neste caso, comunitário.

Durante a década de 1950, houve outro acontecimento significativo para a constituição da comunidade, houve uma intervenção no parque:

A prefeitura interveio no parque e mudou o nome, de Sulfabril para Ararigbóia, a comunidade perdeu o direito de utilizar o parque da forma como queria, e a prefeitura passou a marcar os horários e dizer quem podia e quem não podia usar o campo de futebol. [...] além disso fecharam a bocha e os moradores tinham que ir até o mercado público para marcar os horários, o que fazia com que pessoas de fora, estrangeiros, fossem jogar no nosso campo. A única coisa positiva foi a construção do barracão de madeira (Entrevista com membro da associação 1).

Em 1964, o time dos Veteranos do Ararigbóia foi fundado e com ele uma reivindicação de que se reservasse o sábado à tarde para as atividades do time. Penso que o movimento associativista, no sentido mais reivindicatório, do parque se inicia com este momento e com a formação de uma associação ligada à prática de futebol amador. Essa associação faz a disputa do bem coletivo em função de seus interesses de usufruir do parque. É importante notar que o pleito é pontual: garantir a utilização do campo nos sábados pela tarde.

Em 1981, outro fato marcante aconteceu na comunidade do parque. Foi criada a associação do Parque Ararigbóia, que tinha o caráter de representar não só o futebol, mas o parque como um todo. Nesse momento, além do futebol dos veteranos outras atividades aconteciam no Parque, como o futebol para “a garotada” (nos dias de semana) e a ginástica para as senhoras, que acontecia no barracão de madeira. Essas atividades eram feitas com professores cedidos pela Secretaria de Educação do município, uma vez que ainda não existia Secretaria de Esportes. A associação, em um primeiro momento, serviu para organizar as atividades festivas, e funcionou como um elemento de coesão comunitária:

Um dos integrantes da associação, que possui cabelos brancos e reconhecimento amplo de sua autoridade enquanto representante dos veteranos, fez um breve relato da história da associação, que foi fundada em 06/06/1981, e que o evento em questão era alusivo a data de 30 anos da fundação da associação. Disse ele: “em um primeiro momento, a associação não era tão forte, foi com o passar dos anos que fizemos valer nossa união e que conseguimos melhorar nossa situação” (Diário de campo 19/11/2011).

Outro informante revelou que aquele momento fez com que a comunidade se unisse em torno de uma causa:

Depois de um tempo de conversa, perguntei a este usuário do parque como foi o movimento dos veteranos na década de 1960 e

ele respondeu: “foi uma das coisas mais lindas que eu já vi, a prefeitura nos tirou o campo, nós não mandávamos em nada, era uma tristeza, mas depois de muito insistir conseguimos garantir que o sábado a tarde era nosso, dos veteranos” (Diário de campo 10/08/2012).

Penso que, em um primeiro momento, o sentimento comunitário girava em torno de um patrimonialismo, ou seja, as pessoas que contribuíram teriam mais um direito, pois se apropriaram do bem público para si e não para o uso coletivo. Nota-se, então, uma ausência do Estado na mediação das relações sociais, ou então a máquina burocrática está sob a tutela do poder político elitista.

Segundo Aguiar (2000), o Estado brasileiro, ao contrário de outros de origem anglo-saxã, é caracterizado fortemente pelo patrimonialismo, em que há o domínio da coisa pública por pessoas e grupos privados. Nesses outros países, a construção de uma sociedade civil forte e atuante fez com que se dissolvessem poderes absolutistas e arbitrários de determinadas famílias detentoras de riquezas. Para vários autores, como por exemplo Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, esta característica se constitui ainda em uma herança cultural do período escravagista.

Nesse momento histórico, o pertencimento a comunidade não está circunscrito a morar perto do Parque, ou então a frequentá-lo. Aqui o que importa é contribuir com a melhoria dele. Embora seja muito claro que esta lógica não atravessa todos os posicionamentos, o trecho de diário de campo que segue retrata o dia de matrícula das atividades, no ano de 2012:

Conforme havia combinado com Eduardo (servidor coordenador do parque) no último encontro, iria, no dia 08, fazer uma visita ao parque em função de ser dia de inscrições e de alunos novos. Depois de mais uma manhã escaldante e um engarrafamento homérico na BR 116, cheguei às 10 horas da manhã, no parque, sendo que quando cheguei pude presenciar pelo menos 4 moradores de rua dormindo no parque. Na quadra de cimento, ao lado do ginásio, pude perceber um professor (ou algo parecido, pois não possuía estereótipo de professor de educação física, parecia mais alguém da comunidade fazendo serviço voluntário). Entrei no ginásio e depois de ser inquirido por um funcionário sobre quem eu era, pude perceber que na quadra estavam posicionadas várias mesas, sendo que as mesmas eram ocupadas por professores e/ou estagiários das respectivas modalidades (yoga, futebol, biodança, etc.), tendo um cartaz feito identificando cada modalidade. Quando cheguei, existiam várias filas, porém, segundo a conversa que posteriormente tive com Eduardo (coordenador do parque), às 9 da manhã, quando iniciaram as inscrições, as filas estavam enormes. Entrando na quadra, pude ver que tinha uma mesa onde se encontravam as pessoas da

associação, sendo que vi que naquele lugar se recebia dinheiro. Fiz uma rápida conversa com o Sr. Maciel, onde ele repetiu o discurso de que é a participação das pessoas da comunidade e o fato delas se sentirem pertencente ao lugar que faz com que o mesmo seja tão cuidado e preservado. Apresentava a quem quisesse ver a prestação de contas, mas escutei o mesmo reiteradamente dizer que isso tudo tem custo e que, para participarem do parque, era importante pagarem as taxas para associação (Diário de campo 08/03/2012).

Peguei dois senhores de mais ou menos 60 anos discutindo sobre quem era mais dono do parque, um argumentava que por fazer ginástica há mais de quinze anos, e por já ter ajudado o parque por diversas vezes em festas, reivindicações, ele era mais dono do parque que seu debatedor. O outro retrucava que, por diversas vezes, ajudou a trocar tela e até mesmo a comprar material, como lâmpadas e colchonetes, tinha mais legitimidade de se dizer dono do parque. Esta conversa em tom de brincadeira, a meu ver, denota um sentimento de que a legitimidade do pertencimento se consolida com a contribuição voluntária (Diário de campo 08/03/2013).

Essas lógicas patrimonialistas são constituídas de maneira simbólica e histórica. Em função das diversas necessidades de manutenção e de demandas estruturais, pessoas que “resolviam o problema” tinham maior distinção dentro do Parque. A versão atualizada transforma a contribuição não em fator de distinção, mas sim em obrigação a todos. Esta transformação, de quantidade de contribuição para tempo de contribuição, altera os elementos simbólicos de distinção. Penso ser possível uma interpretação de que não há a clareza do que é público e do que é privado, de que há certa ‘quintalização’ do Parque a partir do sentimento de posse das pessoas que o ocupam há mais tempo e que fazem parte da gestão do parque.

Em um segundo momento, emergem relações de poder elitista/realista, pautadas pela racionalização dos processos de administração pública, tornando o burocrata como detentor de poder, pois faz parte da elite estatal que toma as decisões. Se antes uma espécie de coronelismo detinha o poder, agora o funcionário público legitimado por uma normatização legal detinha o poder. (FEDOZZI e col, 2012). Os trechos que seguem procuram retratar este sentimento por parte de funcionários públicos em relação à autoridade no Parque:

Depois de se indispor com algumas pessoas da bocha, com relação ao uso coletivo do espaço da churrasqueira, um professor do parque disse que, embora eles estejam organizados em associação, ele é o funcionário público concursado e responsável pelas atividades do parque e que por compreender e por pensar no bem de todos e não só dos integrantes da bocha, faria com que quem não colaborasse

fosse suspenso das atividades, pois ele tinha o poder e a palavra dele era lei (Diário de campo 12/10/2012).

Esse negócio de cogestão é muito bonito, mas no fim das contas quem é a autoridade aqui somos nós os professores, somos nós que vamos responder inquérito administrativo se algo não for feito do jeito certo. Somos nós que determinamos o que pode e o que não pode e como as coisas devem ser feitas, somos nós que entendemos da parte pedagógica e temos o conhecimento técnico de como as coisas são (Entrevista com professora 1).

A noção elitista de democracia e conseqüentemente de participação na vida democrática possui dois principais autores Max Weber e Joseph Schumpeter. Eles apontam que a democracia e a participação não são garantidoras do bem comum, isso pode ser evidenciado na interpretação de Avritzer sobre este tipo de lógica democrática:

A perspectiva de que a facticidade do ideal democrático poderia ser avaliada pela análise da compatibilidade entre o ideal da democracia [soberania popular] e certos processos objetivos cada vez mais evidentes nas sociedades européia e americana do começo do século. (AVRITZER, 1996, p. 103)

A grande questão é que, em Max Weber, a saída racional para a complexificação do Estado proporcionada pela modernidade se dá a partir da ratificação da importância da burocracia como forma de governo. Isso decorre da análise que faz sobre os motivos subjacentes da divisão de classes:

Diversamente da tradição teórica marxista, que entendia a separação ocorrida entre os trabalhadores e os meios de produção como produto da ordem burguesa, Weber interpretou essa nova ordem por meio do tema da crescente burocratização, em função do aumento da complexidade e da superioridade requerida pelo processo de instauração do Estado moderno (racional-legal). Diverge, assim, do diagnóstico marxista da democracia que supunha a soberania popular como dependente da separação entre trabalhadores, meios de produção e administração gerada pelo modo de produção capitalista. Para Weber, tal separação representou um fenômeno mais amplo, associado à crescente complexidade das sociedades modernas e à sua exigência de transferência dos meios de administração e produção para o controle dos funcionários especializados. Ninguém mais do que ele diagnosticou e prognosticou o aumento da burocratização como realidade de Estado moderno e do conseqüente aumento do controle sobre a vida dos indivíduos, indiferentemente da forma de produção capitalista ou socialista (FEDOZZI, 2002; p.68).

Nessa lógica, quanto mais complexo é o Estado e suas atribuições, mais preparadas devem estar as pessoas para participar. Aqui o critério de participação se dá a partir de um caráter elitista, uma vez que a participação está condicionada a especialização, proporcionando separação entre população e administração. A cidadania aqui está restrita a direitos políticos, sobretudo através do voto, porém não há em Weber uma noção de controle social, uma vez que os burocratas seriam as pessoas mais qualificadas para entender o funcionamento do Estado (AVRITZER, 1996).

Para Schumpeter, há na democracia uma contradição no que se relaciona a forma e ao conteúdo, a questão principal circula em torno da seguinte pergunta: Como soberania popular e bem comum poderiam caminhar harmoniosamente? Para ele, o povo não estava preparado para compreender as lógicas de funcionamento do Estado. Schumpeter aponta para a democracia como uma forma de convivência humana e deveria ser vivenciada pelo cidadão comum apenas no período eleitoral (SANTOS E AVRITZER, 2005).

Logo, tanto em Weber quanto em Schumpeter a democracia não se constitui como um princípio ético; ela é uma forma racional de lidar com uma configuração conjuntural, segundo a qual era preciso acomodar pensamentos diferentes sem que isso acarretasse em prejuízos para o bem comum e para a ordem social. É justamente por esse motivo que a democracia nesses autores é sempre representativa e constitui-se na legitimação da representação amparada por uma lógica jurídica. Quando a prefeitura assume historicamente a gestão do Parque, ela rompe com o patrimonialismo, porém institui um princípio elitista, em que cabe ao servidor público, neste caso distante que dá expedientes no mercado público no centro, o direito de arbitrar, a partir de uma racionalidade específica, quem deve ou não utilizar o parque.

Em um terceiro momento, a hegemonia burocrática, que possui racionalidade administrativa, fica desconexa em relação ao contexto político. Surge, então, outra lógica, a pluralista. Nesse tipo de organização, grupos sociais disputam coletivamente bens coletivos e cabe ao Estado mediar essas disputas. É lógico que esta mediação é interessada (BOURDIEU, 1997) e leva em conta capitais políticos, que esses grupos sociais precisam possuir legitimação neste campo para serem eficientes nesta disputa.

Quando eu era presidente, a gente solicitava abertura de novas turmas e grupos a partir das demandas, ou seja, quando alguém me procurava e dizia que queria abrir um grupo de alguma atividade via se realmente aquelas pessoas pertenciam a comunidade, se tinham um grupo forte, que pegava junto e que iria ajudar o parque a melhorar, aí sim eu como presidente da associação propunha a abertura de um novo grupo (Entrevista com membro da associação 1).

Esse pluralismo se constitui enquanto teoria no período pós 2ª guerra mundial e é protagonizado por pensadores de origem norte-americana. Os pluralistas procuraram compreender a participação democrática no contexto dos países capitalistas ocidentais:

Os pluralistas concordam com alguns pressupostos do elitismo democrático. Argumentam, todavia, que as tendências à centralização do poder – seja pela administração burocrática e/ou pelas elites são limitadas pela presença de múltiplos grupos de interesse. Segundo a teoria pluralista, as políticas de governo em uma democracia são influenciadas por contínuos processos de negociação entre numerosos grupos que representam diferentes interesses: patronais, sindicais, grupos étnicos, organizações ecológicas, grupos religiosos etc.(FEDOZZI, 2002; p. 73).

Existem duas principais discordâncias entre os elitistas e os pluralistas: a superação da relação idealismo/realismo e a preocupação com a qualidade da democracia. A análise elitista dos modelos clássicos de democracia, discutidos por Rousseau e Mill, apontava para uma perspectiva idealista, tendo em vista que era um princípio e não uma solução racional para problemas da sociedade. Aliás, nos autores clássicos, o funcionário público não passa de um seguidor dos desejos do povo, como aponta Rousseau:

Rigorosamente falando, nunca existiu verdadeira democracia nem jamais existirá. Contraria a ordem natural o grande número governar, e ser o pequeno governado. É impossível admitir esteja o povo incessantemente reunido para cuidar dos negócios públicos; e é fácil de ver que não poderia ele estabelecer comissões para isso, sem mudar a forma da administração (ROUSSEAU, [s/d]; p.94)

Se em Rousseau a noção de representação não se constituía em uma perspectiva democrática, em Mill os funcionários públicos eram os legítimos representantes da vontade do povo, extrapolando a dimensão de trabalhador

assalariado. Para ele, é muito importante que o homem comum tenha representação, por exemplo, no judiciário. Participando de decisões colegiadas ela, a representação, se constitui cívica e educacionalmente:

Para o cidadão comum, a dimensão moral oferecida pela participação nas funções públicas é bastante salutar. Ele é chamado para pensar os interesses coletivos; para ser guiado, em caso de reivindicações conflitantes, por outra regra para além de suas parcialidades privadas; a aplicar, em cada rodada de debate, princípios e máximas aos quais defende como bem geral; ele geralmente encontra, associado com ele nas mesmas formas de pensar, pessoas mais familiarizadas com essas idéias e operações, cujo estudo será para fornecer razões para a sua compreensão e estímulo a esse sentimento para o interesse geral (MILL, 2004; p. 26 [tradução livre, original em rodapé<sup>21</sup>]).

Para os elitistas/realistas (WEBER, SHUMPETHER) a democracia não é um princípio mas a melhor maneira de lidar com a complexidade do mundo moderno, logo eles se opõe a Rousseau e Mill apontando os mesmos como idealistas.

Para os pluralistas, a democracia é princípio e solução racional ao mesmo tempo. Por outro lado, há um grau de normatividade com relação à qualidade da democracia, ou seja, até que ponto existe equilíbrio entre os grupos sociais que estão disputando a hegemonia política.

Para Dahal (1971), “a democracia é a competição entre grupos e facções” (*apud* FEDOZZI, 2002 p.74) e, nessa lógica, constituem-se poliarquias. A qualidade da democracia se daria, entre outros critérios, na sua capacidade de submeter a população ao processo de participação nos períodos pré-eleitorais, fazendo com que essa participação não se restrinja ao processo eleitoral. Nesse cenário, a democracia se constitui na disputa por força política e não na tentativa de constituição de um consenso. Outra dimensão que aponta para a qualidade da democracia se refere ao equilíbrio da disputa, pois, a partir do momento que determinados grupos detêm a hegemonia dos recursos (sejam materiais, ou

---

<sup>21</sup>Still more salutary is the moral part of the instruction afforded by the participation of the private citizen, if even rarely, in public functions. He is called upon, while so engaged, to weigh interests not his own; to be guided, in case of conflicting claims, by another rule than his private partialities; to apply, at every turn, principles and maxims which have for their reason of existence the general good; and he usually finds associated with him in the same work minds more familiarized than his own with these ideas and operations, whose study it will be to supply reasons to his understanding, and stimulation to his feeling for the general interest.

peçoais) envolvidos na disputa, esta mesma perde o sentido. Quando o colaborador relata que para abrir-se um novo grupo era necessário que este tivesse representatividade, ele está operando com uma noção pluralista de participação.

Dentro desse contexto, fica muito claro um processo de hibridização dos comportamentos sociais (CANCLINI, 1997). Pude ver, em momentos distintos, que a história do espaço faz com que haja coexistência de formas diferentes de compreender e se portar no Parque. Mais adiante, pretendo discutir como estas lógicas interferem no processo de gestão do Parque, mas, por enquanto, acredito ser importante demonstrar essa ocorrência.

Na década de 1990, outro acontecimento muito importante atravessa a história do Parque, são as administrações populares dos governos do PT entre 1989 e 2004. Estas trouxeram grandes modificações para a estrutura e para a cultura política de participação da comunidade a partir de espaços institucionalizados. São incontáveis os trechos de diário de campo em que as pessoas fazem referência a esse período histórico no Parque e como isso foi transformador no que se refere às possibilidades de atuação democrática. Embora o processo de participação no Orçamento Participativo (OP) seja uma construção histórica, ou seja, o envolvimento dos representantes do Parque no processo tenha sido algo gradual, julgo ser importante descrever essa participação na relação entre o simbólico e o material, como fato social total (MAUSS, 2003).

De um ponto de vista mais objetivo, o processo de participação no OP resultou em construção e melhorias no Parque, das quais as mais significativas foram: a construção do ginásio, a construção dos vestiários e a iluminação do campo de futebol. Porém, antes de prosseguir, gostaria de fazer um alerta de que a intenção aqui não é fazer uma história do tipo data/fato, tampouco confrontar informações com registros documentais. O que interessa é compreender como simbolicamente estes acontecimentos resultaram em uma narrativa sobre o fato ao qual me deterei em descrever. Digo isso, pois, muitas vezes, as informações são conflitantes, como, por exemplo, o número de reuniões necessárias para se consolidar as edificações no processo do OP. Alguns informantes dizem que foram cerca de 100 reuniões, outros dizem que foram 600, outros 700 e encontrei outra pessoa que disse que foram mais de mil reuniões em 10 anos. Pouco me importa saber o número exato de reuniões, ou então confrontar essas informações, procurando atas destas, até porque é bem provável que estas tenham sido feitas

apenas em ocasiões especiais. O que importa é que existe um sentimento unânime de que foram muitas as reuniões e que, nessas ocasiões, o sentimento de reforço do trabalho coletivo foi forjado. Essa narrativa serve como forma de construção de solidariedade com relação à causa. Logo, a ideia não é fazer um relato histórico, mas sim um relato etnográfico sobre fatos históricos, tendo em vista o significado ímpar que esse momento proporcionou.

Com relação à construção do ginásio, destaco alguns trechos dos diários de campo:

Conversando na secretaria, entra uma senhora para pedir informações sobre a aula de musculação e um professor disse a ela que estávamos conversando sobre a construção do ginásio. Foi então que ela disse o seguinte: “Estávamos tendo aula de ginástica em um galpão caindo aos pedaços e o presidente da associação da época nos colocou que existia uma possibilidade da gente pedir a reforma do galpão, começamos a participar das reuniões e percebemos que era possível reivindicar a reforma naquele espaço, depois de um tempo nos falaram que não dava pra fazer reforma porque o galpão era muito judiado. Então começamos a luta pra conseguir o ginásio” (Diário de campo, 24/08/2012).

Estava no sábado à tarde assistindo a um jogo dos veteranos e surgiu ao meu lado um Sr. de cabelos brancos, que parecia ser uma pessoa representativa no parque, porque, a todo o momento, ficava falando com quase todo mundo e via que as pessoas o procuravam para se informar. Me apresentei a ele e de imediato ficou interessado. Perguntei sobre a placa de inauguração que fica no corredor de entrada do ginásio e ele falou assim: “Essa placa tem que ficar aí pra ver o quanto nos somos fortes quando nos unimos, esta placa representa que a comunidade quando se escuta e se entende pode achar um jeito de melhorar a nossa própria vida”. Me chamou atenção o sentimento de orgulho e uma certa reiteração da importância da união da comunidade (Diário de campo 25/08/2012).

Entrando na aula de ginástica, que ocorreria na quadra, perguntei a uma senhora, que já conhecia há algum tempo, como havia sido a construção do ginásio e ela respondeu assim: “Fomos nós as mulheres da terceira idade que conseguimos um lugar decente para a gente ter nossa ginástica e ficamos saudáveis e bonitas, porque nos somos lindas né, às vezes nossos maridos não entendiam porque saíamos à noite, naquelas noites frias. Depois de construído o ginásio, eles tiveram que dar o braço a torcer e muitos deles agora são mais atuantes do que a gente naquela época” (Diário de campo 29/08/2012).

O que fica claro, em um primeiro momento, é que o orçamento participativo representa uma narrativa sempre positiva, em que existe um sentimento simbólico do bem, mas ele é também significado como espaço de aprendizagens sociais:

Eu, antes de começar a participar do Orçamento Participativo, não sabia que existia secretaria de planejamento, nem o que era orçamento, nem projeto arquitetônico, muito menos o que fazia a secretaria de obras, tinha dificuldade de puxar assunto com alguém que não conhecia, fui aprender estas coisas depois dos 60 anos no OP (Diário de campo 29/08/2012).

Eu acho que este processo pelo qual passamos nos ensinou a ser mais gente, a participação nas coisas da cidade nos educou, acho que o OP é a manifestação clara de uma cidade educadora, onde se aprende não só na escola, mas se aprende sobre as coisas da cidade (Entrevista com membro da associação 1).

Esse otimismo, apresentado pelas pessoas as quais relatei, não é totalmente aceito pelos pesquisadores que estudaram o OP. Em particular, a obra do professor Luciano Fedozzi (2002), que vem estudando o OP de Porto Alegre desde a sua implantação, nos mostra que os processos decisórios estão pautados por lógicas que não necessariamente traduzem este processo como totalmente virtuoso. Ele aponta que sempre existiu uma participação significativa do governo nas assembleias e que as mesmas não eram feitas sem ele. Além disso, a compreensão de como funcionavam as regras do jogo por parte de alguns atores era decisiva para que pessoas ocupassem lugares privilegiados no processo do OP.

Fui lá, no mercado público, com um monte de senhoras do alongamento. Chegando lá não sabia o que fazer, estavam escolhendo delegados. Perguntei a um Sr. que estava ao meu lado quem é o bom aqui? E ele apontou com o dedo. Depois ele ficou falando e eu comecei a discordar dele, mas vi que tinha um jeito certo de falar as coisas, toda hora alguém gritava 'questão de ordem' eu não sabia nada destas coisas. Com o passar do tempo ao invés de perguntar pras pessoas quem era o bom, as pessoas passaram a me perguntar quem era o bom, porque eu havia aprendido como funcionava aquele jogo (Entrevista membro da associação 1).

Fedozzi (2002) aponta, ainda, que essas pessoas que detinham maior capacidade de circular dentro desse espaço acabavam construindo as negociações e que, em função disso, compunham uma elite dentro do processo de participação. Esses acontecimentos estão de acordo com um tipo de democracia pluralista, em que se desconstitui o burocrata como detentor do poder, mas os acordos políticos acabam acontecendo a partir de outras relações de disputa. Com o passar do tempo, cada vez menos se discute o mérito das demandas e cada vez mais se torna

uma disputa para ver quem consegue levar mais gente para levantar a mão na hora da votação.

Quando fomos reivindicar a iluminação do campo de futebol, não conseguimos levar a quantidade de pessoas suficiente para isso, mas tínhamos levado bastante gente. Então fizemos um acordo com o outro campo que nós apoiáramos a demanda deles e que no ano seguinte eles nos apoiariam, e foi assim que as coisas deram certo, assim que conseguimos a iluminação do campo que está até hoje (Entrevista membro da associação 2).

Outro fato a se pensar, com relação ao OP, é a total falta de respaldo que essa instância possui nos dias de hoje:

Quando perguntei sobre o OP um professor me falou: “Hoje não vale mais a pena participar do OP, não existe recurso pro esporte, e quando se consegue aprovar alguma coisa, eles vêm e dizem que a secretaria não tem dinheiro para bancar a demanda. É pura enganação, desde que o PT saiu do governo o OP é uma piada” (Diário de campo 29/08/2012).

Enquanto esperávamos pela audiência pública na câmara de vereadores perguntei a uma senhora que já havia visto praticando ginástica no parque sobre o OP, ela disse que “Depois que o PT saiu do governo ficou muito mais difícil de conseguir as coisas, o OP ficou esvaziado, o que precisamos é aumentar o orçamento da secretaria” (Diário de campo 23/10/2012).

Ao mesmo tempo em que o OP se constituiu simbolicamente como espaço de uma democracia participativa significativa, ele hoje não é visto com bons olhos pela comunidade, uma vez que esta não se vê mais representada nele.

Outro elemento bastante importante é que, se antes descrevi empiricamente fragmentos de patrimonialismo, elitismo e pluralismo, aqui fica muito clara uma intenção de democracia participativa, segundo a qual a ideia é se ampliar os espaços de participação direta em detrimento da participação representativa. A democracia participativa propunha uma radicalização da participação, cujo foco central se dá a partir da construção de uma outra sociedade, a ‘sociedade participativa’:

Havíamos considerado a possibilidade de se constituir uma sociedade participativa em relação a apenas uma área, a da indústria. No entanto, uma vez que a indústria ocupa um lugar de importância vital na teoria da democracia participativa, isso é

suficiente para estabelecer a validade ou pelo menos a noção de uma sociedade participativa. A análise do conceito de participação apresentado aqui pode se aplicar a outras esferas, embora as questões empíricas suscitadas pela extensão da participação a outras áreas além da indústria não possam ser consideradas. Não obstante, pode ser de alguma utilidade indicar brevemente algumas das possibilidades nesse sentido (PATERMAN, 1992; p.142).

Sustentando sua argumentação em Mill, Rousseau e Cole, Paterman aponta para a dimensão pedagógica da participação, em que a melhor forma para aprender a se tornar um cidadão pleno é fazer com que ele participe da vida política:

O homem comum poderia ainda se interessar por coisas que estejam próximas de onde mora, mas a existência de uma sociedade participativa significa que ele estaria mais capacitado para intervir no desempenho dos representantes em nível nacional, estaria em melhores condições para tomar decisões de alcance nacional quando surge a oportunidade para tal, e estaria mais apto para avaliar o impacto das decisões tomadas pelos representantes nacionais sobre sua própria vida e sobre o meio que o cerca (PATERMAN, 1992; p. 147).

Embora a proposta tenha uma retórica de radicalização da participação e da democracia, essa teoria teve poucos desdobramentos de estudos empíricos, pois de certa forma, foi 'atropelada' pela teoria da democracia deliberativa. Proposta por Habermas, essa teorização compreende que a formação da esfera pública é o local adequado para que sejam tomadas as deliberações sobre os rumos das políticas. Nesta o debate é tão importante quanto a votação ou a imposição das decisões.

Disse o professor de musculação: "A gente faz muita reunião, reúne com pai e mãe, com as turmas com as pessoas que têm demandas novas, procuramos sempre mostrar o que é possível e o que não é, e por fim sempre tentamos construir uma saída junto para os problemas. É muito difícil a gente não chegar a bons acordos, pois é assim, é junto com a comunidade que a gente faz a gestão do parque, é junto da comunidade que ela faz o parque ser melhor" (Diário de campo 16/03/2012).

Isso ficou bastante claro na observação de uma reunião que presenciei para fazer as definições da distribuição dos horários das quadras:

Yan queria dois horários, fato este que Eduardo não permitiu, justificando que, se o ginásio é público, uma maior quantidade de pessoas deve utilizá-lo, e o fato de um mesmo grupo ocupar dois horários, mesmo que pagando, faz com que este princípio se

esvazie. Porém, afirmou que se o horário estiver vago o grupo poderá utilizá-lo na condição avulsa e não de mensalista (Diário de campo 05/03/2012).

O ponto de vista do bem público como algo de todos ficou preservado ao não proporcionar que um grupo monopolizasse o ginásio, porém essa postura foi construída de forma deliberativa, oportunizando o diálogo e uma saída intermediária. Fragmentos de democracia deliberativa emergem aos olhos, tendo em vista que:

“Deliberação” é uma categoria normativa que sublinha uma concepção procedimental de legitimidade democrática, segundo Habermas. Esta concepção normativa gera uma matriz conceitual diferente para definir a natureza do processo democrático, sob os aspectos regulativos (ou exigências normativas) da publicidade, racionalidade e igualdade. Embora também tenha um caráter empírico-explicativo, a ênfase da concepção habermasiana de democracia procedimental assenta no caráter crítico-normativo. A concepção procedimental de democracia é uma concepção formal e assenta nas exigências normativas da ampliação da participação dos indivíduos nos processos de deliberação e decisão e no fomento de uma cultura política democrática. Por ser assim, esta concepção está centrada nos procedimentos formais que indicam “quem” participa, e “como” fazê-lo (ou está legitimado a participar ou fazê-lo), mas não diz nada sobre “o que” deve ser decidido. Ou seja, as regras do jogo democrático (eleições regulares, princípio da maioria, sufrágio universal, alternância de poder) não fornecem nenhuma orientação, nem podem garantir o “conteúdo” das deliberações e decisões (LUBENOW, 2010; p.232).

Ao utilizar a formulação do hibridismo, procuro trazer elementos empíricos que apontam várias noções de participação democrática. Embora a noção de democracia deliberativa tenha um alto grau de normatividade, o que a meu ver a torna mais utópica, ela está presente no discurso e na forma das pessoas se portarem coletivamente. Isso ficará bastante claro no momento em que descrever os processos de gestão e a ética das tomadas de decisões com as quais me relacionei. A ideia aqui não é dizer que o Parque Ararigbóia seja ‘o modelo de democracia deliberativa nas políticas de esporte e lazer no Brasil’, mas sim afirmar que a construção histórica e identitária proporcionam experiências que em algum momento estão relacionadas ao modelo de democracia deliberativa.

Do ponto de vista teórico, procurei, ao longo do texto, demonstrar que existem concepções de democracia e que, para cada uma dessas concepções, existem

formas de participação da população. O quadro que segue procura fazer uma síntese deste debate:

Tabela 2- Participação nas teorizações sobre democracia

Perspectiva democrática	Participação do cidadão comum	Papel do Estado/burocratas
Clássico	Determinar através da participação pública a gestão do bem coletivo.	Executar as determinações do povo.
Elitista/realista	Votar em representantes que ocuparão espaços de poder. Aqui o voto é visto como uma procuração.	Determinar as ações nacionais, amparado por representatividade legitimada no voto.
Pluralista	Organizar-se em grupos sociais que disputam a sociedade.	Acolher as demandas dos grupos de acordo com a correlação de forças vigente.
Participativa	Participar da maior quantidade possível de espaços de tomada de decisão.	Proporcionar estruturas que possibilitem a participação direta da sociedade.
Deliberativa	Respeitar os princípios dos direitos civis e participar da esfera pública, contribuindo comunicativamente com argumentos racionais.	Proporcionar estruturas que possibilitem a participação do cidadão na esfera pública, bem como o acolhimento destas decisões no tensionamento com o Sistema.

Acho importante fazer este movimento teórico, pois muitas vezes vemos a democracia sendo chavão de campanhas eleitorais. Por outro lado, é possível ver, mesmo em trabalhos acadêmicos, essa noção sendo utilizada indiscriminadamente e de forma classificatória, ou seja, determinado espaço é ou não democrático, determinada política é ou não democrática.

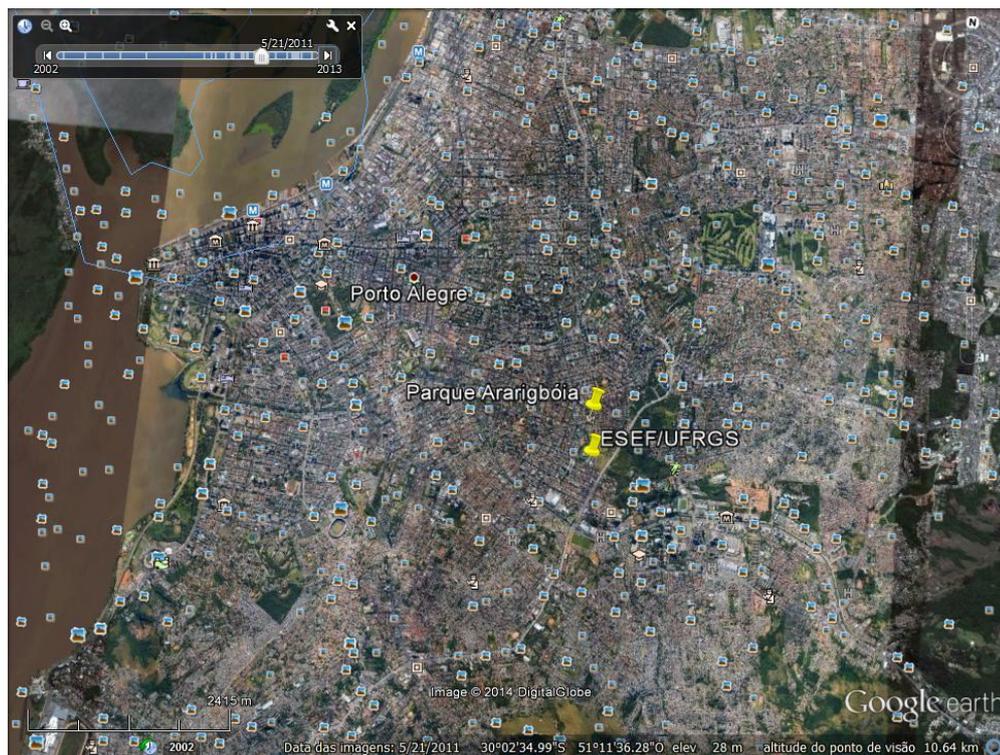
A constituição dos direitos sociais aponta para um processo de ampliação do acesso ao esporte, algumas pessoas tomam isso como democratização, pois proporciona a participação de mais pessoas enquanto usuários de uma política. Se utilizarmos um 'óculos teórico' elitista/realista, é possível confirmar a afirmativa. Porém, se utilizarmos um 'óculos teórico' da democracia participativa, o acesso da população não garante sua participação, e essa prática seria refutada como algo democratizante. É por isso que tenho bastante preocupação com as narrativas sobre participação, pois as mesmas, pelo menos em meu trabalho de campo, se constituem de forma heterogênea e o cenário e a cultura política da particularidade são fundamentais para compreender os processos.

Procurei, através de informações produzidas em campo, 'retratar' como a constituição histórica está presente no cotidiano, e a realidade observada e interagida é resultado deste processo. Por outro lado, ainda não apresentei o conjunto de informações que descreve como as práticas que acontecem no parque, sendo assim, a narrativa que tive até aqui não é tão minuciosa quanto aquela que pretendo empreender, pois estava fazendo uma interpretação de informações que não vivenciei. O relato que segue é o retrato do que vi, bem como de minhas relações das pessoas com as quais convivi em campo.

### 3.2 O Parque Ararigbóia

O Parque Ararigbóia conta hoje com uma estrutura no bairro Jardim Botânico, que está localizado bem no centro do tecido urbano da cidade e está ligado administrativamente à Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer, da prefeitura Municipal de Porto Alegre. Do ponto de vista de localização, encontra-se situado em um espaço completamente urbanizado, sendo que os relatos dos colaboradores apontam que o mesmo foi 'engolido' pela cidade ao longo dos anos. A foto que segue procura localizar o Parque dentro da cidade.

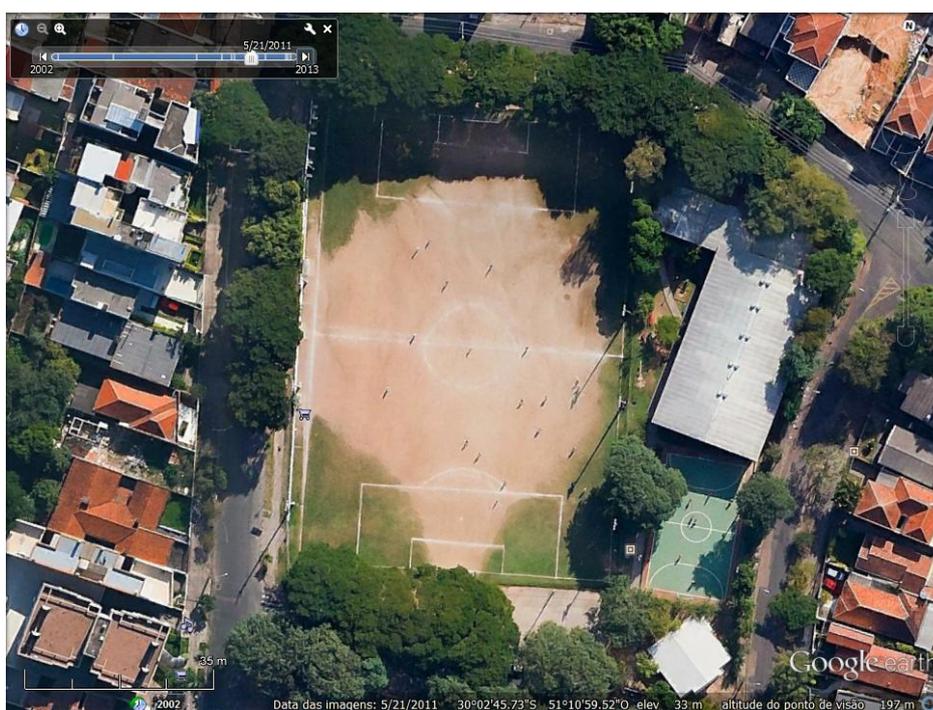
Figura 2- Localização do parque Ararigóia dentro do tecido urbano da cidade de Porto Alegre



Fonte: Google Earth

Possui cerca de 18 mil metros quadrados com vários equipamentos esportivos e de lazer, que são utilizados pela população:

Figura 3 - Vista aérea do parque



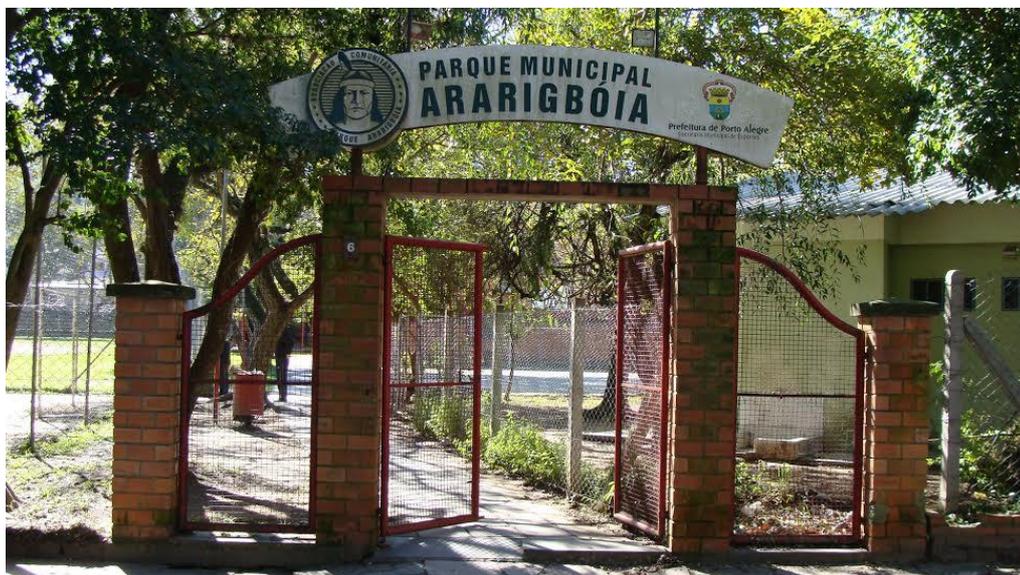
Fonte: Google Earth

Figura 4 -Vista aérea do Parque Ararigóia



Fonte Google Earth

Figura 5 - Pórtico de Entrada do Parque



Fonte: diário de campo 13/03/20012

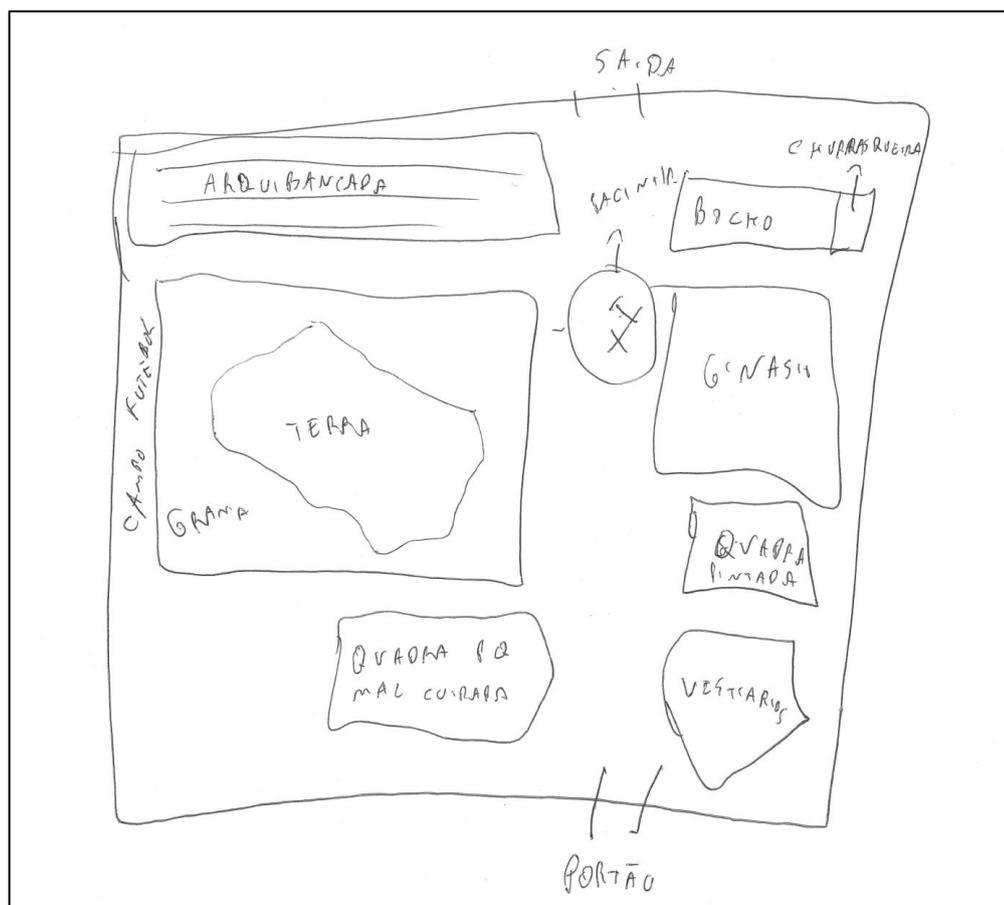
Esses equipamentos, por sua vez, estão localizados em um bairro de classe média, onde as residências que o cercam, bem como as pessoas que nele circulam,

têm um padrão de vida bom se comparado com a totalidade dos outros bairros da cidade.

Por outro lado, as articulações urbanas do Parque estão relacionadas basicamente com residências e pequenos comércios. Não existem, nas imediações do Parque, grandes indústrias e nem mesmo grandes comércios que interfiram nas práticas cotidianas. Já do ponto de vista do acesso, o Parque tem uma proximidade com a terceira perimetral, o que facilita bastante o deslocamento de pessoas de outras partes da cidade.

Do ponto de vista da disposição dos aparelhos, trago um esquema desenvolvido no diário de campo que, mesmo que rudimentarmente, descreve algumas informações importantes para compreender o funcionamento do Parque:

Figura 6-esquema da distribuição dos aparelhos



fonte: diário de campo dia 19/11/2011

Penso que um trecho do diário de campo deste dia ajuda a descrever um pouco das minhas sensações ao entrar no parque pela primeira vez, bem como explicam um pouco melhor esta organização:

Cheguei ao parque um pouco atrasado, pois o horário de início estava marcado para as 14:00 e eu ‘embestei’ que queria comprar um caderno estilo diário para fazer minhas notas de campo, porém como todas as livrarias de Novo Hamburgo estavam fechadas acabei gastando uma energia desnecessária fazendo este tipo de busca. Estava esperando chegar ao encontro e encontrar uma 10 pessoas no máximo, pois essa é a quantidade de pessoas que estou acostumado a reunir para debater política. Para minha surpresa, devia haver mais de cem pessoas. O parque estava em festa, além do ginásio com muitas pessoas, estava acontecendo uma das finais do campeonato varzeano e deveria ter uns 8 ônibus de pessoas de todo o lado da cidade para ver as partidas. A cada gol, uma bateria de foguetes era disparada. Junto disso, a bocha que é um espaço que fica anexo ao ginásio, estavam quatro senhores jogando, na quadra ao lado do ginásio, um grupo de garotos jogando futsal, e em uma quadrinha de cimento bem ruim, logo ao lado da entrada do parque, uns 10 garotos andando de skate. Me impressionei com a utilização do parque em um dia muito quente. Outra coisa que reparei, é uma quantidade de árvores bastante grande com muita sombra, onde as pessoas se sentam para tomar seu chimarrão (Diário de campo 19/11/2011).

Saí do parque naquele dia bastante empolgado, tendo em vista relatos de outras pesquisas que apontam o espaço público como o não lugar (RECHIA, 2003). As narrativas sobre a violência urbana e sobre o lazer cada vez mais tecnológico e individualizado (WENETZ, 2012) não se confirmaram neste caso. O que pude vivenciar foi um parque repleto de pessoas, tendo um lazer que não era alienado, como diriam os marxistas, pois estava acontecendo um fórum de políticas públicas e as manifestações fora do ginásio eram relações de lazer pautadas por uma sociabilidade comunitária. Além disso, aquele sentimento de fruição do lazer era bastante perceptível, e eu tive certeza que este era o lugar certo para pesquisar. O debate entre espaço e lugar é importante na medida em que: “O lugar é a segurança e o espaço de liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o segundo” (TUAM, 1983; p.03). Definitivamente, naquele primeiro momento me deparei com momentos de liberdade. Por outro lado, aquele momento poderia ser um episódio e não a normalidade, ou então a média dos acontecimentos do Parque. Para tirar essa dúvida, fui ao Parque em diversos momentos, o primeiro deles foi em um domingo pela manhã:

Cheguei domingo de manhã, lá pelas 10 horas da manhã. Naquele horário, o ginásio estava fechado e pude perceber quatro times de futebol, dois em campo e dois do lado de fora esperando sua vez. Junto disso, alguns integrantes, mais “experientes” estavam chegando com apetrechos para o churrasco, que até onde eu pude entender seria compartilhado pelo time que estava jogando e cederia lugar no prosseguimento da manhã. Outra coisa que chamou a atenção foi que, na quadra de cimento, tinha um Sr. de uns 40 anos (presumo que seja o pai) brincando de futebol com duas crianças. Depois de me apresentar, perguntei a ele se costumava vir ao parque, respondeu que não muito, pois era separado e estava passando o final de semana com seus filhos. Perguntei por que tinha escolhido o parque para brincar com seus filhos e ele respondeu que se criou no parque, jogou futebol de campo desde pequeno e que era apaixonado pelo parque. Perguntei a ele sobre os dois moradores de rua que estavam se abrigando na outra quadra de cimento e ele respondeu que, no parque, eles não eram um risco a ninguém, ninguém mexe com eles e se eles fizerem alguma coisa, sabem que se prejudicarão mais do que se beneficiarão (Diário de campo 18/03/2012).

Não satisfeito com essa impressão de espaço ocupado, fui ao Parque em uma quinta-feira à noite, pois outra narrativa bastante presente é que os espaços mudam à noite, se tornam mais hostis, mais perigosos e violentos afastando os moradores de dentro dele:

Cheguei pelas sete da noite, em horário de verão, ainda tinha um pouco de luz natural. Minha primeira impressão se deu ao tentar estacionar, os arredores do parque estavam lotados, tive que deixar meu carro um pouco longe. Ao entrar no parque, consegui perceber duas coisas: que havia movimentação tanto no ginásio como na cancha de bocha. Como já conhecia o pessoal do ginásio, da reunião que tive há semanas atrás, fui até a bocha e lá pude presenciar uma equipe de bocha treinando para o campeonato municipal. Segundo alguns integrantes, neste ano eles acreditavam que conseguiriam ir melhor, embora se queixem que as outras equipes fazem enxertos, ou seja, trazem jogadores que não pertencem à comunidade para disputar o campeonato, e isso eles não admitem. Além disso, um senhor servia bebidas e preparava uma refeição, os companheiros deste que não estavam jogando bocha jogavam cartas e conversavam bastante em um clima de bastante descontração. Lá pelas oito da noite, fui até o ginásio, era bem o momento de troca de times, que estavam jogando futsal, movimentando pelo menos umas 12 pessoas em cada grupo. Perguntei a ele porque praticava no parque e não em um lugar privado com mais segurança. Ele respondeu que sim, já houve roubo de carro, “nada muito importante, levaram só o rádio”, mas que o grupo escolheu praticar no parque por vários motivos: era mais barato, o valor é quase simbólico, que o grupo deles se conhece desde pequenos e que se criaram lá e que a

quadra é bastante boa. Falou ainda que o problema era que não dava pra tomar banho quente por causa do problema elétrico do parque. Perguntei a outro integrante do time que estava saindo se o parque era sempre movimentado assim à noite e ele respondeu que agora o movimento estava baixo porque a iluminação do gramado não estava funcionando. Disse que na época da iluminação funcionando juntava mais uns 30 a 40 homens junto ao campo de futebol e complementou “isso sem falar nas tietes que de vez em quando aparecem por aqui à noite” (Diário de campo 22/03/2012).

Depois desse episódio, me convenci que a ocupação do parque é bastante significativa e que aquelas narrativas pessimistas rodeiam as falas dos interlocutores, mas que não são impeditivos para o lazer esportivo. Com o passar do tempo, foi possível perceber algumas regularidades, como por exemplo, o parque, à noite e nos finais de semana, ser frequentado preferencialmente por pessoas ligadas ao futebol e à bocha e por homens. Durante o período diurno, em dias de semana, as pessoas frequentam o parque em função das programações existentes no mesmo, sendo o público, em sua maioria, da terceira idade e de jovens e crianças.

Nesse sentido, é importante relatar que o parque tem um campo de futebol com medidas oficiais. A grama cresce somente perto das linhas laterais, porém esse campo tem uma arquibancada atrás do gol, que fica ao norte (e faz divisa com a rua) e em vários espaços da cidade é comum ouvir dizer que o parque é o Maracanã do futebol varzeano. Esse campo tem iluminação desde o ano de 2000, porém em boa parte do trabalho de campo, os refletores não podiam ser acessos em função do problema elétrico estrutural que fez com o parque passasse mais de um ano utilizando-se do que os gestores do espaço chamavam informalmente de “gato legal”, pois foi feito pela própria Companhia de Energia.

Outros aparelhos esportivos são as duas quadras poliesportivas, de revestimento de alvenaria, abertas. Uma delas, logo à esquerda de quem entra no parque, é bastante irregular, pequena, não é pintada, tem péssimo alambrado e, em muitas das ocasiões que estive em campo, era o lar de dois moradores de rua que conviviam tranquilamente com o cotidiano do Parque. A outra quadra ao lado do ginásio apresenta um estado de conservação melhor. É toda pintada e tem alambrado em bom estado de conservação, chegando a ser trocado parcialmente no decorrer do trabalho de campo. Nesse espaço, presenciei uma prática mais livre da intervenção dos professores do Parque e, por duas vezes, um professor de um projeto social próximo ao Parque a utilizou.

O Parque possui também uma pracinha infantil, que tem brinquedos velhos e bastante usados, mas que apresenta bom estado de conservação. Uma das reclamações que presenciei sobre a “pracinha” (*playground*) é que cachorros e outros animais depositavam suas fezes ao redor deles e que o local não era muito higiênico para o uso das crianças. Sobre essa reclamação, por diversas vezes presenciei o funcionário responsável pela limpeza do Parque dar manutenção para o local, sendo que dependendo da situação, principalmente durante o dia, presenciei crianças brincando no espaço.

Além desses espaços, existe o ginásio, que foi construído durante a década de 1990 e que tem uma quadra poliesportiva em tabuão. Esse ginásio tem uma pequena arquibancada de dois lances. Um elemento que chama a atenção é uma preocupação com o calor dentro do ginásio, pois, além de este ter exaustores eólicos, tem também grandes ventiladores, que jogam vapor gelado nos participantes das atividades da quadra. Nessa quadra, além das práticas esportivas, são realizadas as grandes aulas de ginástica para a terceira idade e a prática de câmbio<sup>22</sup>.

O ginásio tem um segundo pavimento, onde existe uma sala de ginástica e uma sala de musculação, ambas bem aparelhadas e com a manutenção em dia. Além disso, essas salas têm ventiladores e ares condicionados. No pavimento térreo, o ginásio tem dois vestiários, um feminino e outro masculino, cujo estado de conservação é muito pior do que o feminino, uma cozinha, um depósito embaixo da escada e uma secretaria logo na porta de entrada.

Penso que a estrutura da secretaria é significativa, pois além de ter uma vista panorâmica de boa parte do parque, está estruturada com telefone, computador com internet, impressora. Em grande parte do tempo, há uma secretária. Tem, ainda, um banheiro e um mobiliário, onde são guardados materiais e documentos. Durante o ano de 2013, foi reformada a secretaria com recursos da associação. Nessa reforma, foi trocado o piso, o mobiliário e foi aberto um balcão para o corredor do ginásio de tal forma que quem precise ser atendido na secretaria, não precisa entrar nela. A significância desta estrutura está na comparação dela com o espaço

---

<sup>22</sup> O jogo de câmbio é um jogo adaptado, parecido com o voleibol, em que os integrantes podem segurar a bola com as mãos durante a partida. O nome é caracterizado pela regra, que exige que cada vez que a bola passe para o lado adversário, o time que jogou a bola deve fazer uma rotação de tal forma que mude a pessoa que ocupa o centro da quadra e que é responsável por arremessar a bola para a quadra da equipe adversária. O parque tem participantes de câmbio que chegaram a disputar os Jogos de Integração do Idoso, promovido pela Fundação do Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS).

reservado a fazer a gestão do esporte e do lazer em outras políticas públicas. Não é incomum escutarmos relatos de que o depósito dos projetos é o porta-malas do carro do professor. Além disso, nesse lugar nunca faltaram um cafezinho, um chimarrão, um tira gosto (dependendo de quem levasse, era tira gosto de dieta) e uma conversa acolhedora, carinhosa, reflexiva e ética.

Ao lado do ginásio, perto do portão dos fundos, fica a quadra de bocha, que é de material sintético e é coberta, um avanço, pois o comum das quadras de bocha em praças e parques de Porto Alegre é serem feitas de areia. Tem também toldos e/ou coberturas laterais, que impedem a chuva com vento de entrar no espaço. Ao fundo, existe um pequeno depósito e uma churrasqueira, acompanhadas de mesas de madeira, utilizadas em churrascos e confraternizações. É possível dizer que esse espaço é o de maior disputa dentro do parque, pois dentro da lógica cultural estabelecida, a possibilidade de confraternização envolvendo alimento é sempre algo bastante significativo. Aqui, além das atividades de bocha, os outros grupos, na medida do possível e de uma negociação, utilizam-no para confraternizar.

Outro espaço edificado é o prédio que ocupa o lado direito de quem entra no Parque pelo portão principal. São os vestiários do campo de futebol. Nesse prédio, estão localizados dois vestiários, um do visitante e outro “do time da casa”, e uma brinquedoteca. Durante o trabalho de campo, pude presenciar várias reclamações por parte dos gestores do Parque com a relação à falta de cuidado que os praticantes de futebol tinham com esse espaço, pois os chuveiros nunca funcionavam e os ralos e as pias eram entupidos com areia do campo, com bitucas de cigarro e papel higiênico. A brinquedoteca, pelo que soube, teve várias utilizações, desde depósito de materiais dos responsáveis pelo futebol, atendimento psicopedagógico, até a não utilização, como pude presenciar na maior parte do tempo em que estive em campo.

Por fim, dentro dessa descrição, há de se fazer referência a dois elementos bastante significativos para a convivência do/no parque: o cercamento e a arborização. O cercamento do Parque é total, ou seja, há telas ao redor de toda a quadra em que ele é edificado. Esse cercamento é repostado periodicamente por parte da associação, que procura ter tela em estoque, mas que tem dificuldades em achar pessoal para fazer sua colocação. Além disso, são feitas campanhas de não depredação das telas. Essas campanhas são feitas nas falas dos professores e nas falas dos integrantes da associação.

Com relação à arborização, penso que ela se caracteriza como bastante exuberante, tendo em vista que todas as áreas não esportivas têm árvores, inclusive as arquibancadas do campo de futebol. Nesse espaço, elas têm um duplo sentido, tanto para represar intempéries climáticas, como o vento e o calor, quanto para evitar que as bolas jogadas para fora ganhem o destino da vidraça do vizinho de trás do gol. Nota-se que o calor, tanto dentro como fora do ginásio, é uma preocupação significativa, e assim observam-se instrumentos de diminuição do mesmo em quase todos os espaços. Além disso, uma das árvores é de abacate e, em determinadas épocas do ano, é comum ver usuários e vizinhos da praça tentando alcançar frutos de melhor tamanho.

O atendimento é, atualmente, prestado por sete professores e uma coordenadora. Todos esses professores são concursados e lotados na Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação (SME), porém tiveram formas de ingresso diferente, alguns são concursados pela Secretaria de Educação, outros pela própria SME, outros vieram de cargos administrativos e incorporaram a função de professor e outros foram incorporados e/ou cedidos após serem concursados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre. Com relação à formação, todos os concursados são graduados em Educação Física, sendo que, destes, o quadro tem um doutor e dois mestres em Educação Física. Além disso, durante o processo de trabalho de campo, mais dois mestrandos passaram pelo parque. Nas conversas que tive com os professores durante o trabalho de campo, todos foram unânimes em afirmar que a condição de trabalho e de salário é bastante positiva:

O trabalho como professor na SME é fantástico, as pessoas estão acostumadas a receber a gente. Se você pensar em termos salariais, também é bastante bom, e se você pensar em um projeto de vida, aí sim, o plano de carreira é positivo. Vejo como grande problema o clima em alguns lugares, pesado, principalmente quem trabalha mais próximo da secretaria e mais longe da população, mas em geral é uma posição bem boa (Entrevista professor 2).

Tenho coisas que, na iniciativa privada, seriam muito complicadas, tive um sério problema de saúde e fiquei afastado por um bom tempo. Hoje, posso fazer fisioterapia e tenho redução de carga horária em função disso. Com relação ao trabalho, não me vejo fora daqui (Entrevista professor 1).

Ao mesmo tempo, poderia parecer que esses privilégios pudessem acomodar os professores, mas não é isso que é relatado no Parque:

Sabe, em alguns lugares, os professores concursados são bastante acomodados, fazem de conta que trabalham. Aqui no Ararigbóia, é muito raro ter que cancelar aulas por falta de professor, quando um falta outro cobre e as coisas se ajeitam. Penso que é bem complicado para alguém que quer fazer de conta que quer trabalhar vir para cá, pois ele seria o estranho no ninho. Os colegas aqui são muito bons, e são raros os que querem sair daqui (Entrevista professor 3).

Para mim fica claro, e será melhor desenvolvido nos capítulos seguintes, que a política de pessoal é fundamental na continuidade das atividades e que esta talvez seja uma das grandes virtudes do modelo.

No que se refere às atividades desenvolvidas no Parque, apenas citarei a variedade das mesmas, porém apresento, nos anexos, um quadro ilustrativo da organização dessas atividades no ano de 2013: alongamento, dança, jogos adaptados, ginástica, vôlei, ioga, bocha, futsal, ginástica artística e musculação.

Do ponto de vista da organização dos grupos, classificaria tipologicamente os grupos de usuários do parque em três grandes categorias: os mensalistas, que são aqueles que locam quadras à noite para a prática esportiva; os grupos de atividade dirigida por professores da SME; e os grupos de usuários históricos, que utilizam instalações de uma forma autônoma, porém institucionalizada. Além destes, existem usuários não organizados em grupos, que têm um lazer mais contemplativo ou esporádico.

Com relação ao primeiro grupo, denominado mensalistas, estes participam de um sorteio no início de março, quando são definidos horários e dias de jogos. Todos os grupos pagam uma taxa de utilização à prefeitura, através de um Documento de Arrecadação Municipal (DAM), emitido no site da prefeitura e que deve ser apresentado no momento do jogo. A associação recebe 15% desse valor para providenciar a manutenção do espaço.

Com relação aos grupos da bocha, foi relatado que se tentou proceder da mesma forma, com pagamento de DAM, mas isso não se concretizou, e que os espaços continuam sendo utilizados, a partir de auto-organizações desses grupos.

Além desses grupos de usuários, também está organizada, no Parque, a associação do Parque, que possui estatuto próprio e que tem papel definitivo na construção da cultura política do Parque. Ao legitimar-se ao longo dos tempos como uma associação que está inserida no debate político sobre a cidade, a associação

passou, ao longo dos tempos, de mera auxiliadora de processos internos, a protagonista no debate da cidade sobre políticas públicas de esporte e lazer.

Esta agremiação tem pleitos, nos quais são escolhidos representantes da comunidade que fazem o papel de gestores de recursos e do próprio parque. Essa associação reúne-se de duas formas, formalmente e informalmente. Reúne-se formalmente quando precisa tomar decisões importantes, bem como para fazer prestações de contas públicas do trabalho realizado e dos recursos geridos. Por outro lado, no cotidiano, pode perceber que a diretoria da associação reúne-se praticamente em todas as quartas e sextas-feiras pela manhã no ginásio. Nesse momento, as pessoas que fazem parte da associação estão no parque para praticar suas atividades, mas em vez de chegarem apenas em seu horário, elas chegam antes e saem depois, muitas vezes deixam de fazer suas aulas para ficarem discutindo o alambrado, o alagamento, o secretário de esporte, o orçamento, a privatização das praças.

De certa forma, participar da associação é algo bastante importante para as pessoas da comunidade. Elas mostram preocupações com a manutenção do espaço do jeito como ele está hoje:

Perguntado sobre a reunião na câmara de vereadores, um membro da associação respondeu assim: “Meu grande medo é que se a gente não se dedicar muito e mostrar para o governo e para a sociedade que fazemos um bom trabalho, eles queiram fazer conosco a mesma coisa que fizeram com o auditório Araújo Viana, no Parque da Redenção. Lá eles cederam o espaço para uma empresa privada e ela faz o que quiser com o espaço. Nosso medo, é que queiram privatizar a praça para um dono de academia da cidade, aí não vamos mais poder decidir as coisas da praça e, além disso, muitos de nós deixarão de frequentar uma vez que tudo ficará mais caro” (Diário de campo 24/10/2012).

Outro fator importante sobre o funcionamento da associação é que a prestação de contas é algo constante. Os membros da diretoria da associação não medem esforços ao demonstrar para as pessoas, todas que passarem pelo parque, como e porque estão sendo executados os gastos, ou “investimentos” em um linguajar mais nativo:

Cheguei ao ginásio e um membro da diretoria da associação estava com um grupo de senhoras da ginástica da terceira idade, explicando que a troca dos *steps* para a aula de ginástica era algo importante,

mas que seria bastante dispendioso. As senhoras agradeceram a atenção, porém solicitaram que fizesse um esforço para adquirir novos. Fiquei intrigado, pois *step* poderia ser visto como material pedagógico, coisa que, em tese, poderia ser discutida entre Secretaria e professores da praça, mas ao contrário disso, aquele grupo de senhoras estava preocupado com a qualidade de suas aulas, tornando, assim, o planejamento da aula, tarefa única do professor, em algo participativo, como algumas teorias de planejamento em educação física propõem (diário de campo 29/06/2012)

Logo, fazer parte da associação faz com que dois esforços sejam mobilizados, o primeiro é de manutenção de algo que poderia se chamar de patrimônio cultural, que é a honra, a tradição de protagonismo da associação, e a segunda é uma necessidade de consolidação de uma relação de prestação de contas (*accountability*). Esta é feita cotidianamente, através da atuação política dos membros da diretoria nas conversas de corredor, no início e no fim das aulas, e principalmente, nos eventos, quando há uma prestação de contas bem significativa por parte da associação e também da coordenação da praça. Do ponto de vista ético, em vários momentos pude registrar uma preocupação muito grande em publicizar as tomadas de decisões, bem como uma argumentação de justiça na relação com a coisa pública gerida por essas pessoas<sup>23</sup>.

Do ponto de vista das relações, é possível identificar algumas tensões mais recorrentes, são elas: a relação entre os vizinhos do Parque e os usuários, a relação entre os usuários da semana e os usuários do futebol, a relação entre os usuários da bocha e os demais. Essas relações, por vezes, pautam o debate do Parque sobre qual a finalidade do espaço público, sobre o direito ao esporte. Esses debates são interessantes para que possamos compreender o funcionamento do espaço.

Quando falamos da relação dos vizinhos com o Parque, é sensível que, por parte de alguns vizinhos, há um descontentamento da utilização do Parque, principalmente no que se refere à movimentação dos finais de semana e da presença de possíveis assaltantes e usuários de drogas “infiltrados” no Parque, à noite:

Perguntei a um professor sobre como os vizinhos viam o parque e ele respondeu: “Tem vizinho que odeia o parque, pois aqui é uma zona residencial e que do ponto de vista imobiliário é bem valorizado, mas que aos finais de semana tem movimento, foguetório do futebol, gente que bebe cerveja e fica alegre, e as pessoas que não estão

---

<sup>23</sup> Tratarei mais da noção de *accountability* no capítulo que discutirei a gestão do Parque.

envolvidas não estão nem aí pra este negócio de coletividade, fim de semana elas querem dormir no seu quarto com vista pra um parque vazio. Outra reclamação é com relação à violência dizem que o parque tem usuários de drogas e que tem assaltante que se esconde no parque” (Diário de campo 11/04/2012).

Ao falar com um membro da diretoria da associação ele disse que: “Os moradores não estão nem aí para o parque, querem pouco movimento para não desvalorizarem seus imóveis, mas o que eles precisam entender é que o parque não tem dono o parque é publico e todos tem direito de utilizar” (Diário de campo, 30/03/2013).

Durante o trabalho de campo, não tive a oportunidade de conseguir falar com um morador, mas as narrativas trazidas são reiteradas. Esta tensão fica diluída na quantidade de acontecimentos vivenciados no Parque, porém um fato acontecido depois de minha saída de campo e acompanhado por mim pelas manchetes de jornais chama atenção sobre o conflito. Em matéria com manchete do jornal O Diário Gaúcho, intitulada “Fim de uma era - Campo do Ararigbóia não faz mais parte do campeonato de várzea de Porto Alegre: Determinação da Secretaria Municipal de Esportes ocorreu hoje, após pedido dos moradores do bairro onde está localizado o campo”, é narrado acontecimento significativo relativo ao Parque:

Pressionada pelos moradores do Bairro Jardim Botânico, a Secretaria de Esportes de Porto Alegre determinou que a partir desta segunda-feira o campo de futebol do Parque Ararigbóia, no bairro, não receberá mais jogos do Campeonato Municipal de Futebol de Várzea da cidade. A medida vale também para 2014.

Segundo o secretário José Edgar Meurer, a decisão ocorreu após pedidos dos moradores locais, assustados com a violência durante as partidas.

- Estou chateado de ser obrigado a tomar esta medida. Mas os moradores do Jardim Botânico já vinham pedindo o fim dos jogos no parque, e temos o maior respeito pela comunidade local - justificou o secretário.

Por conta da situação, estão suspensos os três jogos que faltavam da Série B. Já as finais dos campeonatos da Série A, do Master e do Veterano ocorrerão no campo do São José, no próximo dia 17. Sobre a suspensão das partidas que faltam da Série B, o secretário ainda não sabe se elas ocorrerão.

Por volta das 17h30min deste domingo, um homem foi morto a tiros enquanto assistia aos jogos (Diário gaúcho, edição online 04/11/20013).

Figura 7 - Foto do trabalho de perícia relativo a assassinato no Parque Ararigóbia



Fonte: Diário gaúcho 03/11/2013

Já o blog Voz do amador<sup>24</sup>, narra o acontecimento da seguinte forma:

Secretário suspende campeonato da série B - O secretário de esportes do município, professor Edgar Meurer, confirmou na tarde desta segunda-feira que o campeonato da série B está suspenso. "Não podemos organizar um evento que venha trazer intranquilidade aos torcedores e aos moradores do entorno do Parque Ararigóbia", afirmou. A decisão prende-se ao fato acontecido ontem à tarde, quando um ex-apeinado que estava assistindo o jogo Primavera x Manchester foi morto com cinco tiros, num provável ajuste de contas. Os disparos desferidos pelo assassino, que fugiu do local, causou pânico entre os torcedores, muitos dos quais crianças e também entre os jogadores. A partida foi suspensa aos 5 minutos do segundo tempo com a vitória do Primavera por 2 a 0. "O campeonato da série B está suspenso até uma decisão futura", anunciou Edgar Meurer que disse mais: "O Parque do Ararigóbia não sediará mais jogos do campeonato municipal. Só serão permitidos jogos da liga com times convidados". (blog Voz do Amador, 05/11/2013)<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Este blog faz o acompanhamento dos acontecimentos relativos ao futebol de várzea da cidade. Mais informações sobre ele podem ser encontradas em Myskiw, (2012).

<sup>25</sup> Ver em [http://jornalavozdoamador.blogspot.com.br/2013\\_11\\_01\\_archive.html](http://jornalavozdoamador.blogspot.com.br/2013_11_01_archive.html)

É importante dizer que incidentes com violência envolvendo jogos de futebol não são novidade no Parque, inclusive ocorrências policiais e processos já foram desenvolvidos. Um bom exemplo disso é o Processo: ED 70047121470, julgado pela nona Câmara Cível e publicado o acórdão no Diário da Justiça do dia 03/04/2012. Nesse processo é narrado fato ocorrido em 2004, em jogo de futebol realizado no campo do Parque:

Aos trinta e nove minutos e quatorze segundos de jogo a partida foi paralisada para atendimento do atleta de nº 5 (cinco) da equipe do Porto, o Sr. Daniel Ribeiro que após uma disputa de bola lesionou-se. No momento da paralisação um torcedor invadiu a quadra de jogo dirigindo-se na direção do atleta lesionado que encontrava-se deitado no solo sendo atendido por seus colegas de equipe, quando o citado torcedor, gritando que a perna do atleta “estava quebrada, incitou um grupo de torcedores a também invadirem a quadra agredindo os atletas da equipe do Fussball desferindo socos e pontapés, inclusive atingindo a Comissão Técnica. Alguns atletas da equipe do Porto tentaram conter as agressões sem sucesso quando um tumulto generalizado teve início com troca de socos entre as equipes e um grande grupo de torcedores. Neste momento a equipe de arbitragem retirou-se da quadra de jogo encerrando a partida por total falta de segurança. Devido ao tumulto os dois árbitros e o anotador foram para a arquibancada de onde visualizamos o grande nº de pessoas dentro da quadra brigando entre si, impossibilitando a distinção de agressores e agredidos. Durante um período de mais ou menos vinte (20) minutos as agressões aos atletas da equipe do Fussball tiveram continuidade até que os mesmos se refugiaram na sala da administração que teve a porta derrubada a chutes e pontapés. Os torcedores descontrolados chutavam as portas de acesso ao ginásio e viravam mesas, cadeiras, latas de lixo com extremo vandalismo. Após serem avisados que o policiamento estaria chegando ao ginásio se retiraram do local.

Penso que as tensões a respeito da violência e as performatividades da Várzea de Porto Alegre já foram bem retratadas por Mauro Myskiw (2012), porém o que chama a atenção, nos dois casos, é que o Parque abrigava jogos de times que não eram de lá, pois o lugar tem o reconhecimento de ser o Maracanã da Várzea. Também chama a atenção o fato que, juridicamente, a associação do Parque foi, em um primeiro momento, citada como responsável pelo evento, tese que posteriormente foi refutada, por se tratar de espaço público e evento promovido pela SME, porém o simples fato da associação ser citada como possível responsável legal já é um reconhecimento do papel que a mesma tem na comunidade. Outro problema que se pode discutir teoricamente é até que ponto um ente privado, no

caso a associação, tem responsabilidade sobre um espaço público, ou ainda até que ponto o Estado pode transferir responsabilidade para um ente privado.

Feitas as observações sobre o evento jurídico, gostaria de retomar o fato jornalístico da morte ocorrida na arquibancada, ou na saída da arquibancada, dependendo da versão. O Diário Gaúcho, ao retratar o fim de uma era, faz um reforço de uma sociedade violenta e relaciona as práticas do parque com problemas para a vizinhança. Esse fato retoma uma das preocupações que havia no início do trabalho de campo, e que eram inspiradas no estudo de mestrado de Stigger (1992), sobre a participação, quando informantes achavam que só quem poderia participar dos processos decisórios sobre o espaço público eram os moradores da redondeza.

O fato novo é que a SME encerrou as atividades do campeonato da Várzea no Parque atendendo solicitações de moradores. Essa posição é simbólica na tensão do Parque com os moradores, porém é bem provável que as tensões continuem de uma forma diferente. Outra tensão dentro do parque é a relação entre os usuários de dia de semana e os praticantes de futebol de fim de semana:

Em conversa com um membro da associação sobre a morte do dia 02/11/2013, ele fez as seguintes afirmações: “É um disparate cedermos nosso espaço que é um espaço bom comparado ao campos de futebol espalhados pela cidade e na segunda-feira ter que se deparar com notícia de jornal envolvendo o nome do parque para qual eu tanto trabalho em manchete de jornal, o problema é este pessoal do futebol” (Diário de campo 26/11/2013).

Esse pessoal do futebol são um bando de bárbaros, só estragam a imagem do parque, brigam, ficam bêbados, não acho certo isso acontecer em um lugar público (Diário de campo 11/04/2012).

Conversando com jogador do time que acabava de sair de campo, perguntei a ele sobre a violência agregada aos jogos de futebol e ele respondeu assim: “Faz parte, a gente trabalha a semana inteira, vem pra cá, e dar um encontrão e as vezes um empurrão faz parte de estar aqui, jogar no Araribóia, não teria graça sem isso” (Diário de campo 18/03/2012).

Se antes o conflito girava em torno da relação do Parque em sua articulação urbana (CORREA, 1999), agora o debate gira em torno da constituição da sua identidade. Para alguns, o Parque é o espaço de vivenciar todas as experiências simbólicas relativas ao futebol de Várzea (MISKIW, 2012), para outros, o Parque é o espaço de vivenciar o lazer em toda sua fruição, sendo que a violência do futebol faz com que as pessoas tenham uma ideia errada do Parque e se afastem. Para esse

segundo grupo, o objetivo principal do Parque é a participação e o futebol afasta as pessoas dessa participação. O grande paradoxo desse pensamento é que prega a não participação de um grupo de pessoas, no caso os jogadores de futebol.

O último tipo de tensão observado em campo foram as relações entre os participantes da bocha e o restante:

Um professor do parque disse em conversa na secretaria: “Esse pessoal da bocha não pode se governar, eles têm que entender que não são donos da churrasqueira e que têm que dividir o que é público com todos, acho que se eles não mudarem a postura tinham que levar alguma punição, tipo fechar a bocha por um tempo”. Outro professor disse: “O que custa eles entenderem que as pessoas também têm direito de usar aquele lugar? O mínimo que eles podiam é ser um pouco mais educados com as pessoas” (Diário de campo 31/08/2012).

Penso que uma das maiores conquistas, enquanto coordenadora do parque, foi conseguir convencer o pessoal da bocha que eles precisavam dividir o espaço com o resto das pessoas (Entrevista com antiga coordenadora do parque).

Para mim, fica claro certo descontentamento das pessoas que não fazem parte da bocha com relação à utilização daquele espaço:

Participante do grupo da bocha falou: “Nós da bocha, somos o “pulmão do parque”, nós estamos aqui todos os dias vimos isso aqui nascer, já jogamos futebol, construímos um ginásio e este aqui é o nosso recanto, é aqui que a gente é feliz entre os amigos que chegamos a conhecer desde pequenos” (Diário de campo 22/03/2012).

Perguntei a um professor do parque como ele achava que deveria me inserir para conhecer melhor o pessoal do futebol, ele me disse para procurar o pessoal da bocha que “as coisas todas acabavam passando por lá no final de semana” (Diário de campo 02/03/2012).

Penso que esse conflito é bastante interessante, pois ele, a meu ver, está centrado na disputa de espaço e tem como critério de disputa a legitimidade. Por mais que os usuários da bocha sejam vistos como pessoas que são contestadas, eles só cedem o espaço quando querem, ninguém os tira de lá, por mais ameaças que sejam feitas. Eles têm uma legitimidade, possuem capitais de reconhecimento aos quais as outras pessoas têm dificuldade de contestar, dentro desse espaço simbólico, sem criar uma crise.

Os jogadores da bocha, o presidente da associação e alguns professores têm reconhecimento por manterem certa liturgia e conhecerem os significados de certos símbolos dentro do Parque. Esses símbolos estão relacionados ao sacrifício voluntário ao Parque e à qualidade das realizações obtidas.

Pierre Bourdieu (1997) aponta que nem todos são iguais dentro da disputa do campo, ou seja, existem pessoas que ocupam espaços privilegiados, que possuem maior legitimidade. Essa legitimidade, por sua vez, é constituída simbolicamente a partir de uma disputa. Nesse sentido, essas pessoas, mais legitimadas, possuem maiores capitais específicos do campo.

### 3.3 A Gestão do Parque

Havia chegado no fim da manhã, pois estava envolvido com atividades na Esef, e me deparei com uma verdadeira festa na secretaria do parque. Devia ter uns quatro professores, mais o coordenador do parque, duas pessoas ligadas à diretoria da associação, e estavam dividindo chimarrão e um bolo. O professor de musculação recusou dizendo que não podia comer carboidratos naquela hora, fato que foi caricaturado pelas outras pessoas. Estávamos em um clima descontraído, quando chega o presidente da associação, abre a porta e pergunta: “pessoal vocês viram que o remendo do telhado do ginásio não está dando conta da goteira?” (Diário de campo, 28/09/2012).

O trecho de diário de campo com o qual abro esta seção não aponta para nada extraordinário, ele é a exemplificação do cotidiano. Talvez isso se justifique pela finalidade da política que é o lazer e ao qual geralmente<sup>26</sup> está associada uma perspectiva de ludicidade e de informalidade. Não é porque está se discutindo problemas sérios da comunidade que isso não pode ser feita de uma forma leve.

Porém, há certo tensionamento entre ludicidade e seriedade da gestão. De um lado, as pessoas ligadas à associação costumam ter uma postura mais sisuda

---

<sup>26</sup> Aponto como geralmente pois existem pesquisas onde o objeto tem sido o lazer sério, (PACHECO, 2012).

ao tratar dos problemas do Parque, enquanto os professores de Educação Física são mais tranquilos e nunca lhes falta sorriso em seus rostos.

Gosto muito de ir ao parque nas segundas-feiras pela tarde, não existe atendimento neste turno e sempre consigo falar com os professores com mais calma. Neste dia, o debate foi a utilização dos chuveiros pelas pessoas que jogavam à noite. Como a ligação de energia elétrica ainda era precária, não se podia ligar os chuveiros elétricos, apenas a água fria, e isso estava acarretando reclamações dos usuários. Enquanto um membro da associação estava bastante preocupado com o assunto, um professor sorriu e disse: “Ainda bem que o inverno já passou”. A impressão que tive foi de que o membro da associação havia ficado chateado com a ironia do professor, mas depois fez a seguinte fala: “Tomar banho pra que? São tudo uns fedorento mesmo”. E logo depois deu uma grande risada (Diário de campo 05/11/2012).

De certa forma, não perder o bom humor é algo importante para a manutenção da convivência nessa lógica de cogestão em que funciona o Parque. Os funcionários públicos que trabalham ali são bastante experientes no serviço público, penso que os anos se relacionando com a comunidade e com diversos governos municipais lhes dá uma segurança nas pequenas relações do dia a dia, e isso transparece em seu bom humor. É possível dizer que têm conhecimento sobre as regras, experiência de como estas são aplicadas e conhecem bem os riscos. De certa forma, em poucas vezes observei os funcionários do Parque em tensão evidente relacionada a seu trabalho. Em alguns momentos, testemunhei aflição por um problema de saúde ou por um problema mecânico no carro, mas, de forma geral, havia uma grande narrativa positiva.

Com relação ao processo de gestão e de tomada de decisão, algumas divisões são bastante claras. A coordenação do Parque, que possui um professor de Educação Física concursado e lotado na Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Recreação, tem responsabilidades formais sobre o Parque. Por outro lado, a associação do Parque está cotidianamente presente e tem papéis importantes nesse processo de gestão. O quadro que segue procura fazer uma síntese dos tipos de processo que são geridos, bem como o papel da coordenação do Parque e da associação:

Tabela 3 - Atuação da coordenação e da associação na gestão do parque

Tipo de processo	Coordenação do Parque	Associação do Parque
Questões didáticas	Responsável	Não participa
Questões de gestão do pessoal	Responsável	Não participa
Questões de manutenção cotidiana (corte de grama, troca de lâmpadas, etc)	Responsável, com capacidade limitada de ação.	Corresponsável
Questões estruturais pequenas e esporádicas (furo na cerca, compra de material, compra de ar condicionado, etc.)	Corresponsável	Corresponsável e financiador
Questões estruturais de grande porte (reforma do sistema elétrico, construção de benfeitorias)	Participa apenas debatendo os assuntos e encaminhando pedidos para SME.	Possui papel de protagonismo reivindicatório
Promoção de eventos	Corresponsável	Corresponsável

Com relação às questões didáticas, minha experiência de trabalho de campo me oportunizou perceber que não há uma grande interferência da associação sob estes aspectos. De forma clara, não há nenhum tipo de questionamento por parte dos usuários sobre o conteúdo das aulas:

Nossos professores são muito bons, eles sabem muito, estudaram muito e tudo que eles fazem é para o nosso bem, eu fico muito tranquila em saber que além de a aula ser muito divertida, eu estou fazendo bem para minha saúde (Entrevista com usuária 1).

Nosso trabalho aqui é dar estrutura para que os professores possam fazer aquilo que eles estudaram, é muito difícil ter reclamação de professor aqui, são muito educados e atenciosos. Além disso, nos ajudam a pensar o parque, o que precisa melhorar. Sabem que tipo de coisa ta sendo feita de novidade fora e que a gente poderia implantar aqui (Entrevista com usuário 3).

Tem professor que às vezes é meio grosso, mas tem que ser mesmo tem gente que se passa, quer saber telefone, fazer jantinha fora do parque. E eles dão “cortaço” mesmo, são superprofissionais (Entrevista com usuária 4).

Por outro lado, o que pude observar foram reclamações pontuais sobre um estagiário. Nesse caso, coube à coordenação do Parque conversar com ele para que pudesse repensar a sua prática:

Estava na sala e o coordenador do parque estava ao telefone, justificando o porquê de ter colocado à disposição um estagiário. Logo que desligou o telefone, perguntei o que havia acontecido, e o coordenador me respondeu: “Conversei várias vezes com o guri, disse que ele precisava ser atencioso com as pessoas, aprender a escutá-las e que deveria ser responsável com relação a horários. Disse que ele estava aprendendo a ser profissional, mas às vezes é difícil lidar com estes jovens, tenho impressão que ele não se dá conta da importância social que nosso trabalho possui” (Diário de campo 23/11/2012).

Além deste papel pedagógico, a coordenação do Parque é fundamental no processo de gestão de situações de aula, como por exemplo tomada de decisão sobre as turmas para as quais cada professor lecionará, bem como as atividades que cada um terá durante o ano. Além disso, quando da necessidade de organização de eventos, a coordenação proporciona espaços de debate. A forma de planejamento é bastante participativa junto à equipe de professores. Um bom exemplo disso ocorreu quando foi debatida a abertura de turmas para o ano seguinte:

O coordenador do parque reuniu uns quatro professores que trabalhavam com musculação e questionou-os como deveriam estar organizadas as turmas para o ano que vem. Um dos professores ponderou sobre o tamanho das turmas sendo que outro comentou que em determinada turma havia uma quantidade maior de pessoas evadidas e que ter mais pessoas na lista não acarretava prejuízo. O coordenador pediu para pensarem mais que na próxima vez decidiriam sobre isso (Diário de campo 14/11/2012).

Penso que este trecho do diário de campo retrata um pouco sobre a gestão pedagógica do Parque. Como são professores que estão juntos há bastante tempo, têm a abertura suficiente para expor seus pontos de vista com tranquilidade. Além disso, a coordenação do parque se coloca como parceira no sentido de construir este tipo de decisão junto com os professores. Sob esse aspecto, a associação não tem protagonismo. Possuo registro apenas de integrantes da associação fazendo

brincadeiras com o coordenador sobre determinado professor: “Fiz aula do professor X e fiquei toda dolorida, ele é malvado” (Diário de campo 22/03/2012).

Com relação à gestão do pessoal, a coordenação do parque tem atribuições formais, tais como verificar a frequência e a pontualidade dos funcionários e professores, além de negociar as demais questões funcionais, como, por exemplo, o período de férias. Existem duas situações particulares, a primeira é que nos meses de janeiro e fevereiro as atividades do parque param de ocorrer e a segunda, é que as férias, tanto de funcionários como professores, ocorrem neste período.

Com os funcionários, a coordenação negocia as férias neste período, porém em relação aos professores, há uma maior complexidade. Como eles só têm direito a trinta dias de férias e a prefeitura oportuniza projetos diferenciados neste período, como por exemplo, o uso das piscinas comunitárias nos Centros Sociais, há um remanejamento dos trinta dias restantes, para que os professores das praças cubram essa demanda em outros espaços de lazer da cidade. Nessa situação, a negociação passa a envolver também a SME, uma vez que é ela que faz a gestão desses projetos diferenciados durante o verão.

Cabe ao coordenador do Parque cobrar para que as pessoas cumpram seus horários. Ele faz esta gestão com o auxílio da comunidade:

Um membro da associação fala ao coordenador: “O guarda da noite está chegando atrasado, o pessoal do primeiro horário sai prejudicado, pois o ginásio fica fechado”. O coordenador responde da seguinte forma: “Já conversei com ele, mas irei retomar, precisamos de parceria, se ele nos deixar na mão, não temos como ajudar ele” (Diário de campo 02/05/2012).

Em conversas posteriores, o coordenador me relatou que o problema havia sido resolvido, mas refletia sobre a grande responsabilidade que é coordenar o Parque, onde coisas acontecem 24 horas por dia.

Já as manutenções mais cotidianas estão organizadas no Parque a partir dos serviços de funcionários pagos pela prefeitura: possui um funcionário responsável pela manutenção e uma funcionária responsável pela limpeza. Nessa lógica, serviços como corte de grama, limpeza de banheiros, troca de lâmpadas simples (as do ginásio e do campo de futebol requerem serviço especializado), organização do espaço de circulação, ficam a cargo desses funcionários. Como eles são de responsabilidade da coordenação do Parque, sempre prestam conta de seu serviço

ao coordenador. Em uma primeira impressão, pensava que membros da associação solicitavam serviços a eles, porém, com o passar do tempo, pude perceber que a lógica hierárquica é sempre respeitada e a realização de serviços é negociada entre a associação e a coordenação, por intermédio do coordenador e do presidente da associação.

Não é possível dizer que o material necessário para a manutenção seja fornecido pela prefeitura. Não foram poucas as vezes que vi o coordenador do Parque pedindo para a associação a compra de combustível para a máquina de cortar grama, ou compra de lâmpadas, ou material elétrico. Em outras situações, via uma senhora que fazia parte da associação trazer material de limpeza “mais cheirosinho” para o uso nas dependências do ginásio. O que fica destas situações é que, mesmo que isso seja de responsabilidade da prefeitura, as pessoas ligadas à associação tomam esse problema como seu:

Ao falar com o presidente da associação sobre os investimentos da associação do parque, ele fez a seguinte fala: “O parque é do povo e se nós, que somos representantes do povo eleitos para comandar a associação, não fizermos nada ao nosso bel prazer e da boa vontade da prefeitura sempre teremos um parque sucateado. É nossa obrigação contribuir, essa é a única forma de afastar a drogadição, a violência e o vandalismo, quem se prejudica se o parque ficar jogado e feio não é o secretário de esportes, quem se prejudica somos nós. Logo por mais que a prefeitura estivesse que estar fazendo muita coisa que não faz, é obrigação também nossa mantermos um parque bom para nossa família e para nossa comunidade” (Diário de campo, 10/10/2012).

O que fica evidente é o sentimento de corresponsabilidade pela coisa pública. Esse sentimento está presente nas demandas estruturais, mas, ao mesmo tempo, é um pretexto para promover atividades que acarretem em participação das pessoas no Parque.

As questões estruturais pequenas, denomino assim ações como conserto de cerca, compra de materiais de consumo, compra de aparelhos de ginástica, de ares condicionados, reparo no telhado, reparo nos vestiários, e até reforma da secretaria (troca de piso e compra de moveis novos), são de responsabilidade dividida, porém com grande atuação da associação. Nesse tipo de demanda, o percurso burocrático é muito lento por dentro da prefeitura, pois geralmente são situações para as quais a própria SME não é capaz de dar resposta com agilidade. Nessas situações,

dependendo do fluxo de caixa e do planejamento financeiro da associação, a mesma assume os gastos. O interessante é que a coordenação do Parque e a associação sempre tentam achar soluções mais econômicas, principalmente no que se refere à mão de obra. Um bom exemplo disso foi a troca das telas do Parque, ocorrida no primeiro semestre de 2012. Nessa situação, a associação comprou uma quantidade grande de tela, sendo que os funcionários da manutenção da SME (os Guris) efetuaram a troca. Como agradecimento, lhes foi oferecido um churrasco no final da manhã de uma sexta-feira. Percebe-se aqui uma reiteração da noção de dádiva, em que os agentes envolvidos na troca têm obrigações do tipo dar-receber-retribuir (MAUSS, 2003).

Já outros serviços, como a manutenção dos aparelhos de musculação, necessitam de mão de obra especializada, que, nesse caso, também é a associação que financia. O que acontece é que os recursos da associação são relativamente pequenos, provenientes de promoções, de taxas de matrículas e semestralidades e percentual do aluguel da quadra à noite. A associação, por meios próprios, não consegue bancar todas as demandas. Por outro lado nunca percebi, em nenhum discurso de membros da associação, uma fala do tipo: “Estamos fazendo aquilo que o Estado deveria estar fazendo e não faz”. O que se escuta frequentemente é outro discurso:

Ao falar com usuários no momento da matrícula, o presidente da associação argumentava o quanto era positivo frequentar as atividades do parque: “Se vocês forem fazer musculação numa academia, pagarão muito mais do que esta taxinha, e é ela que faz a gente poder ter um parque tão bem cuidado, esse dinheiro é que ajuda na manutenção do parque, e o parque só é bom porque as pessoas contribuem, ajudam” (Diário de campo 08/03/2012).

Com relação às demandas estruturais maiores, penso serem estas as demandas mais simbólicas produzidas pelas pessoas que circulam no parque. A quantidade de vezes em que se repete uma espécie de liturgia, falando que quase tudo que se tem no parque foi construído através da participação no Orçamento Participativo, é algo que chamou muito a minha atenção. Nas entrevistas, ficam muito claros esses posicionamentos:

Falei com a coordenadora responsável da época que queríamos um lugar melhor para ter aula de ginástica, que o velho galpão não era

satisfatório e ela me disse que o 'canal' naquele governo era fazer parte do Orçamento Participativo. Foi então que mobilizamos a comunidade e começamos a ir em muitas reuniões, às vezes noites frias de inverno, e foi aí que conseguimos em uma negociação aprovar a construção do nosso ginásio (Entrevista com dirigente da associação 2).

Os homens não iam, eram poucos, mas o nosso grupo de terceira idade que se dedicou e que foi nas reuniões, brigou e conseguiu o ginásio através do Orçamento Participativo (Entrevista com usuária do parque 2).

O que pude presenciar, além dessa constante retomada do passado, foi o problema relacionado ao sistema de energia elétrica do Parque. No dia 19 de novembro de 2011, ocorreu um fórum de políticas públicas promovido pela associação, que teve como grande problema uma pane generalizada no sistema elétrico do Parque. Naquela situação, foi feito contato com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que providenciou uma ligação emergencial. Essa ligação ficou como permanente durante todo ano de 2012, sendo que havia restrições com relação ao uso dos refletores do campo de futebol, bem como dos chuveiros, tanto do ginásio como dos vestiários do campo de futebol. Além disso, em qualquer evento que necessitasse de uma carga de energia elétrica maior, sempre se fazia a ponderação sobre a capacidade, daquela rede precária, de conseguir dar conta sem causar outro problema generalizado.

Foi feito um orçamento inicial e chegou-se a conclusão de que o valor era elevado demais para a associação arcar com as despesas. Cheguei a ouvir falar em mais de R\$ 100.000,00. A demanda foi encaminhada à SME, mas o prognóstico nunca foi muito positivo, tendo em vista a quantidade enorme de solicitações e uma quantidade restrita de orçamento. Porém, após articulação política, foi colocado no orçamento do município de 2013, por iniciativa de emenda popular, o valor de R\$ 98.000,00 referente a esse serviço.

O serviço foi feito no primeiro semestre de 2013 e as narrativas sobre a participação na vida política continuaram se proliferando:

Em conversa com uma usuária que havia conversado na audiência pública em 2012, na Câmara de vereadores, perguntei sobre o fato da reforma do sistema elétrico ter sido feita, e ela disse: "Nós tivemos que ir lá na Câmara de vereadores, falar que investir no parque é investir em qualidade de vida e em saúde, cada centavo que colocam aqui economizam muito na saúde. A saúde da terceira idade é um

problema e a ginástica é a solução. Mas isso só aconteceu porque a gente foi lá, se fosse em outro parque onde as pessoas não participam nada teria acontecido” (Diário de campo 02/10/2013).

Já nos eventos, não existem regras muito fixas, tudo depende de quem está promovendo o evento. Às vezes, ele é promovido pela SME e ocorre no parque como, por exemplo, o 3º Criançando no Ararigbóia, que ocorreu no dia 20 de outubro de 2012. Nesse evento, que buscava atrair um público infantil para o Parque, a promoção era da SME e a associação tomou apenas ciência. Em outros eventos, como, por exemplo, churrascos promovidos pela associação, a coordenação do Parque não se envolve. Porém, existem eventos realizados coletivamente, encontros de envelhecimento e de debate de políticas públicas, mas talvez o mais importante seja a festa de São João:

Pra mim o momento que melhor retrata a participação e a cogestão do parque seja a festa de São João, são feitas várias reuniões as pessoas que são usuárias do parque se responsabilizam por promover atividades, os professores também participam efusivamente e no final de tudo todo mundo fica feliz (Entrevista com professor do Parque).

A coisa mais linda do mundo é a festa de São João. Bah! A gente trabalha que nem uns louco, mas é para o bem do parque, os grupos trabalham juntos e se unem mais, parece uma grande família mesmo (Entrevista com usuária 2).

Outro fato bastante significativo nesse processo de cogestão é a circulação de informações. Há, por parte da presidência da associação e da coordenação do Parque, um movimento constante, quase que diário, de esclarecer qualquer dúvida sobre os investimentos e parcerias. A associação, principalmente por meio de seu presidente, está presente cotidianamente, sempre apontando necessidades para as quais se deve trabalhar e demonstrando no que foram investidos os recursos anteriores. Embora exista um perfil na rede social Facebook<sup>27</sup> e o time dos veteranos possua uma página na internet<sup>28</sup>, as relações de comunicação se dão prioritariamente pelas conversas e avisos que acontecem no início e nos finais das aulas. É bastante comum professor ceder parte de sua aula para avisos e comunicações da associação.

---

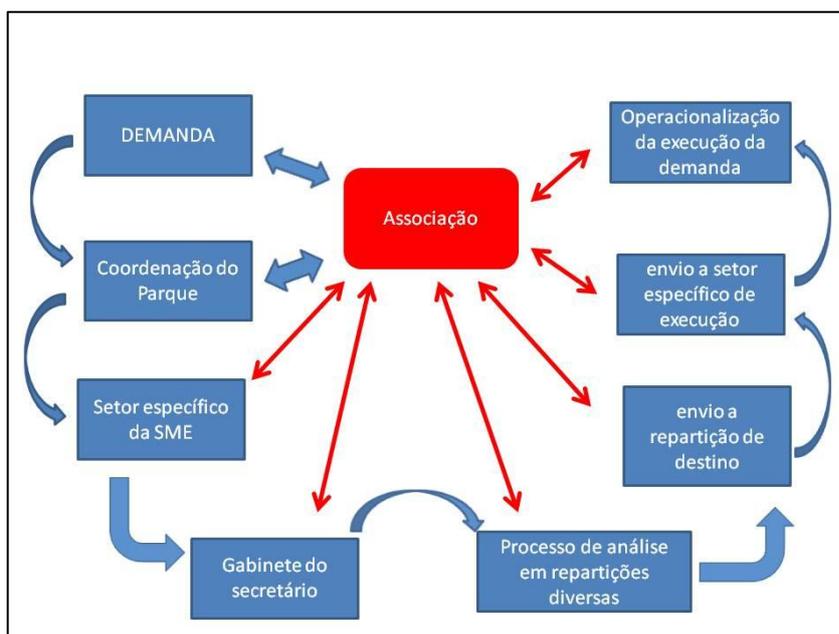
<sup>27</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/pq.ararigboia?fref=ts> (acesso em 25/07/2014)

<sup>28</sup> Disponível em <http://ararigboiafutebol.blogspot.com.br/> (acesso em 25/07/2014)

Além disso, existe na entrada do ginásio um mural onde ficam dispostas informações sobre eventos, bem como expostas prestações de contas e eleições e demais informações sobre as ações da associação.

Talvez a grande *expertise* da articulação entre coordenação do parque e associação seja a capacidade que a associação tem de ir discutir com setores aos quais a coordenação do Parque não tem acesso. Por exemplo, o coordenador do parque não tem como ter acesso ao Secretário de Planejamento Estratégico e Orçamento (SMPEO), o que ele pode fazer é encaminhar demandas à SME e, no máximo, pressionar seu interlocutor para que agilize seu processo. O esquema abaixo representa, de forma simplificada, o fluxograma desses processos. Em azul está representado o fluxo burocrático da normalidade e em vermelho, o movimento da associação no atendimento de suas demandas.

Figura 8 - Fluxograma simplificado das relações de gestão



Há de se ressaltar que é um fluxograma genérico, pois, dependendo do tipo de demanda, etapas diferentes podem ser cumpridas. Por exemplo, a demanda de cedência de pessoal para o corte de grama não necessita de envolvimento do secretário, é algo que se resolve com o setor específico da SME. Por outro lado, a reforma do sistema elétrico necessitou passar por todos estes passos, sendo que no processo de análise em diversas repartições, precisou de projeto de engenharia,

licitação, liquidação fazendária, fiscalização da obra, entre outros. A experiência dos interlocutores aponta que, quanto maior for o número de setores pelos quais passa um processo, maior é a possibilidade dele ficar preso, seja por capacidade limitada que as repartições possuem para trabalhar, seja por uma decisão política que rejeita ou protela o pedido.

Importante aqui é compreender que, como a associação não tem vínculos formais com a administração, ou seja, não é uma repartição que está na cadeia hierarquizada de cargos de confiança e partidos políticos que compõem o executivo, ela pode se relacionar livremente com quem ela quiser. Essas relações possibilitam convencer tomadores de decisões a ‘destravar’ ou aprovar seus processos. Essa relação fica muito clara no trecho que segue:

Quando mudou a gestão e trocou o secretário, ele me chamou para conversar e dizer que eu não poderia ir nas outras secretarias e ficar pedindo para que as coisas andassem, disse mais que eu deveria pedir tudo para ele, e que ele resolveria meu problema. O que ele queria? Que eu trabalhasse para ele. Nunca na história da associação ela foi usada pelos partidos políticos. Eu briguei com ele e disse que continuaria fazendo o que achava certo para resolver os problemas da comunidade, que trabalhava para a comunidade e não para ele (Entrevista membro da associação 1).

O que fica claro nessa declaração é que há, nesse nodo de resolução de problemas, um emaranhado de relações diáticas que acabam por constituir uma rede de colaboração.

Entre os termos usados para denotar as relações interpessoais e as combinações de tais relações em vários graus de complexidade e magnitude, estão “relação diática”, “grupo diático não-corporado” e “rede social”. As relações diáticas compostas somente de dois indivíduos e, portanto, são entidades de micronível. Os grupos diáticos não-corporados, tais como sistema patrão-cliente ou clientelas, são combinações de nível médio que consistem em relações em conjunto de relações diáticas ligadas para alcançar objetivos delimitados em determinados períodos de tempo. As redes sociais são a totalidade das relações diáticas ou de relações diáticas significante, que se encontram em um campo social (LANDÉ. 1977; p. XII [tradução livre, original em rodapé<sup>29</sup>])

---

<sup>29</sup> Among the terms used to denote interpersonal relationships and combinations of such relationships of varying degrees of complexity and magnitude are “dyadic relationships”, dyadic non-corporate group”, and social network”. Dyadic relationships’ are compose of only two individuals, and thus are micro-level entities. Dyadic non-corporate group, such as patron-client systems or clientelism which are the main subject of this book of readings, are middle-level combinations consisting of sets of

Embora o princípio da representação seja interposto tanto pela associação como pelo Estado, essa necessidade de resolução de problemas de andamento nos processos acaba sendo pessoalizada no serviço público, estabelecendo-se assim as relações diáticas e diáticas não-corporadas. Em minha interpretação, não chega a existir uma relação de rede social, em função da constante troca de interlocutores por parte do Estado.

Marcos Bezerra (1999) aponta que em relações diáticas há algumas características:

Assimétricas, isto é, são estabelecidas entre pessoas (patrão-cliente) que não possuem o mesmo poder (econômico e político), prestígio e status. Além disso, ela se distingue por ser uma relação do tipo pessoa (em que predominam os contatos face a face), pela troca de bens de materiais e imateriais (gentilezas, deferência, lealdade e proteção) entre parceiros e pelo seu valor moral (que remete frequentemente a honra dos parceiros) (BEZERRA, 1999; p.14).

Embora os membros da associação se relacionem com o Estado, eles não se veem como devedores, pois operam a partir de uma moralidade diferenciada dos interlocutores do Estado. Para eles, o direito ao bem comum é o grande argumento, o qual transforma sua capacidade de mobilização em ativo político na negociação para suas demandas. Já os interlocutores possuem poucos argumentos para contestar a postura da associação, tendo em vista que assumiram a prefeitura com discurso que iriam continuar com o processo de participação e democracia na gestão pública, proposto pelas administrações populares.

A associação tem maior ou menor capacidade de resolução das situações dependendo de dois elementos fundamentais: das relações interpessoais entre os tomadores de decisões de gestão por parte do Estado e os membros da associação, e da capacidade de criar consenso sobre o discurso de crítica política.

De forma geral, consegui registrar as duas situações durante o trabalho de campo. A primeira foi quando, depois de uma reunião com o secretário adjunto de meio ambiente, foi 'concedida' a ajuda ao Parque, pois os funcionários desta secretaria fariam a poda das árvores e a troca parcial da tela que cerca o Parque:

---

dyadic relationships linked together for limited purposes over limited periods of times. Social network are a totality of dyadic relationships, or significant dyadic relationships, to be found withing a social field.

Chamamos o secretário adjunto de meio ambiente, sentamos com ele e falamos da história do parque, da boa administração que fizemos aqui e que nossa comunidade é muito ativa politicamente. Eu acho que ele viu em nós um potencial político importante, comprometeu-se e acolheu nossas demandas (Entrevista membro da associação 2).

Depois de conversar um pouco, na chegada ao parque, sobre as demandas de reforma do telhado, um membro da associação me contou que se reuniram com vereadora da oposição. Lá ficou acertado que eles iriam tornar pública a necessidade de maior investimento na área do esporte, decidiram que iriam para a câmara de vereadores, que ocupariam a tribuna para defender o esporte, o lazer, o aumento dos investimentos e contra a privatização das praças e parques (Diário de campo 19/10/2012).

Na primeira situação, aclara aqui uma relação diática não-corporada, em que um interlocutor da secretaria oportuniza um benefício em troca de algo que lhe seja favorável. De certa forma, essa relação clientelista é repudiada no contexto do Parque, mas, com o passar do tempo, a associação aprendeu que, para conseguir benefícios, não é necessário dizer que está do lado do político, e que não fazer oposição é o suficiente para conseguir o que se quer:

Volta e meia eles aparecem aqui, prometendo um monte de coisas e que conta com nosso apoio. Eu não vou dizer que não quero as coisas, por outro lado, quando chega perto de eleição eu me afasto, não participamos de eleição apoiando candidato nenhum. O que acontece é que às vezes chamamos estes caras aqui pra comer um churrasco e contar as histórias do parque, eles acabam gostando daqui e de uma forma ou de outra sempre acabamos reencontrando e resolvendo as coisas. Quando falamos que somos do Ararigbóia somos respeitados. Ninguém quer brigar com a gente, as pessoas sabem que se precisar colocamos a boca no trombone (Entrevista membro da associação 1).

É nesse momento que a teoria de Pierre Bourdieu me ajuda a compreender que a associação e seus representantes têm lugar diferenciado dentro destes espaços sociais. O histórico de participação e de protagonismo no debate das políticas públicas de esporte e lazer na cidade garante a estes representantes um capital político que lhes permite solicitar a ação pública sem necessariamente estar tão ligados ao jogo clientelista. Nessa relação de trocas simbólicas, o capital político dos representantes da associação proporciona legitimidade nesse tipo de relação. Em outras palavras, os membros da associação sabem que o Estado, em sua

minúcia, funciona de forma clientelista, e desenvolveram estratégias para conseguir vantagens com isso.

Além disso, o protagonismo do parque garante a seus representantes uma liderança entre os outros representantes de associações ligadas a aparelhos de lazer. Pude perceber isso em dois momentos, o primeiro foi em meu primeiro momento no Parque, em um evento que reunia representantes de outras associações; o segundo, na audiência Pública realizada na Câmara de Vereadores:

O representante do CEPRIMA disse que ao longo dos anos tem tido dificuldades em conseguir pessoas para fazer parte da associação e que às vezes, no início da gestão, tem bastante gente interessada em ajudar, mas, com o passar do tempo, vão desistindo. Disse ainda que tem se articulado com algumas ONGs e que estas vêm lhe ajudando no trabalho da associação (Diário de campo 19/11/2011).

Durante as falas dos representantes do ginásio Tesourinha e Lupi Martins, ficou evidente o reconhecimento da associação do Parque Ararigbóia: “Nós temos uma associação que é organizada, mas temos dificuldades, o que o representante do parque Ararigbóia disse é verdade, quantas outras pessoas que não estão organizadas perdem o direito ao lazer? Temos que lutar pelo que ele disse para o esporte e o lazer para todos” [...] “acho que precisamos ser todos que nem o Ararigbóia, mas pra isso precisamos de ajuda” (Diário de campo 23/10/2012).

Por outro lado, esta condição de protagonista é constituída por uma performatividade em eventos públicos. O reconhecimento não se dá apenas por ser representante do Parque, ele se constitui na fala das outras associações e por apresentar uma performatividade discursiva nos eventos. Essa capacidade discursiva é constituída basicamente por dois argumentos que são repetidos como se fosse um ‘mantra’: as conquistas históricas do Parque e sua capacidade de fazer as pessoas participarem e contribuírem para com ele:

No meio da audiência pública, foi aberto espaço para as pessoas da comunidade se manifestarem. O presidente da associação do Parque Ararigbóia foi o primeiro a falar: “Nós lá no Parque Ararigbóia temos uma associação que tem mais de trinta anos e desde o início resolvemos as coisas junto com o poder público e com a comunidade. Muita gente ajudou o parque ser do jeito que ele é hoje, é graças a essas pessoas que podemos dizer que estamos bem. Mas se as pessoas pararem de participar volta a depredação, drogadição e tudo de ruim que possa se pensar. Nossa experiência mostra que a comunidade é capaz de gerir um parque, temos medo de privatização como foi feito no Auditório Araújo Viana”. Após sua fala, várias outras pessoas que são usuárias do parque, mas que não

fazem parte da diretoria da associação se pronunciaram, todas falando da história e da participação das pessoas (Diário de campo 23/10/2012).

Esta performatividade constitui capital simbólico aos representantes do Parque, ou seja, depois que o presidente da associação se pronunciou, todas as outras pessoas fizeram referência à sua fala inicial. É justamente esse capital simbólico que proporciona a esses representantes a capacidade de se relacionar com vários espaços dentro do poder público.

Na fala que resgatei do representante do CEPRIMA (Centro da comunidade Primeiro de Maio), ele aponta que há um esgotamento da lógica diática e que foi necessário se articular com o terceiro setor. Ocorre que o tipo de relação que se estabelece com o terceiro setor também se dá de forma diática, a diferença agora é que a relação não está se dando com o Estado.

A imagem do Parque constrói, para ele e para seus representantes, um capital político que lhe permite barganhar conquistas sem uma resposta clientelista evidente. Por outro lado, esse rompimento com o clientelismo não existe, se dá apenas como uma negação, tendo em vista que o próprio gestor público tem dificuldade em lidar com demandas universalistas, como foi o ocorrido nessa mesma audiência pública:

Depois de escutar as demandas das associações voltadas ao esporte, o Secretário de Planejamento Estratégico e Orçamento se pronunciou, não entendendo as demandas levantadas pela plenária. Disse ele: “Vocês dizem que querem aumentar o orçamento da SME, mas pra que vocês querem isso? Que problemas vocês querem resolver? Uma cerca? Uma goteira? Não consigo entender a demanda de vocês” Nisso, o presidente da associação do Parque Ararigbóia responde: “O que estamos dizendo é que o investimento no esporte e no lazer é fundamental para a cidade, não queremos dizer onde a prefeitura vai investir, pra isso tem o secretário, que é muito bom por sinal. O que ele precisa é de dinheiro para melhorar o esporte da cidade, para que mais pessoas tenham a oportunidade de viver as coisas boas que vivemos” (Diário de campo 23/10/2012).

O que estava em jogo, neste momento, eram duas concepções de política, uma, focalista, proposta pelo governo, e outra, universalista, proposta pelas associações. De certa forma, a incompreensão do secretário é justificável, uma vez que o próprio orçamento participativo funciona a partir desse tipo de demanda. A

resposta a essa situação não veio em forma de política universalista, mas sim na contemplação da demanda do Ararigóia, de reestruturação de sua planta elétrica.

Toda política social tem como objetivo constituir algum tipo de bem-estar social ou *welfare*. Acredito que não se tenha dúvida que o que está em questão nesses processo é o bem comum. Outra questão é que esse bem comum é produzido nessa situação por uma política de Estado, ou seja, *welfare state*. Porém, há de se fazer algumas perguntas: haverá consenso na sociedade sobre o que é bem-estar social? Qual a relação existente entre a noção de bem-estar e os modelos de Estado de bem-estar social? Quais são os princípios que norteiam a formação de um modelo de *welfare state*?

Com relação a essa última pergunta, Esping-Andersen (1995) nos aponta algumas reflexões:

O *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social. Estes são os três princípios mais importantes que precisam ser elaborados antes de qualquer especificação teórica do *welfare* (ESPING-ANDERSEN, 1995; p.97).

Diferentes funções sociais da família, do Estado e do mercado apontam para moralidades, ou visões de mundo, diferentes, acarretando diferentes noções de *welfare state*, assim como diferentes noções de democracia. Esping-Andersen propõe três modelos de *welfare state*: o liberal, o conservador e o social-democrata:

Em um dos grupos, temos o *welfare state* "liberal", em que predominam a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência social. Os benefícios atingem principalmente uma clientela de baixa renda, em geral da classe trabalhadora ou dependentes do Estado. [...] As regras para a habilitação aos benefícios são, portanto estritas e muitas vezes associadas ao estigma; os benefícios são tipicamente modestos. O Estado, por sua vez, encoraja o mercado, tanto passiva - ao garantir apenas o mínimo - quanto ativamente - ao subsidiar esquemas privados de previdência (ESPING-ANDERSEN, 1995; p. 102).

Para esse modelo de *welfare state*, o direito se configura na oportunidade do cidadão obter, no mercado, a conquista através de seu trabalho. Aqui a culpa pela pobreza não é do sistema ou da economia, mas sim do indivíduo, que não foi

competente o suficiente para garantir o acesso aos benefícios por meios próprios. O auxílio é sempre temporário, pois o modelo espera que, com o passar do tempo, o cidadão se reestruture o volte a consumir no mercado.

Aquela expressão, “mais importante que dar o peixe é ensinar a pescar”, se aplica com veemência nesse modelo, tendo em vista o caráter individualista da proposta. Outras duas dimensões são marcantes, a mercantilização e o focalismo. Com relação à mercantilização, esse *welfare state* aposta na inclusão dos indivíduos no mercado como forma de inclusão social, tendo em vista que, após esse movimento, o cidadão teria liberdade para fazer suas escolhas, usufruindo sua cidadania através do consumo.

Já a dimensão focalista parte do princípio de que cabe ao indivíduo empreender-se, o Estado concede benefícios de forma pontual. Essa postura se opõe a políticas universalistas, em que os benefícios são concedidos a todos, independente de condição social. Para os liberais, o aumento indiscriminado de benefícios acarreta em cidadãos preguiçosos e dependentes do Estado (MEAD, 2000). Este modelo tem como exemplos os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

O segundo modelo de *welfare state* é o conservador, que é descrito por Esping-Andersen da seguinte forma:

Aqui o legado histórico do corporativismo estatal foi ampliado para atender a nova estrutura de classe "pós-industrial". Nestes *welfare states* conservadores e fortemente "corporativistas", a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado nunca foi marcante e, por isso, a concessão de direitos sociais não chegou a ser uma questão seriamente controvertida. O que predominava era a preservação das diferenças de status; os direitos, portanto, estavam ligados à classe e ao status [...]. Mas os regimes corporativistas também são moldados de forma típica pela Igreja e por isso muito comprometidos com a preservação da família tradicional. A previdência social exclui tipicamente as esposas que não trabalham fora, e os benefícios destinados à família encorajam a maternidade. Creches e outros serviços semelhantes prestados à família são claramente subdesenvolvidos; o princípio de "subsidiaridade" serve para enfatizar que o Estado só interfere quando a capacidade da família servir os seus membros se exaure (ESPING-ANDERSEN, 1995; p. 103).

Penso que este trecho reitera que um *welfare* não se constitui apenas de lógicas racionais, mas também de moralidades que estão inseridas na cultura local. Sob o ponto de vista de análise econômico, tanto liberal como conservadoras, há um

consenso sobre a necessidade de o indivíduo empreender-se no mercado, por outro lado, para os conservadores, há o entendimento que é função da família atender a todas as necessidades de todos os seus membros. De uma forma, rompe-se com o superindividualismo e estabelece-se um assistencialismo familiar, em que não há intenção de se romper com a exploração capitalista, mas sim é tolerável o assistencialismo para as famílias necessitadas. Esse assistencialismo não tem a intenção de mudar a realidade econômica da família, mas sim estruturá-la, pois essa é a saída dos problemas sociais.

Interessante é que essa forma de pensar o *welfare state* tem um objetivo secundário, de controle do comportamento. Ao apoiar com benefícios as famílias, há a intenção de condicionar esse benefício a determinados padrões morais e sociais. Esse tipo de focalismo concede a inclusão social não aos indivíduos, mas às famílias. Em outras palavras, estar incluído é fazer parte de uma família estruturada. Nessa situação, há políticas universalistas e focalistas, dependendo do tipo de benefício que as mesmas concedem. Esse modelo agrupa países como a Áustria, a França, a Alemanha e a Itália.

O terceiro tipo de *welfare state* é conhecido por ser social-democrata, apresentando as seguintes características:

O terceiro e evidentemente o menor grupo de países com o mesmo regime compõe-se de nações onde os princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais estenderam-se também às novas classes médias. Podemos chamá-lo de regime "social-democrata", pois, nestas nações, a social-democracia foi claramente a força dominante por trás da reforma social. Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e mercado, entre a classe trabalhadora e a classe média, os social-democratas buscaram um *welfare state* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. Isso implicava, em primeiro lugar, que os serviços e benefícios fossem elevados a níveis compatíveis até mesmo com o gasto mais refinado das novas classes médias; e, em segundo lugar, que a igualdade fosse concedida garantindo-se aos trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos mais ricos (ESPING-ANDERSEN, 1995; p.104).

Algo importante de se ressaltar é que o objetivo dessa lógica de *welfare state* não é a subversão do capitalismo, mas uma estabilização social na qual o Estado se constitui com maior ênfase nas dinâmicas sociais, tendo em vista que o benefício é universal. Ao contrário dos modelos anteriores nesse modelo deveria haver o apelo

contrário ao pagamento de impostos, uma vez que todos são beneficiados sentindo-se moralmente comprometidos.

No Brasil e na América Latina, Draibe e Riesco (2009) apontam que vivemos um misto desses modelos de Estado. Podemos encontrar resquícios deles em diferentes políticas: ele é social-democrata quando analisamos o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Educação Básica, que possuem pretensão de ser universais; ele é conservador quando vemos políticas de assistência social, como o Bolsa-família, porque pressupõe uma troca entre manutenção do benefício em função da presença da criança na escola e com o benefício sendo creditado na conta da mãe e não do pai; e ele é liberal quando reduzem-se os incentivos a determinadas áreas como o Esporte<sup>30</sup>, por exemplo, impondo uma competição entre iguais por consequência de políticas focalistas.

Para Ingran (2007), esse modelo de políticas focalistas tem um caráter indutor das lógicas culturais e identitárias. Por exemplo, se antes vivíamos sobre uma grande identidade “pobre”, agora, e para receber algum tipo de benefício, é necessário agregar mais um qualificador a esse “pobre”: precisa-se reconhecer como “pobre-negro” ou “pobre-mulher”. Instituídas essas duas diferenças hipotéticas, os “pobres-negros” passam a competir em grau de necessidade com as “pobres-mulheres” e em função de configurações políticas um ou outro grupo recebe benefício. Digamos que o grupo das “pobres-mulheres” seja vitorioso; a consequência disso é que passa a ocorrer uma nova fragmentação entre “pobres-mulheres-negras” e “pobres-mulheres- catadoras” e, a partir daí, passa a existir uma nova disputa, ou seja, essa fragmentação política se materializa no reforço de identidades que sempre existiram, porém, não eram tão importantes, pois o debate se pautava por outros patamares. Uma das principais consequências desse processo de focalização é o esvaziamento da categoria “classe social” e, por consequência, uma fragmentação da luta do campo popular. A noção de público-alvo é bastante significativa para a compreensão desse focalismo, uma vez que o papel do Estado é intervir em situações em que existem grandes distorções, e não de forma generalizada.

O confronto de perspectivas na reunião da câmara de vereadores tem, claramente, um descompasso entre a função do Estado para o secretário e para a

---

<sup>30</sup> Boa parte da produção em políticas públicas no campo da Educação Física procura caracterizar as políticas como focalistas. Cito duas obras como exemplo, Mascarenhas (2005) e Veronez (2005).

associação. O primeiro está acostumado a lidar diariamente com demandas focalistas, uma vez que a população aprendeu a demandar políticas com esse perfil, de outro está o interesse universalista da associação de difundir os benefícios que possuem para toda a população. Os próprios espaços institucionalizados de participação, como o OP e a consulta popular do Estado do RS, operam por demandas focalistas. Não há espaços para discutir o todo das políticas sociais, existem brechas onde são apresentadas demandas particulares.

Esse debate não se constitui a partir de um vazio histórico, em que tanto a coordenação do Parque quanto a associação constituem o grupo que gere efetivamente o Parque ao longo dos anos. Quando pensamos na relação entre coordenação do Parque e associação, é bem visível uma dupla dependência. De um lado, a associação precisa estar em harmonia com a coordenação do Parque, pois, do ponto de vista formal, quem faz as liberações dos espaços e a mediação dos processos administrativos internos, tem uma relação bastante próxima da SME e é composta por servidores experientes, que conhecem bem a prefeitura e são capazes de auxiliar na descoberta dos caminhos mais fáceis para se conseguir 'coisas' dentro da prefeitura. De outro lado, precisa ter a capacidade de gerir uma quantidade de recursos suficiente para resolver os pequenos problemas e a boa relação com as pessoas da comunidade faz a coordenação depender da associação para conseguir fazer uma boa gestão do Parque.

Essa dupla dependência não é um ponto pacífico entre os professores do Parque. É importante entender que, paralelamente a esse processo de gestão, existe outra lógica de relações políticas, em que os professores concursados da SME se relacionam. Nesse espaço, são feitas formações promovidas pela SME, existem as lotações tanto em Parques como na própria SME em disputa. O objeto dessa pesquisa não é estudar essas relações, porém vale destacar que os acontecimentos e situações provocados por esse processo acarretam em consequências a serem enfrentadas pela gestão do Parque. Em especial, selecionaria a saída de um coordenador que ocorreu durante o trabalho de campo.

Essa saída se deu a pedido do próprio coordenador, que, de certa forma, se constituiu em um dos meus melhores interlocutores. Em suas justificativas para a saída, expressou que gostaria de efetuar um trabalho mais próximo das crianças e do futebol, optando em ir para o coletivo de professores que fazem a gestão do projeto "Cada Campo uma Escolinha". De certa forma, a condição de escolha foi

garantida em função de certo capital que ser coordenador do parque Ararigbóia tem. Não é por acaso que a coordenadora anterior saiu do Parque e assumiu uma gerência na SME e que outros professores que ocuparam cargos importantes, inclusive um secretário, lecionam no Ararigbóia. É um espaço que tem uma estrutura privilegiada, se comparado aos outros Parques, e que fica em um bairro considerado nobre. Por outro lado, há se de possuir um perfil de diálogo no professor postulante a trabalhar no Parque.

Tem professor que não gosta, esse negócio da comunidade atuante, fazendo cogestão. Se em outros lugares o professor faz e acontece, aqui ele tem sempre que negociar, entender a história do espaço e propor. Tem professor que acha que perde a autoridade, mas tem gente que adora, não troca isso aqui por nada. De uma forma geral o quadro de professores aqui é bastante qualificado e está aqui há muito tempo (Entrevista com professora 3).

Eu sempre gostei daquela coisa de pessoal da comunidade entrando aqui na secretaria e a gente falando de política e fazendo ao mesmo tempo. Mas tem gente que foge daqui, prefere dar a sua aulinha com hora pra início e pro fim, se não tiver muita estrutura, não tem problema, o importante é não se incomodar. É importante entender que quem vier pra cá irá se incomodar, irá dar muita atenção para os alunos porque eles pedem, o que eles não entendem é que essa é a parte boa da história (Entrevista com professor 1).

Quando perguntei se todos os professores da SME gostavam de trabalhar no parque, a professora respondeu: “Não é todo mundo que gosta, eu sempre gostei destas relações com a comunidade, acho que este é o papel social da política de esporte. Não estamos numa academia pública, nossa relação com as pessoas que vêm aqui não é professor-aluno, mas sim professor cidadão” (Diário de campo 27/09/2013).

Em estudo comparativo entre parques na cidade de Porto Alegre (STIGGER, FREITAS E TRENTINI, 2009), a participação da população é considerada como fator importante para a implementação das políticas.

O cotidiano da gestão do Parque é definidor de muitos dos acontecimentos, entre eles, de problemas enfrentados nesse cotidiano. Pensando a partir de uma lógica etnográfica, um problema é aquilo que as pessoas do Parque identificam como tal. Descreverei os seguintes: o acesso e a violência.

Do ponto de vista do acesso, pode-se dizer que existe uma boa quantidade de pessoas utilizando o Parque, porém as maiores autocríticas feitas pela cogestão coordenação/associação é que, nos horários destinados a crianças, a permanência

é baixa. Isso, de fato, foi constatado em todas as vezes que pude presenciar aulas de crianças. O habitual é ver-se um estagiário ou professor na quadra de esportes, com cerca de quatro, seis crianças. O contraste disso se apresenta nas aulas para a terceira idade, em que cheguei a contabilizar até cinquenta pessoas na quadra.

Penso que uma configuração de fatores faz com que isso se apresente. O primeiro deles é a superoferta de projetos sociais esportivos destinadas a crianças, descrita por Thomassim (2010). Além disso, via de regra, essas iniciativas são focalistas, ou seja, destinadas a crianças pobres e o objetivo é tirá-las da rua. Penso que um parque, dependendo do tipo de classificação, pode ser considerado como extensão da rua e, com alguma precaução, é possível afirmar que as crianças estão cada vez mais afastadas do parque (WENETZ, 2012). Outra característica do Parque é a de não possuir atividades relacionadas a programas federais, como “Mais Educação”, “Segundo Tempo” ou “PELC”. De certa forma, o atendimento para crianças está sendo feito nesses espaços. E, por fim, a característica dos moradores do bairro, que se dá por ser um bairro de bom nível socioeconômico, onde as crianças possuem muitas outras opções de lazer e de esporte além do Parque. Há de se ressaltar que o fato de não haver uma adesão tão grande de crianças no Parque não desconstitui uma autoimagem positiva sobre as atividades. Sob o ponto de vista dos usuários ou da associação, nunca me deparei com essa característica como sendo um problema.

Com relação à violência, existe uma maior complexidade na constituição das narrativas. A depredação, os moradores de rua e os usuários de drogas são elementos constituidores desse discurso e da convivência cotidiana. Com relação à depredação há nesse quesito uma reiteração por parte das pessoas ligadas ao Parque sobre essa questão:

Além disso, o presidente da associação falou que os moradores veem o parque e o movimento como problemas, mas é justamente porque ocupamos o parque que não existe vandalismo nem depredação, aponta que o fato do lugar estar conservado acarreta em uma diminuição da violência (Diário de campo 30/03/2012).

Em discurso, uma antiga presidente da associação afirmou que um de seus maiores legados, em sua gestão, foi o de cuidar das partes externas do parque, disse ela: “Quando o marginal vê o parque bem cuidado ele não entra aqui, pois o que ele quer fazer ninguém pode ver, ele vê o parque bem cuidado e vai para outro lugar” (Diário de campo 19/11/2011).

Em intervenção na audiência pública, uma das usuárias falou: "Sr. Secretário, o que o Sr. precisa entender é que investir no esporte é melhorar a segurança da cidade pois um parque ocupado e que não possui depredação afasta a bandidagem" (Diário de campo 23/10/2012).

O interessante dessas falas é que todas colocam a depredação como um problema que é solucionado pela participação das pessoas, ou seja, novamente o discurso de participação é tido como resposta aos problemas do Parque. Outra situação que presenciei durante o trabalho de campo foi a estada temporária de moradores de rua no Parque. Isso ocorreu entre os meses de março de 2012 e junho de 2012. Nesse período, dois homens se alojaram em um espaço do Parque que é precariamente utilizado, embaixo de uma árvore com sombra generosa. Para esse espaço, carregaram seus pertences, que se caracterizavam por muitas sacolas plásticas que continha roupas, alimentos e algum tipo de lixo reciclável, como latas e garrafas pet. Outra coisa que sempre observava era uma garrafa de cachaça escondida em um nó da árvore.

As pessoas que frequentavam o parque passavam por eles como se não estivessem ali, ao mesmo tempo em que conviviam com esse cotidiano de uma forma bem tranquila. Os posicionamentos das pessoas se davam mais sob a ótica da problemática social do que da violência no Parque:

Eu tinha muita pena daquelas pessoas, sabe ter que ir morar na rua é uma situação bastante complicada. Mas eu acho até certo ponto positivo aquele tipo de morador de rua, não fazem mal pra ninguém e se eles estão dormindo no Ararigóia é sinal de que aquele é um lugar seguro pra isso (Entrevista com professor 4).

Tem gente que reclama, mas eles não fazem mal para ninguém, acho até que deixam o parque mais seguro, pois ninguém vai fazer nada errado, pois sabem que eles estão olhando, são uma espécie de segurança do parque (Entrevista com usuária 1).

Outra vez a positividade está relacionada à participação, "o segurança do parque", mas é evidente que surgem preocupações com relação à segurança, afinal de contas são pessoas que não comungam da lógica cultural que permeia as relações sociais. Nesse sentido, há uma relação de negociação tendo em vista as inúmeras tentativas da secretaria de assistência social em abrigar estes indivíduos. Por outro lado, há a tentativa de pensá-los sob a ótica de participação.

Outra categoria de problemas são os chamados “maconheiros”. Trata-se de usuários de maconha que ocupam o Parque no período da noite. Embora nunca tenha visto o uso de drogas no Parque, os relatos relacionados a essa prática no turno da noite são bastante frequentes. Segundo relatos, as pessoas entram por buracos na tela e usam as drogas. Há, na narrativa de negociação, certa complacência das pessoas com relação a essa prática:

Volta e meia aparece uns guri diferente aqui, a gente sabe o que eles vão fazer, mas faz de conta que não sabe, sempre pedimos para não depredarem o parque. Penso que enquanto o parque não virar local de tráfico de drogas e eles respeitarem as coisas que construímos ao longo dos anos não tem porque arranjar briga com estas pessoas. É lógico que volta e meia pedimos pra Brigada (Polícia Militar) dar uma passada aqui de noite, mas a nossa convivência com eles é até tranquila (Entrevista com membro da associação 1).

Se a gente for complicar com estes maconheiros, eles vão se irar e no dia seguinte o parque estará demolido. É uma forma de conviver com eles, eles sabem que a gente cuida do parque e que isso é importante pra nós, e eles quase sempre respeitam (Entrevista com membro associação 2).

Os problemas relacionados à violência são geralmente utilizados como entraves à política pública em parques, como relatam Tschoke e Rechia (2012), ao refletir sobre parques de Curitiba:

Emergem ainda como limites que dificultam, e até mesmo impedem, a apropriação por parte das crianças no tempo e espaço de lazer: o sentimento de insegurança da comunidade, a violência, o próprio vazio dos espaços, a raridade de ações no âmbito do esporte e lazer, a ausência dos pais no cotidiano infantil, assim como questões relacionadas à gestão e administração dos espaços (TSCHOKE e RECHIA, 2012; p. 276).

O que se pode observar é que a mediação entre a lógica cultural e uma negociação com esses problemas é utilizada pelos agentes envolvidos. Além disso, é mais uma situação de reforço da importância da noção de participação. Essa participação se torna importante até para os maconheiros e moradores de rua. De certa forma, há, nesses casos, uma relação de alteridade em relação às diferentes formas de participar do/no Parque.

O trabalho de João Paulo Macedo e Castro (2009) é emblemático para pensarmos as consequências do processo de focalização. Intitulado “A Invenção da

juventude violenta: Análise da elaboração de uma política pública”, o texto descreve o processo no qual a Organizações das Nações Unidas (ONU), através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lança mão de estratégias com o intuito de implementar políticas de combate à violência na juventude carioca. Para tal, fazem pesquisas onde se “comprova” que essa juventude é violenta. Como alternativa para esse fato, implementam, em consonância com o Estado do Rio de Janeiro, o Programa Escola da Paz<sup>31</sup>. Segundo os dados demonstrados pelo autor, não existia uma identidade de jovem violento nas comunidades, mas depois do Programa, sim. A tese que o autor defende é que essa relação se deu a partir da implementação do Programa. Assim, uma política que seria responsável para resolver um problema, acabou criando-o.

Mais do que constatar se o Parque é violento a partir de indicadores de comparação, penso que a lógica etnográfica nos mostra outra possibilidade de pensar a violência, como visão de mundo constituída culturalmente. O que define a participação das pessoas é a crença que elas possuem de que determinado local é seguro ou não. Assim, a ideia central foi discutir a partir das narrativas nativas, compreendendo-as como constituidoras dessas visões de mundo. Logo, a sensação de segurança é um processo parecido com o da bolsa de valores, ou seja, mais do que uma empresa ser rentável ou não, importa o que as pessoas pensam sobre ela, se, no final do processo, muitas pessoas investem nela, a mesma acaba se tornando rentável.

Compreendo as práticas políticas descritas aqui como um legado, elas são, de certa forma, uma atualização do modelo histórico proporcionada pela apropriação particular que esse Parque teve, ao longo dos anos, das diversas políticas, dos diversos políticos e dos diversos personagens comunitários que compuseram práticas sociais e também culturais. Penso ter tido êxito na tarefa de descrever as práticas ocorridas no Parque como decorrência de políticas históricas. Elas apontam para uma preocupação bastante grande com a qualidade e a universalidade do serviço público. Mas, outra questão me inquieta: como estas práticas se sustentam ao longo dos anos? Quais são as lógicas internas que fazem este Parque ter tido sucesso e outros lugares que passaram pelos mesmos processos não? Essas são questões que procuro responder no capítulo a seguir.

---

<sup>31</sup> No Rio Grande do Sul e em outras partes do Brasil, esse Programa foi denominado Programa Escola Aberta.

#### 4. OS RITUAIS DE PARTICIPAÇÃO NO PARQUE ARARIGBÓIA

Do ponto de vista simbólico, é possível afirmar que o Parque Ararigbóia é um espaço de manifestação social do lazer. Sem querer entrar no histórico debate sobre o conceito de lazer (MASCARENHAS, 2005), observam-se, no Parque Ararigbóia, pessoas envolvidas com práticas corporais e de sociabilidade em tempo livre. Os espaços, a forma como foram construídos e mantidos ao longo dos anos tem como grande paradigma a noção de participação.

Essa noção de participação, por sua vez, não se dá de forma homogênea, sendo que os critérios para se fazer um bom ou mau uso do parque muitas vezes entram em conflito. Esses momentos são cruciais para a manutenção de uma forma específica de vivenciar o lazer, sendo que essa forma é sustentada simbolicamente por *ethos* e visões de mundo presentes nas práticas e discursos das pessoas que frequentam o parque. Estes, por sua vez, são materializados em símbolos que servem como prova de eficácia e de pompa para os rituais.

Consegui identificar alguns símbolos que fazem parte dessa história, como a construção do ginásio, as manutenções realizadas pela associação, as placas espalhadas pelo Parque e as narrativas de democracia e protagonismo desenvolvidas por usuários, membros da associação, professores, políticos e por narrativas jornalísticas. Se nossa identidade é constituída por aquilo que falamos que somos, as narrativas de protagonismo se caracterizam como símbolo do que é vivenciar as políticas de esporte e lazer no Parque Ararigbóia. Por outro lado, foi possível identificar rituais, liturgias, dramatizações que estão pautadas por interesses bastante difusos, como, por exemplo, qualidade de vida, felicidade, sociabilidade, mas que possuem algumas regras rituais que têm no protagonismo e na manutenção da dimensão fruída do lazer os seus panos de fundo. Logo, o que está em questão é que esses rituais produzem e são produtores de símbolos, que, por sua vez, são pautadas por crenças. Procurarei, a partir daqui, dar exemplos ritualísticos, posteriormente, descreverei alguns símbolos e, por fim, refletirei como

esses rituais e esses símbolos são pautados por crenças e como o domínio desse universo simbólico possibilita vantagem nas relações de poder. O momento que passo a descrever, o qual retrata um momento ritual vivenciado no Parque, foi registrado em meus diários de campo:

Um professor me falou sobre uma senhora que havia lhe procurado dizendo que seu irmão, quando jovem, era usuário do parque e que havia solicitado, como desejo fúnebre, que suas cinzas fossem depositadas no gramado do campo de futebol. Disse ainda que, combinou com esta senhora que ela deveria vir em uma segunda-feira pela manhã, pois nesse dia não existe atendimento externo aos usuários do parque e a família poderia fazer este ritual com maior privacidade. Além disso, fez uma brincadeira dizendo: “Assim, também tem menos chance de alguém dizer que a gente tá fazendo algum tipo de macumba aqui no parque”. Marcou comigo na segunda de manhã (Diário de campo 17/10/2012).

Chamou-me bastante atenção o fato e me questionava: porque na praça? Por que não no estádio Olímpico, ou no Rio Guaíba? Por que queria que suas cinzas fossem depositadas em um parque de bairro?

No dia combinado desmarquei uma série de compromissos para estar no local e no horário combinados. Cheguei lá pelas oito e meia da manhã e fiquei esperando na secretaria do parque, era um dia meio nublado. Esperei por cerca de uma hora e quando estava quase pensando que não aconteceria o fato, chega a viúva com uma caixinha debaixo do braço. A irmã do falecido entra na secretaria e cumprimenta o professor e ele prontamente vai para fora e inicia uma breve conversa. Minutos depois ele entra na secretaria e diz que estão esperando por mais familiares que estão para chegar. Pedi pra ele me apresentar para a família, o que prontamente aconteceu. Fui recebido com muita educação pela viúva que estava bastante emocionada e ficou interessada em saber mais da minha pesquisa. Perguntei a ela o porquê da escolha daquele lugar e ela me respondeu: “Ele sempre dizia que neste espaço ele havia vivido os momentos mais felizes de sua vida, que fugia da escola pra jogar futebol no campo e como da casa dele era possível ver parte do campo ele apenas jogava em um dos lados para que sua mãe não visse ele no campo”. Ela disse ainda que era muito ativo na praça e que participou bastante de melhorias. Foram chegando mais familiares e eu me perguntando: Qual estratégia usar para perguntar se poderia fotografar o “evento”? Foi quando a irmã perguntou a viúva: “Você trouxe maquina fotográfica?” E a viúva respondeu: “Não. Será que alguém vai lembrar?”. Neste instante olhou para mim e eu disse: “Tenho uma máquina fotográfica aqui comigo, se vocês permitirem, poderei registrar estes momentos para minha pesquisa e me comprometo em enviar as fotos”.

De imediato, a viúva iniciou uma emocionada oração, em que descreveu o desejo de seu esposo para que suas cinzas fossem depositadas no lugar que lhe deu a formação moral através da prática esportiva, que era um lugar de felicidade e de lazer. Posteriormente, rezaram um pai nosso e me pediram para que abrisse o portão do campo. Fizemos inicialmente depósito em apenas um dos lados do campo, que era o que ele jogava escondido de sua mãe, posteriormente um Sr. mais jovem pegou cinzas e jogou ao redor de todo o campo dizendo: “Ele merece uma última volta olímpica, ele era um campeão” (Diário de campo 22/10/2012).

Figura 9 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo: leitura de texto escrito antes da morte



Fonte: diário de campo 22/10/2012<sup>32</sup>

Figura 10 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Jogando cinzas



Fonte: diário de campo 22/10/2012.

---

<sup>32</sup> Embora possua autorização para a veiculação das imagens, penso que a exposição das pessoas não contribuiria para a compreensão do significado da imagem.

Figura 11 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Compartilhando as cinzas para o depósito



Fonte:diário de campo 22/10/2012.

Figura 12 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Circulando ao redor do campo



Fonte: diário de campo 22/10/2012.

Figura 13 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Depositando as cinzas junto as goleiras



Fonte: diário de campo 22/10/2012.

Figura 14 - Cerimônia de depósito das cinzas no campo. Cinzas misturadas a grama e a areia do campo de futebol



Fonte: diário de campo 22/10/2012.

Antes de qualquer interpretação, gostaria de esclarecer que esse evento é esporádico, não existe uma regularidade de pessoas depositando cinzas nesse local, ou seja, esse ato não faz parte de uma cultura religiosa que se vincule ao Parque. Por outro lado, o simples fato de acontecer algo assim mostra a potência afetiva e simbólica que o espaço tem para parte de seus usuários. Aponta também para a importância que a participação nesse tipo de vivência de lazer tinha para esse cidadão que desejou ter suas cinzas depositadas no Parque. Fato semelhante aconteceu com uma senhora que faleceu e pediu a seu marido que, sempre no dia de seu aniversário, levasse um bolo para o Parque no seu grupo de ginástica, tendo em vista que era hábito naquele grupo que o aniversariante levasse o bolo.

Pude perceber, em minha experiência etnográfica no Parque Ararigbóia, alguns rituais que, em minha 'interpretação', se configuram como um sistema ritual. Estes se estabelecem no sentido da preservação de *ethos* e visões de mundo estabelecidos no bojo da cultura 'Arariboiana'. Logo, não posso perder de vista algumas considerações sobre o ritual, as quais servem para caracterizar sua noção:

O ritual é 1) um sistema cultural de comunicação simbólica; 2) constituído de sequencias ordenadas e padronizadas de palavras e atos; 3) frequentemente expresso por múltiplos meios; 4) esta ação ritual é performativa (PEIRANO, 2003; p.40).

De certa forma, os rituais são elementos sociais que produzem homogeneização dos comportamentos, tendo em vista que são constitutivos e constituidores de cultura. Por outro lado, essa homogeneização se configura, em uma sociedade complexa, de forma pontual e local, ou seja, as pessoas aprendem a conviver de acordo com as lógicas culturais do lugar apenas neste local, sendo que a transposição destes hábitos para outros locais sempre se dá de forma heterogênea, dependendo do quão normativo é o outro espaço e o quão potente foi o ritual na lógica de construção de disposições dos indivíduos (LAHIRE, 2002).

Isso pode ser exemplificado pelo caso narrado por Thomassim (2010), quando descrevia a trajetória de um dos sujeitos de sua pesquisa:

Se a vida de Miro é menos evidente pela dramaticidade do que por suas buscas de experiências, o caso dramático de Nilton não é menos intrigante. Em março de 2008, ele foi assassinado antes que eu conseguisse concretizar uma visita à sua família. O caso de Nilton me foi apresentado por Cecília, pedagoga que atuava no serviço de assistência ao qual estava ligado, junto com seus dois irmãos mais novos e sua mãe. Ele frequentava quatro projetos sociais diferentes, mais ou menos nos mesmos moldes de Miro, e destacava-se pelo interesse em programações esportivas, aspecto que o havia colocado na minha lista de casos a buscar aproximação. A diferença, no entanto, era que ele andava envolvido com o tráfico, como era de conhecimento de técnicos que o acompanhavam. O seu assassinato ocorreu numa madrugada dentro da vila, aos 15 anos de idade, com “14 tiros na cabeça”, como se noticiou nas páginas policiais de jornais da cidade (THOMASSIM, 2010; p.27).

Se compreendermos os espaços do projeto social com espaços de ritual de homogeneização dos comportamentos, seria possível dizer que Nilton era um adolescente modelo tendo em vista seu grande interesse nas atividades esportivas. De certa forma, ele dominava os procedimentos ritualísticos desses espaços. Por outro lado, convivia em outros espaços de interação, como por exemplo, o circuito do tráfico de drogas, o qual exigia dele outras atitudes. Por mais que a noção de ritual tenha a dimensão da homogeneização, a incorporação destes é bastante heterogênea. Esta heterogeneidade se apresenta também no âmbito religioso, pois é bastante comum ver fiéis de uma determinada igreja praticando rituais e, ao sair do templo, agindo em desacordo com estes preceitos, ou seja, a complexidade da subjetividade é constituída pela cultura, porém não é uma transposição mecânica desta.

Elegi três momentos rituais como representativos, no movimento intelectual de tentar compreender a 'cultura do Ararigbóia'. Estes foram vivenciados no Parque: as reuniões para comensalidade, as práticas corporais e as reuniões de gestão. Talvez, em uma análise mais refinada, pudéssemos subdividir esses rituais em função de objetivos específicos (como por exemplo, tipos de reuniões), mas como o que interessa aqui é compreender os elementos em comum que dão legitimidade simbólica às práticas, decidi olhar para esses acontecimentos da forma descrita. Este capítulo, a partir deste momento, se dedicará a descrever e analisar esses processos ritualísticos, levando em conta que eles se constituem como processos comunicativos que fazem parte da vida simbólica do Parque. A noção de sistema ritual é importante para demonstrar que são um conjunto de práticas que estão articuladas com propósitos afins.

Além desses três rituais, os depoimentos apontam para outro momento significativo de constituição de uma coesão social, que é o da festa de São João. Infelizmente, não consegui obter uma quantidade de informações empíricas suficiente para poder descrevê-la neste trabalho da forma adequada, tendo em vista que nos dois anos que tive oportunidade de registrá-la etnograficamente, problemas de ordem de saúde me impossibilitaram de colher a quantidade suficiente. Poderia tentar fazer a análise apenas a partir das entrevistas, porém, após essa tentativa, percebi certa contraditoriedade nas narrativas, as quais não tenho 'fôlego', suficiente para analisar. Penso que outros estudos poderão se debruçar sobre esse momento ritual.

#### 4.1 Rituais de Comensalidade

Comensalidade deriva do latim "*mensa*" que significa conviver à mesa e isto envolve não somente o padrão alimentar ou o quê se come, mas, principalmente, como se come. Assim, a comensalidade deixou de ser considerada como uma consequência de fenômenos biológicos ou ecológicos para tornar-se um dos fatores estruturantes da organização social. A alimentação revela a estrutura da vida cotidiana, do seu núcleo mais íntimo e mais compartilhado. A sociabilidade manifesta-se sempre na comida compartilhada (MOREIRA, 2010; p.27).

Penso que Stigger (1997), ao se referir aos churrascos ocorridos no Parque Ararigbóia, proporcionou uma inquietação bastante significativa para se pensar esse espaço. Estes são uma constante no parque, porém os fenômenos que pretendo descrever dão conta, também, de outras atividades comensais, como por exemplo, cafés da manhã, galetos, carreteiros, refeições feitas em restaurantes a partir de grupos formados no Parque, enfim, uma gama de atividades de sociabilidade que envolvem as refeições.

Em outro texto, Stigger (2002) comenta sobre a importância da comensalidade para a coesão do grupo dos caídos na praia. Este trecho narra um período em que o referido grupo enfrentava crise de assiduidade, o que colocava em xeque a continuidade do grupo. Assim ele descreve:

Diversos apelos (correspondências) aos sócios, não só em momentos de dificuldades, mas também relacionados com os convívios, que também têm um efeito mobilizador: Sábado, dia 30/01/99 (em plena crise de assiduidade), foi realizado o almoço de Natal e, logo no outro dia (31/001) compareceram mais de 22 para jogar; isto foi motivo de vários comentários: “deveríamos fazer mais almoços” (STIGGER, 2002; p. 107).

O que pretendo demonstrar é que, embora a comensalidade apareça como elemento significativo em vários trabalhos, não foi explorada de forma analítica no campo da Educação Física.

Outra questão importante é a compreensão desse momento como ritualístico, tendo em vista que, historicamente, o momento das refeições foi apropriado como fator estruturante da organização social:

A ritualização das refeições com atribuição de regras dietéticas foi documentada desde as primeiras civilizações como expressão de religiosidade. Tal caráter religioso, em parte, explica os sentidos de apropriado, puro, sagrado assim como de impuro, profano que podem ter sido originados a partir das leis de contaminação judaica-cristã, elaboradas para permitir a travessia do deserto do Egito para a Terra Prometida durante 40 anos. Da mesma forma, a ritualização das refeições e a corporificação de seus elementos, que incluíam o uso da faca e do garfo, como cortar, como proceder à mesa, foram sendo convertidos em boas maneiras e meios de distinção social, ilustrando o processo civilizador do homem ocidental (MOREIRA, 2010; p.26).

Assim sendo, pretendo, a partir daqui, descrever alguns dos momentos de comensalidade vividos em campo. Descrevo trechos de diários que repercutem a dimensão ritualística dessas atividades, servindo de fio condutor para pensar a lógica de manutenção da cultura do Parque. Aqui não estou discutindo apenas o se alimentar, mas sim compreender que esse espaço é um momento de compartilhar símbolos e crenças:

Estávamos ao lado da quadra de bocha com o fogo aceso, mas com o churrasco ainda por ser colocado na churrasqueira e iniciaram-se as conversas sobre a importância que se tem em reunir as pessoas ao lado da churrasqueira, para ficar batendo papo sobre as “coisas” do parque. Diz um membro da associação: “Sabe, a gente vem para cá, começa falando da quadra da aula, daqui a pouco ta falando do Fortunatti e depois está falando dos filhos da gente. Quando eu venho para o churrasco é como se fosse um alívio de tensões, como se fosse um descarrego”. Após isso, o coordenador parque afirmou que “viver o parque é isso, trabalhar muito se dedicar muito e depois ao final de tudo se tem o direito de confraternizar com as pessoas que a gente atende” (Diário de campo 14/12/2012).

Perto do meio-dia, o churrasco estava quase pronto e os jogadores estavam “prontinhos”, quando começaram a se acomodar para comer. Embora tivesse havido alguns desentendimentos durante o jogo, xingações pela falta de competência técnica, o clima era de uma integração bastante grande e contagiante. Até eu estava me sentindo envolvido pelo clima de gozações e brincadeiras. No meio disso tudo, perguntei para meu interlocutor mais próximo se era sempre assim e ele respondeu: “Uma das maiores felicidades da minha vida é vir para o parque e poder desfrutar com meus amigos deste monumento que construímos” (Diário de campo 15/09/2012).

Penso que esses trechos relacionados à comensalidade sejam significativos para pensar dimensões importantes desse momento ritual. Primeiramente, é importante ressaltar que relações entre a comensalidade e o lazer são recorrentes em estudos do campo da Educação Física, principalmente aquelas que associam as atividades comensais como continuação das práticas de lazer esportivas. Um bom exemplo disso são as reflexões de Saouter (2003) sobre o rúgbi:

O Rúgbi é um esporte conhecido principalmente pela dureza de seu jogo e pelo físico às vezes impressionante de seus jogadores. Fora do estádio, os rugbymen são conhecidos por sua convivialidade e gostam de encontrar em famigeradas festas das quais se sabe apenas o nome: terceiro temo. Elas reúnem os jogadores das equipes que acabaram de se enfrentar, em torno de um balcão de

bar ou de uma mesa de restaurante e terminam em casas noturnas. Lá bebem riem, choram, cantam... (SAOUTER, 2003; p.37).

Já Almeida (2008) etnografou outro tipo de terceiro tempo no rúgbi feminino, em Porto Alegre. A noção de ritual é citada, mas não desenvolvida pela autora; ela narra o terceiro tempo da seguinte forma:

Em síntese trata-se de uma continuidade da partida, tendo em vista serem de fato jogados dois tempos, o terceiro tempo configura-se como o encontro das equipes adversárias para juntas confraternizarem. É efetivamente neste espaço, em que muitos símbolos e rituais deste esporte são apresentados, ensinados, reproduzidos e assim, mantém-se a chamada tradição do espírito do rúgbi. [...] Especificamente no Charrua, identifiquei dois tipos de terceiro tempo: os mais tradicionais, após as partidas aclamando a integração com os adversários de fora; e outros de proporções menores, ocorrendo ao menos uma vez por mês, somente com os integrantes do Charrua e que, de acordo com seus idealizadores, é uma forma de manter a família unida. Neste espaço do terceiro tempo, mais restrito aos membros do clube, é que muitas vezes se fizeram presentes as manifestações particularmente significativas da cultura rúgbi, e onde novatos e novatas, passam por alguns trotes, interpretados como ritos de passagem, ao mesmo tempo em que se constituem enquanto meios de socialização com a família rúgbi (ALMEIDA, 2003; p.75)

Embora fique bastante claro que esse espaço do terceiro tempo seja um momento de socialização posterior a atividade, em que pode ou não haver comida, mas que sempre há bebida, ele possui características interessantes para a compreensão do tempo pós-atividade, como integrante do universo ritualístico do lazer. Por outro lado, os eventos com os quais me relatei apontam para significados parecidos, como por exemplo, o de pertencimento ao grupo, mas extrapolam isso no que se relaciona ao cuidado e ao produzir o alimento para o outro, para a comunidade e para o grupo:

No dia do seu aniversário, uma participante do grupo de ginástica trouxe uma cuca e deixou na secretaria dizendo: “Fiz essa cuca para vocês comerem, uma receita que tem mais de cem anos, pois aprendi com a minha avó, fiz de todo o coração, pois gosto muito de todo mundo aqui, só não vou oferecer pra turma inteira por que se não há bolso quente comida para este batalhão”. Neste momento, já deveriam estar presentes na quadra pelo menos umas cinquenta pessoas caminhando em círculos (como fazem em todo início de aula), e ficou claro que fazer cuca para todo mundo, de forma

artesanal, não era viável. Os professores da secretaria ‘avançaram’ na cuca. Comi um pedaço também e realmente estava muito gostosa. Por fim, uma estagiária disse: “A cuca está boa porque foi feita com amor ela podia ter comprado a cuca, mas quis fazer para nós” (Diário de campo 19/09/2012).

Penso que esse trecho demonstra que aqui não estão em jogo apenas o ato de confraternização. Estão presentes significados relacionados à preparação desse alimento, bem como a noção de dádiva relacionada entre o preparo do alimento, seu consumo e o sentimento de reciprocidade que quem come tem com quem prepara.

Para Marcel Mauss (2003), a dádiva é uma relação de troca em que estão implícitas aos participantes três obrigações: dar, receber e retribuir. Mais do que a retribuição propriamente dita, o que está em pauta é o sentimento de dívida, o qual será retribuído posteriormente, em outra situação envolvendo a estagiária e esta senhora.

Outra diferença é que os momentos de comensalidade nem sempre são posteriores a atividades, como demonstra o diário de campo:

Cheguei um pouco mais cedo do que o habitual e encontrei cerca de cinco senhoras tomando chimarrão e comendo bolo de laranja que uma delas havia preparado. Como conhecia bem uma delas, fui me aproximando de mansinho, pedi pra tomar um chimarrão e fiquei escutando a conversa de “rabo de orelha”. Estavam falando de seus filhos, de como elas viram eles se criarem no parque. Uma delas disse assim: “Lembro quando comecei a trazer meu filho aqui, hoje ele tem trinta e dois anos, mas na época que não tinha ginásio e só aquele galpão “fedorento”, já trazia ele aqui, se criou aqui”. Foi neste momento que ela parou de falar e olhou no meu olho e disse: “Tu sabe né, fomos nós que construímos este prédio nossa associação, nossa comunidade”. Acenei a cabeça e depois disso continuei escutando elas falarem do professor de ginástica, que achavam bem bonito e que elas não deixariam nunca ele sair do parque (Diário de campo 29/08/2012).

Outros estudos no campo do lazer apontam a relação da comensalidade e da preparação do alimento como significativos. Katia Rúbio (2000), ao estudar o beisebol em uma comunidade de colonização japonesa, faz as seguintes reflexões:

A cena apoteótica do reconhecimento da função da mulher no clube é dada na atitude do time visitante ao final do jogo ou torneio: antes de voltarem aos seus locais de origem, os atletas perfilam-se diante da cozinha e, boné nas mãos, fazendo uma grande reverência, agradecem, em japonês, as mulheres responsáveis pela comida, que

de trás do balcão retribuem ao agradecimento com uma salva de palmas. Mais do que um gesto desobrigado, esse comportamento é mais um dentre os vários rituais realizados por nisseis, sanseis e gaijins que, hoje, compõem as diversas equipes de beisebol brasileiras (RÚBIO, 2000; p.42).

Embora a autora 'pese mais sua pena' nas relações de gênero, assume aqui dois pontos importantes: a comensalidade como ritual integrante do lazer e a noção da dádiva entre preparadores do alimento e consumidores. Outro trabalho que aponta para a temática é o de Marin e col. (2012), Que narra os jogos tradicionais no Rio Grande do Sul. Segundo os autores, o centro cultural 25 de Julho, uma comunidade de descendência germânica, "tem na sua agenda, desde longa data, a última sexta-feira do mês destinada à vivência de diferentes jogos tradicionais germânicos, desde canto, música, incluindo-se aí a comida alemã" (MARIN e col., 2012; p.80). Mas, esses exemplos em que a comensalidade é referida são de espaços identificados com culturas étnicas bem definidas, nas quais há uma tradição que é preservada. Mas, será que esses eventos se repetem no tecido urbano da metrópole multicultural, plural e dinâmica?

Estudos etnográficos realizados em Porto Alegre e no campo da Educação Física vêm tratando desse assunto como elementos significativos no contexto das práticas de lazer. Pacheco (2012), ao estudar um grupo de jogadoras *master* de vôlei, conclui que as jantas posteriores aos jogos eram fundamentais para a compreensão das lógicas e valores culturais relacionados ao grupo. Em sua inserção no campo, descreveu que a possibilidade de participar desses momentos foi fundamental para a consecução de sua pesquisa:

Nas jantas de quinta passei a entrar em contato com pessoas que não estavam nos treinos, mas que através da proximidade delas com as outras mulheres, percebi que também pertenciam ao grupo. [...] Ela [uma das mulheres que não estavam treinando] que, por tempo indeterminado, estava no "departamento médico", no início do ano de 2011 passou a frequentar os treinos numa tentativa de recuperação de suas lesões. Embora não tenha se concretizado tal expectativa, resultando no seu afastamento das quadras, ela continuou a frequentar os encontros do grupo, inclusive organizando as jantas na sua residência e preservando seu lugar de destaque na cozinha, principalmente, quando o assunto era culinária italiana (PACHECO, 2012; p.45)

Fato semelhante ocorreu em minha vivência de campo no Parque Ararigóia, pois o churrasqueiro, que era responsável pelo espaço da bocha, se tornou alguém importante, mesmo não participando diretamente das outras atividades:

Estávamos jogando palavras ao vento na secretaria, quando um aluno teve a ideia de fazer um churrasco na semana seguinte. Foi então que um professor falou que precisávamos conversar com o responsável pela bocha, pois ele faz um churrasco maravilhoso e “sempre que chamamos ele as pessoas conseguem aproveitar melhor “a carne e o tempo”, soltando uma grande gargalhada ao final (Diário de campo 20/04/2012).

Para Silveira (2008), em seu estudo com mulheres participantes de um grupo de futsal em Porto Alegre, o espaço do churrasco também era significativo, pois neste aconteciam questões bastante importantes:

O churrasco foi importante para conhecer outros aspectos das integrantes do time. Tive várias conversas com algumas jogadoras em que o assunto extrapolava futsal. Os assuntos giravam sobre as eleições que estavam acontecendo naquele período, comidas, artistas, bebidas, cigarros, relacionamentos, homo e heterossexualidade (SILVEIRA, 2008; p. 52).

Em Silveira (2012) e Pacheco (2008), fica muito claro que o espaço da comensalidade é privilegiado para vivenciar o lazer, é como se existisse um lazer dentro do lazer, ou seja, um momento em que a seriedade da prática esportiva sucumbisse a uma certa informalidade. Por outro lado, alguns trabalhos, como o de Myskiw (2012), tratam dos churrascos não de forma distinta, mas como algo que faz parte de uma grande prática. Essa mesma percepção se apresenta em pesquisa realizada por Stigger (1997) realizada também no Parque Ararigóia:

Dessa forma, a participação naquele grupo está ligada a uma centralidade lúdica que se sobrepõe à seriedade do mundo do trabalho. De outra maneira, no grupo do Ararigóia, as regras – explicitadas informalmente pelas cobranças de desempenho, pela exigência da presença sistemática nos jogos e inclusive pela participação no churrasco-, dão àquela atividade um caráter de seriedade encontrado no mundo do trabalho (STIGGER, 1997; p.62)

Nesse espaço, o time é escalado no churrasco, entre 'cornetas', presenças e ausências, quem falta ao churrasco pode se tornar reserva. Assim, reitera-se a compreensão de que a comensalidade faz parte do lazer.

Em estudo que procurava estudar um programa da SME denominado cada campo uma escolinha, Lazzari (2013) demonstra como o espaço do churrasco se constitui como privilegiado para a gestão do processo:

O fato de o regulamento sofrer flexibilizações não denota que há uma aceitação natural e linear no descumprimento, mesmo que parcial, das normas contidas em seus artigos. Pelo contrário, os debates em torno de diversos temas se estendiam para além das reuniões: nos churrascos realizados entre os responsáveis pelas escolinhas no contexto da região centro-sul. Nesse momento, era possível observar a preocupação de alguns orientadores, como por exemplo Lucas, ao falar da documentação necessária para a apresentação por parte das crianças em dias de jogos. Claro que, nos churrascos, as conversas adquiriam um tom mais descontraído e as zoações eram frequentes (LAZZARI, 2013; p.52).

Assim, o espaço da comensalidade se constitui como espaço privilegiado para a manutenção de valores simbólicos construídos no grupo social em que se está transitando; é um espaço comunicativo em que aprende-se como se portar e se incorporam moralidades vigentes. Essa dimensão de relação com a gestão também acontece no Parque Ararigbóia:

Estavam em preparativos para o almoço de fim de ano e um membro da diretoria da associação me contou que na quarta-feira à noite, dia 28/11, haviam feito um churrasco com o secretário de esporte, onde lhe foi entregue uma placa de agradecimento. Neste dia, à noite, participaram também integrantes da SME. Relatou também um grande orgulho de participar do parque que possui tanto prestígio (Diário de campo 30/11/2012).

De certa forma, essa relação comensal entre os membros da comunidade e os representantes do Estado não é uma novidade. Em pesquisa que tematizou a história do grupo de veteranos do Parque, Martins (2014) utiliza depoimento oral que ilustra como este espaço também se configura como um espaço de participação e de consecução de política:

O Pedrinho teve uma participação muito importante para manter o horário fixo no campo do Ararigbóia pros Veteranos. Nós um dia

íamos fazer um churrasco na casa do Pedrinho e chamamos a coordenação da Prefeitura lá, essa parte que regulava a parte do futebol na Prefeitura, o Pedrinho convidou esse pessoal pra vir participar do churrasco, pra eles terem uma ideia do que era o nosso grupo, o que a gente propunha, enfim, essas coisas todas, pra tentar que eles se sensibilizassem com aquilo e evitassem que nós tivéssemos que ir todas segundas-feiras lá. [...] E aí a partir daquele churrasco, o pessoal da Prefeitura deixou um horário fixo pra nós no campo (Depoimento oral em MARTINS, 2014).

A antropóloga Maria Eunice Maciel (1996) aponta para o churrasco como um elemento característico da cultura gaúcha:

O “fazer um churrasco” obedece a códigos, normas e comportamentos previstos, aceitos e reconhecidos por todos, situação que permite a observação de aspectos diversos que implicam em relações sociais e expressam valores e julgamentos, o que leva a pensá-lo como um *ritual de comensalidade e de partilha*. Neste caso, a partilha é completa. O grupo se organiza para tal, as tarefas são distribuídas: quem faz as compras (carnes, bebidas, acompanhamentos, etc.), quem assa (o assador é, quase sempre, homem, com raras exceções), quem serve, enfim, tudo o que implica em uma refeição em grupo, inclusive os gastos, que são também partilhados. “Fazer um churrasco” é uma forma e um pretexto para reunir pessoas implicando em sociabilidade. Segundo Naomichi Ishige, as refeições feitas em comum reforçam o grupo e contribuem para a sua coesão, constituindo-se num “meio de comunicação que permite a cada um manifestar sua identidade dentro do grupo” e onde a partilha da refeição é também partilha de sensações. [...] No churrasquear, uma figura tem um papel de destaque: o assador. O cozinheiro, aquele que assa o churrasco, é chamado de assador (o nome churrasqueiro não é ausente, mas é menos utilizado) sendo, em geral, aquele que se encarrega de tudo o que concerne à carne - mas a ela somente - desde a escolha dos pedaços até à limpeza dos espetos. Ele é uma espécie de “mestre do churrasco”, o “chef”, a pessoa responsável pelo sucesso ou não do evento no que diz respeito à comida (MACIEL, 1996; p.40).

Em minhas observações de campo, pude vivenciar que, ao contrário da citação, em alguns momentos o churrasco é partilhado, mas em outros o mesmo é oferecido por alguém. Oferecer um churrasco é uma forma de agradecimento e também de dívida para aqueles que usufruíram da degustação do mesmo:

Fomos ao churrasco e o professor que estava de saída do parque pagou e no final fez discurso, dizendo que a vida em comunidade é a sua vida e que o trabalho no parque o faz muito mais feliz. Agradeceu às pessoas que estavam lá, disse que ninguém precisava pagar o churrasco, que ele havia pago como forma de agradecimento por tantas coisas boas que o parque e que elas haviam lhe proporcionado (Diário de campo 14/12/2012).

Quando paga o churrasco, dizendo que é um agradecimento pelas coisas boas que o Parque lhe proporcionou, penso ficar claro aqui um sentimento de dádiva, de dívida que é retribuída incompletamente pelo oferecimento de um churrasco. Mauss (2002) repercute a noção ao se debruçar sobre estudos de comunidades polinésias no início do século passado:

Mas por ora, é nítido que, em direito maori, o vínculo do direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem alma, é alma. Donde resulta apresentar alguma coisa a alguém é apresentar algo de si. Em segundo lugar, fica clara a natureza mesma da troca por dádivas, de tudo aquilo que chamamos prestações morais, e, entre estas, o *potlach*. Compreende-se logicamente, nesse sistema de ideias, que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é a parcela de sua natureza e substâncias; pois, aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; [...] Enfim, a coisa dada não é coisa inerte. Animada, geralmente individualizada, ela tende a retornar ao que Hertz chamava seu lar de origem, ou a produzir o clã e o solo do qual surgiu um equivalente que a substitua (MAUSS, 2002; p.200)

Não estou dizendo aqui que fosse assumido pelas pessoas com as quais me relacionei que o churrasco possui alma, em nenhum momento escutei isso de nenhum participante. Mas, o que quero dizer é que ele possui a mesma função de troca das 'coisas' que possui alma no *potlach*, ou seja, são 'coisas' importantes, as quais o valor simbólico extrapola o valor econômico e que a pessoa beneficiada sente-se na obrigação de retribuição, pois a 'coisa' não é inerte.

Em outra situação:

Lá pelo meio da manhã, o coordenador do parque chama uma senhora que faz parte da diretoria da associação e pergunta se tem como organizar um churrasquinho pros 'guri' da SME que estão arrumando a tela do parque. Ela diz que sim e chama o responsável pela bocha para organizar a compra da carne e fazer o churrasco. Há a necessidade de pagar pelo churrasco, levando em conta que tem que tratar bem os guris pra eles voltarem, além disso, está fazendo um calor danado e eles merecem um refresco na sexta-feira. O que chama atenção é que esses guris têm, no mínimo 40 anos, e que são funcionários concursados, ou seja, a relação trabalhista não impõe a troca de prestação de serviço por pagamento de churrasco (Diário de campo 27/04/2012).

Pelo menos dois fatos chamam a atenção neste relato. A primeira é a relação invertida da noção de dádiva descrita no exemplo anterior. Se antes o professor estava pagando o churrasco, na troca de momentos significativos que ele havia passado no Parque, agora o pagamento está relacionado a pessoas que ele desejava que ficassem gratas ao Parque. Nota-se aqui um vestígio de relação política de tipo diática. O segundo ponto que chama a atenção é que, assim como a professora Maria Eunice Maciel trata em seu artigo, o assador tem uma distinção importante no processo, não é por acaso que o responsável pela bocha é chamado para ser o assador. A arte dele enquanto 'gourmet' lhe garante a gratidão, seja de quem está comendo o churrasco, seja de quem está pagando o churrasco. Além disso, esse momento colabora para marcar o mesmo como protagonista em um processo social que reitera o caráter participativo e colaborativo. Esse capital simbólico construído a partir de uma participação privilegiada garante a ele ocupar um espaço privilegiado e, por consequência, uma distinção capaz de empoderá-lo nos debates sobre a utilização dos espaços do Parque.

Quando refletimos sobre esses rituais de comensalidade, parece ficar claro que as estratégias de continuidade das atividades são vivenciadas através destas liturgias. Outros trabalhos, como o de Stigger (2002), apontam que regras e decisões durante o lazer esportivo são relativizadas em função da necessidade de continuidade das práticas. Isso também acontece no Parque Ararigbóia, porém, além disso, outro princípio é bastante latente, o princípio da participação. Ou seja, não basta que a atividade continue acontecendo, o que se pretende é que a atividade continue acontecendo e que as pessoas tenham o direito e a possibilidade de participar, e de preferência de uma forma protagonista. Todos concordam que é imprescindível a participação, embora o que significa participar, em muitos momentos, não seja consenso. Mas, a narrativa nesse momento se transforma como algo mais importante que sua materialidade. A comensalidade é o espaço de participação plena, pois mesmo que alguém tenha problemas de saúde e esteja no 'departamento médico', mesmo aquele que não consegue chegar no horário por causa do trabalho ou então aquele que fica no banco de reservas até os 40 minutos do segundo tempo e só entra porque o time dele já está ganhando o jogo e sua inabilidade técnica não prejudicarão a coletividade, podem participar ativamente, seja preparando a refeição, reservando restaurante, seja contando piadas ou mentiras que divertem a todos.

Penso que, em muitos trabalhos de lazer em Educação Física, os momentos comensais são retratados com alguma pressa, pois não são o objeto propriamente dito. Em outras situações, a possibilidade do pesquisador compartilhar estes momentos é vista como grande conquista na negociação no acesso e na permanência do mesmo no campo. O que quero dizer é que em muitos momentos não há separação entre práticas corporais e comensalidade, todas elas fazem parte de um todo, e em outros momentos, quando a separação é nítida, os acontecimentos durante a comensalidade são fundamentais para se pensar as práticas, bem como as relações de poder nas quais as mesmas estão envolvidas. São rituais comunicativos, em que a interpretação dos significantes necessita de uma descrição densa. Simplesmente dizer que as pessoas comem churrasco não diz nada sobre o processo, são os significados atribuídos ao churrasco no plano coletivo que definirão a construção de narrativas produtoras e produtos de símbolos e de cultura. Assim como as práticas comensais são vivenciadas simbolicamente, as práticas corporais também fazem parte deste sistema ritual em que a participação se constitui como pano de fundo dos acontecimentos sociais, tendo em vista que, para muitos usuários, a função social do Parque é ser um espaço realização práticas corporais.

#### 4.2 Rituais em praticas corporais

Um dos acontecimentos mais frustrantes em se fazer etnografia em um Parque com a diversidade de atividades do Parque Ararigbóia é a impotência de compreender, através de uma descrição densa, a totalidade das práticas, em especial das práticas corporais que acontecem naquele espaço. Muito provavelmente, neste momento em que estou escrevendo este texto, estejam acontecendo práticas interessantes no Parque. Muito provavelmente, no momento em que esse texto estiver sendo lido, você leitor estiver lendo este texto , coisas interessantes estarão acontecendo no Parque, até mesmo de madrugada, quando há uma movimentação de pessoas que o utilizam como moradia ou área de lazer psicotrópica.

Procurei, ao longo do trabalho de campo, ter um olhar focado nas relações de gestão do Parque e na relação desta gestão com um sistema político mais amplo. O

que pude perceber é que as práticas de gestão estão imbricadas em lógicas culturais estabelecidas ao longo dos tempos. Estas estão relacionadas ao lazer e são o motivo aceito pelas visões de mundo circulantes como justificativas para a existência do Parque e de suas atividades.

Tendo esses argumentos (da impossibilidade de estudo de tudo e da promoção de visões de mundo a partir das práticas corporais) como ponto de partida, me deterei na análise de um grupo específico de praticantes. A escolha destes se deu em função de ser um grupo bastante influente no processo democrático no interior do Parque. Além disso, quando organizei meu cronograma de visitas, procurei estar nos momentos em que ‘a coisas acontecia’, e descobri que eram nas quartas e sextas-feiras pela manhã. Nesses dias, havia uma confluência de atividades voltadas à terceira idade, em que se tinham duas turmas de ginástica bastante grandes na quadra do ginásio e, além disso, três turmas de musculação no segundo andar. Procurei retratar minhas primeiras impressões sobre esse momento da seguinte forma:

Cheguei pelas oito e meia da manhã e o parque já estava tomado de pessoas, chegou a ter fila na porta do ginásio para conseguir entrar. Depois que consegui ingressar, observei que havia muitas pessoas, todas elas de terceira idade, caminhando em círculos na quadra do ginásio. Elas aparentemente tinham perfil de terceira idade. Logo na entrada do ginásio, estavam os integrantes da diretoria da associação fazendo cobranças de contribuições a favor das ações desenvolvidas no parque. Logo entrei na secretaria, pois me dei conta que não conseguiria conversar com ninguém da associação, estavam muito envolvidos com o atendimento das pessoas que estavam chegando. Ao entrar na secretaria, percebi que os professores estavam envolvidos em uma tarefa pedagógica no sentido de organizar os usuários, para que todos estivessem no local e horários certos para suas aulas. Percebi que ali também não conseguiria a atenção de ninguém, saí da secretaria e fiquei conversando com um senhor de cabelo branco sentado na arquibancada (Diário de campo 14/03/2012).

Percebi, em contraste com outros momentos que já havia frequentado o Parque, que aqueles momentos de quartas-feiras e sextas-feiras pela manhã eram importantes para pensar o envolvimento das pessoas com o Parque a partir da promoção das práticas corporais. Logo me chamou a atenção aquele momento em que o professor ainda não estava a quadra, onde as pessoas caminhavam em

círculos. A ideia de se pensar no círculo como algo sagrado logo saltou aos meus olhos, pois lembrei do que Geertz (1989) expressa em sua narrativa sobre os Ogala:

Para a maioria dos Ogala, o círculo é um luminoso não examinado, cujo significado é sentido intuitivamente, não interpretado conscientemente, seja ele encontrado na natureza, pintado numa pele de búfalo ou encenado e uma dança ao sol. Todavia, o poder deste símbolo, analisado ou não, repousa claramente em sua abrangência, em sua produtividade ao ordenar experiência. A ideia de um círculo sagrado, uma forma natural com um sentido moral, quando aplicada ao mundo ao qual vivem os Ogala sempre apresenta novos significados; ele liga continuamente elementos diversos de sua experiência, elementos esses que de outra forma pareceriam inteiramente disparatados e sendo inteiramente disparatados seriam incompreensíveis (GEERTZ, 1989, p.1145).

A curiosidade sobre este círculo de caminhada me fez perguntar às pessoas porque isso acontecia. Além disso, a recorrência desse fato em todas as aulas que presenciei e o fato de nunca ter ouvido nenhum comentário sobre isso me causavam bastante estranhamento. Foi então que passei a perguntar às pessoas porque elas caminhavam em círculos no início das aulas. Obtive algumas respostas de praticantes: “É pra gente se aquecer para fazer ginástica” (Diário de campo 30/03/2012); “É que não tem espaço pra todo mundo e o pessoal vai entrando na quadra, pra deixar os outros entrarem aí como uns começam a caminhar e a conversa é mais importante que tudo, pra continuar o papo as pessoas caminham junto das outras” (Diário de campo 11/04/2012); “A professora manda a gente fazer isso pra ir aproveitando o tempo pra gastar mais calorias” (Diário de campo 11/04/2012); “É um jeito da gente cumprimentar todo mundo antes da aula (Diário de campo 20/04/2012). Foi então que fui perguntar à professora sobre essas explicações dissonantes:

Eu logo que cheguei e perguntei à professora ginástica da turma da quadra porque os alunos caminhavam em círculos, se era algum tipo de orientação. Ela disse que isso já existia antes mesmo dela chegar e que não havia nenhuma orientação específica sobre isso. Disse, ainda, que esta aula não tem um objetivo de queima de calorias, pois em muitos casos os alunos têm dificuldade de se movimentar e o simples fato de estarem ali os ajuda a melhorar a mobilidade articular, mas principalmente auxilia-os a poderem sair de casa e se relacionar com alguém para além da família (Diário de campo 27/04/2012).

Achei interessante como uma prática corporal está incrustada na cultura do local e como as visões de mundo sobre o mesmo fato são divergentes. Operando a partir de Geertz (1989), fica claro que andar em círculos faz parte do *ethos* daquelas turmas, que existe antes mesmo do ginásio ser construído, em meados da década de 1990. Percebi, nessa ocasião, quanto que as práticas corporais são significativas para pensar em cultura e na produção/reprodução de fatos relacionados à forma de viver no Parque.

São produzidas/reproduzidas visões de mundo sobre a política, o lazer e o esporte, as quais passam a sustentar justificativas de investimento e formas de agir politicamente. Parecia-me que não estava estudando 'as' práticas corporais, mas 'nas' práticas corporais, tendo em vista que tinha alguns interesses prévios e que estes se manifestavam também neste espaço. O objetivo principal nunca foi o de discutir política na aula de ginástica, mas com o passar do tempo, me dei conta que essa separação não fazia sentido naquele espaço. É possível interpretar que o jeito deles de fazer práticas corporais é um jeito em que a política está incorporada ao exercício.

Logo identifiquei elementos que se repetiam no que se refere à política no contexto das práticas corporais no ginásio. São temáticas, movimentos políticos que, embora se manifestem de uma forma não muito planejada, acabam se repetindo. Pude perceber que algumas temáticas são bastante recorrentes: a política de lazer como algo sagrado, o incentivo à participação na política, a prestação de contas para a comunidade (*accountability*), a necessidade de contribuição como condição de questionamento.

Quando me refiro à política de lazer como algo sagrado, penso ser esta construção cultural recorrente nos discursos dos praticantes:

Antes de vir aqui, eu não conseguia conversar com as pessoas, não era educado, não sabia conviver em comunidade, foi a ginástica que me deu isso, foi a convivência que me mostrou que não há nada de mais em dar um abraço em outro homem, ou então fazer uma brincadeira pegando na mão de uma senhora (Entrevista com usuário 2).

Foi graças a nossa luta pela ginástica que transformamos um barracão de madeira neste ginásio, aqui somos felizes, aqui a gente vive junto as dores e as felicidades de da nossa vidas (Entrevista com usuário 1).

Penso que poder estar aqui junto com nossos amigos é algo muito importante para minha vida, o futebol me fez homem, me ensinou o que sei sobre conviver em comunidade, aqui na bocha a gente é feliz (Entrevista com usuário 4).

A representação do lazer como algo positivo transpassa todos os espaços estudados. De certa forma, é possível dizer que não há questionamentos sobre a positividade do lazer e do esporte. Isso nem é muito discutido, o que acontece é a produção de várias explicações de por que ele é positivo.

Quando me refiro à noção de sagrado, procuro compreender esse processo não como algo religioso, mas sim na relação entre a emoção e o ideal. O que quero dizer com isso é que as pessoas, ao vivenciarem práticas corporais recheadas de estratégias docentes, que procuram demonstrar eficiência e positividade, e levando em conta um ambiente em que basicamente existem narrativas positivas em relação às práticas, criam um vínculo simbólico com as práticas e, posteriormente, com o Parque. Fica clara uma atmosfera de efervescência constitutiva de algo sagrado e que é constituído culturalmente:

E aquilo que há de mais elementar nisso tudo, no que se refere à sua importância para a constituição do sagrado, é o fato básico de que esse estado de efervescência, provocado pela aproximação entre as consciências que se influenciam mutuamente provoca, naqueles que tomam parte do ritual, um estado mental de um tipo completamente diferente daquele que o indivíduo experimenta em sua vida ordinária (WEISS, 2013; p.175).

Este clima e esta constituição da prática como ritual sagrado se estende para a ação política dessas pessoas na relação da construção de um protagonismo social que procura fazer a defesa deste sagrado, desta efervescência. A possibilidade da precarização, ou do fim dessas práticas, é colocada como mobilizador para a participação das pessoas no processo de participação:

Ao final da aula de ginástica, um membro da diretoria da associação foi conversar com os alunos da turma e disse as seguintes palavras: “Nós só temos a estrutura que temos porque nos mobilizamos, porque no passado corremos atrás e fizemos este parque ter tudo o que tem. Terça-feira, dia 23 de outubro, teremos uma audiência pública na câmara de vereadores, queremos que o nosso direito a estas atividades que são tão importantes tenham orçamento, tenho

medo da privatização da praça. Hoje somos nós que administramos este lugar e por isso que é tão bom” (Diário de campo 19/10/2012).

Ao chegar à antessala da audiência pública, conversei com duas senhoras que reconheci das aulas de ginástica e perguntei a elas sobre a importância de participar deste momento. A primeira, mais idosa, perto de uns 70 anos, respondeu assim: “Com estes políticos a gente tem que se cuidar, ficam só esperando uma oportunidade de destruir as coisas boas para os idosos, não podemos perder nossa ginástica, é ela que faz a gente ser feliz”. A segunda senhora, mais jovem, perto de uns 50 anos, disse assim: “Acho um disparate a gente ter que ficar brigando para que o governo cumpra sua obrigação, não podemos perder aquilo que nos faz bem, tem pessoas lá no grupo que passam por um monte de dificuldades na vida, sofrem para conseguir ir nas aulas e isso não pode acabar” (Diário de campo 23/10/2012).

O interessante dessa situação é que nunca esteve em pauta o fim das atividades, mas sim o aumento de orçamento para a SME. O mobilizador simbólico do processo é a manutenção das práticas sagradas, mesmo as pessoas tendo consciência do que o que estava se discutindo ali e que não se restringia à sua atividade, mas à política de esporte como um todo. Do ponto de vista da análise política, é possível fazer uma interpretação de que a diminuição/fragmentação do orçamento pudesse, em longo prazo, proporcionar risco à manutenção de uma política, porém essa análise não circulava naquele momento.

As pessoas foram à audiência pública para defender as boas práticas que vivenciavam e, com isso, melhorar a política da cidade. É interessante pensar este protagonismo em defesa do sagrado, este sagrado como constitutivo das lógicas culturais desse espaço: “o sagrado não é um fenômeno essencial apenas para a manutenção das próprias religiões, mas sim uma condição *sine qua non* para a existência da própria vida social, na medida em que podemos partilhar certos valores” (WEISS, 2013; p, 176).

Enfim, concluo que o sagrado nesse espaço não é só a prática de ginástica, mas sim uma prática em que me sinto compelido a participar de discussões maiores. Na aula seguinte, conversei com algumas pessoas que fazem aula de ginástica e que não foram à audiência pública e todas elas se mostraram em dívida por não ter participado. Mais do que esse sentimento ser verdadeiro ou não, ele é a exteriorização da incorporação de uma forma correta de se portar naquele espaço. O que quero dizer com isso é que, por mais que alguns praticantes que não foram

na audiência possam achar esta participação enfadonha, eles sabem que naquele espaço cultural não há espaço para outro tipo de sentimento.

Outra dimensão significativa nas observações de campo é a noção de *accountability* que se estabelece entre os membros da associação e os usuários, bem como entre a coordenação do parque e os usuários. Trago três trechos de diários de campo que procuram ilustrar essa situação:

Antes do início da aula, a professora explicou que as turmas estão lotadas e que não é possível matricular mais pessoas, em função da estrutura que o parque possui. Porém, enfatizou que as pessoas interessadas poderiam colocar seu nome na lista de espera e que esta, por sua vez, era seguida de uma forma muito ética, pois “o lazer é direito de todos e nossa função aqui é ter critérios justos para que as pessoas possam ter acesso ao lazer” (Diário de campo 13/03/2013).

O coordenador do parque leu as inscrições de horários e onde não havia disputa foi mantida a solicitação. Porém, nas quintas-feiras, às 19:00, dois grupos se candidataram. Ele, então, pediu que se tentasse fazer um acordo e que se o mesmo não ocorresse, faria um sorteio. Como o mesmo não ocorreu, procedeu-se o sorteio onde um representante de outro time tirou um papel. Este, por sua vez, quando se deu conta que um usuário bem conhecido tinha perdido o sorteio, ficou meio desconfiado com a possível reação. Gustavo, que logo na entrada estava dialogando com o coordenador do parque, só pôde fazer a escolha de horário após o time perdedor do sorteio escolher seu horário. Nesse meio tempo, chegou outro representante de grupo que não havia se inscrito, Sr. João, e o mesmo escolheu seu horário posteriormente. Yan queria dois horários, fato este que o coordenador não permitiu, justificando que se o ginásio é público uma maior quantidade de pessoas deve utilizá-lo e o fato de um mesmo grupo ocupar dois horários, mesmo que pagando, faz com que este princípio se esvazie. Porém, afirmou que se o horário estiver vago o grupo poderá utilizá-lo na condição avulsa e não de mensalista (Diário de campo 05/03/2012).

Ao final da aula uma de ginástica, o presidente da associação pediu a palavra para “prestar contas” do que havia sido gasto com a manutenção do telhado ginásio. Disse que se gastou boa parte dos recursos disponíveis e que, mesmo assim, havia alguns problemas de goteira. O dinheiro arrecadado com as cobranças e promoções era gasto no bem de todos e que era importante que todos soubessem o que estava sendo feito com este dinheiro, porque ele é de todos e não do presidente da associação (Diário de campo 31/10/2012).

É interessante apontar que há, nos discursos circulantes no Parque, uma posição moral que aponta a democracia como forma correta de viver socialmente, mesmo que essa noção de democracia não seja algo discutido ou consensual. Outro elemento que chama bastante a atenção é o fato de que as narrativas proporcionadas pelas pessoas que dirigem esse espaço são recheadas de preocupações políticas que possuem uma complexidade bastante incomum se comparadas com outros espaços de políticas públicas, como os estudados por Lazzari (2013) e Miskyw (2012). A posição de valorização da *accountability* se constitui a partir de uma narrativa de valorização da democracia:

Se valorizamos a conexão entre representantes e representados, então é *accountability* um meio importante de reforçar esta norma democrática. Portanto, se estamos ou não convencidos dos potenciais democráticos da deliberação, identificação e/ou similitude, seria absurdo negar que *accountability* política teria que ser, no mínimo, uma dimensão crucial de qualquer democracia moderna, onde não há mais identidade entre governantes e governados (ARATO, 2002; p. 92).

Por outro lado, é interessante descrever que, embora os movimentos de *accountability*, aos usuários do Parque sejam uma constante, não escutei, em nenhum momento, um questionamento que levantasse suspensão com relação a ética e a correção dos gastos do dinheiro coletivo. Aqui, há relação de confiança, principalmente produzida a partir de uma horizontalização das relações sociais em detrimento de um modelo de *accountability* hierarquizado:

Para Max Weber, a confiança intersubjetiva é produto do espírito da seita, por oposição ao espírito da Igreja católica. Este ponto é o tema do seu "Die Protestantischen Sekten und der Geist des Kapitalismus" ("As seitas protestantes e o espírito do capitalismo"), onde o autor procura fazer uma "etnografia" do espírito sectário, precisamente nos Estados Unidos do começo deste século. [...] O não pertencimento a uma seita significava ruína econômica, perda de crédito e de clientela. Era o pertencimento à seita que produzia a "confiança intersubjetiva" enquanto pré-condição para a aceitação no mercado. Longe de interpretar a maciça afiliação religiosa americana (cerca de 94% na época) como uma hipocrisia destinada a produzir resultados utilitários, Weber percebe a especificidade daquele país precisamente a partir deste fato único (SOUZA, 1999; p.16).

Em Max Weber, essa noção de pertencimento à seita é vista como algo positivo, do ponto de vista democrático, uma vez que reorganiza as relações sociais

envolvendo aí religião, economia e sociabilidade. Por outro lado, Jesse Souza compreende este posicionamento como ambíguo uma vez que:

Mais interessante para nós, no entanto, é a ambigüidade do princípio democrático da seita. A ênfase na pureza, responsável em última instância pela enorme energia sectária em perseguir seus fins associativos, acarreta, simultaneamente, uma intransponível oposição entre sectários tidos como puros e não-sectários tidos como impuros. A diferença com relação ao princípio da Igreja não é a posição paradigmática do conceito de pureza. O princípio da pureza é básico tanto na Igreja quanto na seita. O princípio hierárquico da Igreja, no entanto, permite aceitar o impuro, ao passo que a seita o *rejeita*. Daí o interesse das ambigüidades culturais para o estudo de questões universais, daí a afinidade eletiva "democrática" do valor básico do liberalismo político — a tolerância — com o princípio hierárquico da Igreja, que a todos acolhe e garante um lugar, e não com o princípio exclusivo da seita. A seita, ao traçar uma linha divisória intransponível entre o santo e o réprobo, retira a possibilidade de qualquer comércio entre os dois. A ênfase aqui é na intolerância com o outro, seja este o negro, o latino etc. Com a secularização deste princípio, este outro pode ser qualquer um que seja diferente e não apenas o infiel (sd; p.18).

Assim ao observar o público do Parque e as narrativas de pertencimento, é inteligível a relação entre a noção de seita e a pequena adesão de usuários com baixa renda. Mesmo sendo o Parque situado em uma região nobre, existem em sua vizinhança, bairros bastante pobres, e os cidadãos dessas localidades não participam em função de um abismo simbólico. Isso pode ser evidenciado pelo diário de campo que relata conversa com membro da diretoria da associação:

Outra coisa que me chamou muito a atenção na conversa que tive com ele, foi a resposta que me deu quando perguntei sobre a participação do pessoal do futebol na associação: “Esse pessoal do futebol não pode fazer parte da associação, eles não são do bairro, são de outros lugares da cidade, não pertencem a nossa comunidade. É importante que fique bem claro que uma coisa é a associação do parque e outra coisa é a liga, a gente se dá bem dialoga, mas são coisas diferentes” (Diário de campo 12/03/2012).

De uma forma particular, o campo esportivo do Rio Grande do Sul se assenta fortemente a partir de iniciativas associativistas<sup>33</sup>. Penso que a analogia destas à

---

<sup>33</sup> Penso que boa parte das produções da professora Janice Mazo descrevem esse processo com bastante riqueza de detalhes.

noção de seita<sup>34</sup> é possível tendo em vista a associação do esporte e do lazer como algo sagrado. A grande diferença é que, na noção de seita, o Estado não está totalmente fora, mas é um ator secundário ou então desprestigiado, tendo em vista que as relações dentro da seita são as que pautam seus participantes.

Conflitos entre seita e Estado foram problematizados em outros lugares, como por exemplo, na França, no final do século passado:

O que se apresenta, grosso modo, no debate — que se constituiu naquela época e se prolongou até o final dos anos 1990 — é a defesa por parte deste meio associativo de uma incompatibilidade radical entre os "mundos" das seitas e da sociedade francesa, vistos como dois conjuntos dotados cada um deles de coerência própria, como totalidades excludentes entre si. A postulação de uma descontinuidade quase absoluta entre estas totalidades pôde fazer-se por intermédio de uma certa forma de conceber a pessoa e as relações identitárias. Constituiu-se neste movimento a percepção de uma continuidade natural e substantiva entre os indivíduos, suas famílias e a nação. (BIRMAN, 2005; p. 09)

Com o passar dos anos, o modelo esportivo pautado em seita entra em crise em função da implementação de políticas neoliberais na economia (FORELL, 2009). A incapacidade de manutenção deste processo demanda modificações no modelo, fazendo com que as associações busquem o auxílio do Estado para constituição de parcerias para a manutenção das atividades.

Segundo Steil (2001), a separação entre Estado e religião, proporciona a criação de um politeísmo que se instaura não só na sociedade, mas na pluralidade dos indivíduos. Assim a organização em seita em oposição à organização da igreja se desconstitui, pois as crenças extrapolam esta dualidade, o sagrado passa a estar em outros símbolos como a natureza o sucesso ou o desapego. Esta nova lógica religiosa aponta para manifestações híbridas, como é relatado a seguir:

São dois grandes modelos: a igreja se organizando no sistema igreja, em que você tem uma religião que se pensa como religião de massa, em que as pessoas não precisam participar ativamente para se sentirem católicas; e tem o modelo comunitário ou congregacional, a religião se organiza como um grupo de pessoas que participa ativamente, uma sociedade, quase um clube, como o pentecostalismo clássico no Brasil (da Igreja Assembléia de Deus, por exemplo). Já o neopentecostalismo junta os dois modelos, o

---

<sup>34</sup> Quando me refiro a esta palavra, estou querendo dar a ela o tratamento sociológico construído a partir de Max Weber e não a polifonia circulante no senso comum.

protestante com o católico. A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, tem uma característica de lidar com massa, não se preocupa em manter um grupo restrito. Esse discurso do Papa, falando de qualidade, no fundo quer dizer que ele quer um modelo mais de seita, de gente que seja não apenas nominalmente católica. (2007)

Não é por acaso que os grandes avanços estruturais do Parque tenham se dado justo no momento de crise do modelo associativista ao qual relaciono a noção de seita. As pessoas que geriam o Parque naquele momento conseguiram construir práticas políticas que se diferenciavam do clientelismo clássico (LANDÉ, 1977), tendo em vista o robusto processo de participação.

Com o avanço das políticas de participação implementadas pela frente popular, oportunizou-se à população um novo tipo de interação com o Estado. Muitos foram os atores sociais que se apropriaram dessas novas formas de interação e conseguiram benefícios com isso. Penso que a construção da noção de participação no Parque Ararigbóia se estabeleça a partir desse momento histórico. Por outro lado, a cultura local nunca abandonou o discurso associativista liberal, a partir do qual os indivíduos são responsáveis pelo bem comum e para usufruir o bem público, os sujeitos precisam contribuir para a coletividade. Surge, então, um tipo de organização mista, nem uma seita pautada no clientelismo, nem uma política de massas inseridas nos espaços institucionalizados de participação. A realidade observada no Parque aponta que em função de uma série de circunstâncias históricas, as pessoas que fazem o dia a dia do Parque conseguiram utilizar positivamente de elementos de ambas as vertentes.

Esse posicionamento conseguiu garantir dois elementos fundamentais para o sucesso de políticas públicas de esporte e lazer nos parques: a estrutura e o pessoal qualificado e em boa quantidade (STIGGER, FREITAS e TRENTINI, 2009). Além disso, o espírito de seita que dá coesão social é complementado pela intervenção do Estado. O processo de *accountability* é fundamental para a reificação dessas práticas, bem como da participação das pessoas nos processos políticos reivindicatórios mais amplos da comunidade.

Durante as práticas de ginástica, foram incontáveis os momentos de chamada à participação de reuniões, festas, churrascos, cujo o objetivo principal era discutir a gestão do Parque e a política pública de esporte e lazer da cidade. Por outro lado, a visão de mundo que constitui o lazer como algo sagrado é grande motivador dos

processos sociais descritos. A grande questão é que não é mais possível afirmar que a forma de vivenciar o Parque seja decorrente deste sagrado, nem mesmo o contrário, de que o sagrado é consequência da participação. Acredito que pensar em uma relação dialética entre sagrado e práticas seja importante para compreender o parque.

#### 4.3 Reuniões de gestão como rituais

Durante o processo de campo, pude me relacionar em vários momentos em que se constituíam reuniões para tratar das questões relativas à gestão do Parque. Estas não necessariamente tinham formalidades, como pauta, ata e lista de presença, porém era nesses momentos que se constituía a prática política, bem com se aprendia com as pessoas mais experientes como em outros momentos se resolveram situações parecidas. Na realidade, esta cotidianidade de debate pode parecer algo não especial e conseqüentemente a dimensão ritual se enfraqueceria para a análise do mesmo. Por outro lado, vivenciamos pequenos rituais diariamente, como a reza antes da refeição para um católico, o colocar das luvas para um pugilista e o amolar do facão para um cortador de cana.

A legitimidade do processo de representação se constitui na *accountability*, mas também na forma como as pessoas que são protagonistas neste processo se comportam diante das tarefas e da publicidade de seus atos. Em vários momentos, uma liturgia se repetia, como algo cotidiano e performático:

Fiz uma rápida conversa com o presidente da associação, em que ele repetiu o discurso de que é a participação das pessoas da comunidade e o fato delas se sentirem pertencente ao lugar que faz com que o mesmo seja tão cuidado e preservado. Apresentava a quem quisesse ver a prestação de contas, mas escutei o mesmo reiteradamente dizer que isso tudo tem custo e que para participarem do parque, era importante pagarem as taxas para associação. Não entendi muito bem como funcionava a lógica do pagamento, mas como não quis parecer intrometido, não perguntei nada sobre ele, porém penso ser fundamental retomar esta descrição no futuro. O presidente da associação me dispensou, pois estava muito ocupado cumprimentando praticamente todas as pessoas que entrava e saíam da quadra, pois a posição onde foi colocada a mesa da associação favorecia este tipo de envolvimento (Diário de campo 08/03/2014).

Após tomar um chimarrão em conversa na secretaria, uma senhora que faz parte da diretoria da associação disse que eles estavam pensando em reformar a secretaria, fazer piso novo, armários novos, mas que isso seria decidido em reunião de diretoria, pois as coisas no parque sempre são decididas de forma democrática (Diário de campo 26/09/2012).

Comecei a puxar assunto com um membro da associação. Sem muitas perguntas, ele de logo me relatou, de forma orgulhosa, que a associação já reuniu cerca de R\$10.000,00 e que eles estão pensando em que vão investir este dinheiro. Disse, ainda, que esta decisão deveria ser realizada em reunião de diretoria. Porém, quando estava indo embora, perguntei de uma forma mais explícita em que seria investido e ele disse que já tinha decidido que seria na reforma da secretaria (Diário de campo 12/03/2012).

Esta liturgia que aponta para o processo democrático e as reuniões de gestão como espaço de tomada de decisão é bastante recorrente. Fica evidente, nos diários de campo, que a ideia de reforma da secretaria era algo que estava sendo construída simbolicamente, ou seja, mais de um ano antes da reforma acontecer membros da diretoria já estavam constituindo este investimento como correto e como legítimo. O fato de a decisão já ter sido tomada, sob o ponto de vista da cúpula da associação, não isentava a necessidade de um debate público sobre o tema. O processo democrático vigente no Parque se aproxima mais de uma democracia deliberativa. Por outro lado, ao afirmar que a decisão já estava tomada, a ideia de que as reuniões são necessárias para a transparência nos dá a noção de que existe uma elite dirigente, que não a Estatal, que toma as decisões. Essas reflexões nos levam a pensar que este processo estaria mais próximo de uma democracia pluralista.

O fato interessante sobre as reuniões da associação é que, embora em diversos momentos tenha pedido para participar, nunca fui convidado. Esse fato me remete a três hipóteses: 1) era um ser tão insignificante no campo que nunca se lembravam de me avisar; 2) tinham receio de que me intrometesse demais em assuntos internos da gestão; ou 3) essas reuniões mais formais não existam, ou eram bastante raras. Embora nunca tenha perguntado veementemente quando foi a última reunião da associação, tinha receio que um questionamento desses pudesse estremecer uma relação que era boa. Tenho convicção de que a terceira hipótese

era aquela mais provável. Essa característica reforça a noção de seita já defendida na seção anterior deste capítulo.

Outro elemento bastante recorrente nas narrativas é a compreensão da participação como finalidade da ação no Parque:

Ao falar com o presidente da associação sobre o processo de reivindicação ocorrido na Câmara de vereadores, a respeito do aumento do orçamento da SME, ele me relatou que, por mais que tivessem lotado a Câmara de vereadores, que tivessem paralisado a votação do orçamento por cerca de duas semanas, o governo havia conseguido aprovar a LDO 2013 com um pouco de avanço, mas muito longe daquilo que eles estavam pleiteando. Perguntei a ele se se sentia frustrado com o desfecho da situação e ele me respondeu assim: “Eu não posso estar frustrado com isso, a associação mobilizou pessoas, discutiu o orçamento da cidade, botou o dedo na cara de vários políticos, e cumpriu o seu papel. O papel da associação é ser atuante, ser aguerrida, e estar em todos os lugares, é isso que as pessoas que representamos esperam de nós, que a gente os represente. Não conseguir aquele objetivo faz parte do jogo político, mas nós fizemos a nossa parte” (Diário de campo 26/10/2012).

Surpreendi-me bastante nesse dia, pois imaginava que ele iria apontar que o avanço pequeno era melhor do que nada. Ao mudar o rumo da conversa, aponta para características transcendentais e não imanentes do papel da associação na relação com o Estado, ou seja, o protagonismo deixa de ser meio e passa a ser finalidade da associações.

Sentado na secretaria, observei dois membros da associação conversarem sobre a necessidade ou não da compra de *steps* para a turma de ginástica. Um dizia que já havia *steps* velhos, mas que ainda estavam em uso. Outro dizia que quem mais participava das atividades e quem mais contribuía era a turma que usava os *steps* e que, como eles participavam muito, mereciam o investimento da associação (Diário de campo 29/06/2012).

Em alguns momentos, pronunciou algumas frases que, o meu ver, queriam proporcionar um efeito positivo: “O parque é público, mas o público somos todos nós, logo o parque é nosso”; “para participar as pessoas tem que pagar e quem paga merece bom material”; e “Não podemos nos esquecer que são só os adultos que pagam, as crianças não pagam nada para participar” (Diário de campo 19/11/2011).

Não quero aqui discutir o processo de gestão do parque, meu interesse é o de tentar demonstrar como a ideia de participação está impregnada nos debates e discursos ao longo do trabalho de campo. Não há aqui consenso sobre o que é participar, mas há consenso de que participar é algo importante.

Outro elemento bastante significativo é durante estas reuniões. Há uma defesa do modelo associativo como essencial para a construção da coisa pública. Em alguns momentos, ficou evidente que mais do que defender a participação, nesses espaços, se defende uma participação coletiva e articulada na construção das demandas:

Quando vinha uma pessoa pedir um tipo de atividade nova, dizia que sozinha ela não iria conseguir nada, dizia que deveria formar um grupo, se organizar. Depois disso, quando via que o grupo era de fé mesmo, encaminhava a demanda e a gente pedia um professor daquela modalidade e providenciávamos o material necessário (Entrevista com membro da associação 1).

Estávamos debatendo na secretaria sobre a manutenção do ginásio e um membro da diretoria da associação disse: “O governo tem que respeitar nossa construção, aqui foi a força da nossa associação que fez com que todas estas coisas boas virassem realidade. Sem a nossa união e dedicação ainda estaríamos tendo aula no barracão, ou então pior, a prefeitura já teria usado este terreno para construir qualquer outra coisa, como um posto de saúde uma escola ou sei lá o quê” (Diário de campo 06/07/2012).

Outra questão bastante evidente na consolidação dessas reuniões como ritualísticas é a dimensão do sacrifício:

Eu participei de mais de 300 reuniões, era frio, inverno, chuva e nós estávamos lá participando das reuniões e defendendo nossa causa que era a nossa ginástica da terceira idade. Foi um sacrifício muito grande, mas valeu a pena construímos este ginásio (Entrevista com usuária 1).

Pra gente ter uma coisa boa temos que fazer coisas boas, tudo volta pra gente, é uma lei universal. Logo se queremos melhorar nossas coisas precisamos participar das reuniões. Eu mesmo tinha outros compromissos, às vezes estava doente, mas sempre participo, é um jeito de deixar uma coisa boa pros nossos netos (Entrevista com usuária 4).

Para Peirano (2003), a compreensão de que algo se transforma em sagrado a partir do sacrifício é característica da lógica ritualística. Esse sacrifício possui um

caráter de constituição, de pertencimento ao grupo social e também uma forma de reafirmar as crenças relativas às visões de mundo produzidas pela cultura corrente. É interessante pensar que essa dimensão de sacrifício reforça a narrativa corrente da importância da participação e também a compreensão de que as práticas de lazer são sagradas neste espaço.

Se por um lado, essa participação possui dimensões ritualísticas e ligadas ao sagrado, por outro, este processo de debate está intimamente ligado a questões significativas, ao debate das políticas públicas como: cogestão, cidadania, democracia e inclusão social.

Quando da feitura do trabalho de campo, e principalmente nestas reuniões as quais estou descrevendo neste momento, estes termos são muito recorrentes, e uma série de dilemas estão atrelados a eles. Em relação à noção de cogestão, existe um receio, principalmente dos professores, com relação a esse discurso:

É muito mais difícil trabalhar no Parque Ararigbóia, esta coisa da comunidade estar aqui dentro da sala da coordenação discutindo as coisas que a gente faz o tempo todo, para muita gente é preocupante. Tem gente que não gosta. Eu me acostumei, e vi que por outro lado as possibilidades de se fazer algo maior são bastante grandes (Entrevista com professora 3).

Tudo é mais complicado, quer fazer uma festa tem que chamar as pessoas e convencê-las de que o que a gente quer é o melhor, às vezes isso cansa. Por outro lado, nada falta aqui, se eu quiser um alfinete pra uma atividade eu consigo (Entrevista com professor 1).

Se compreendermos que os professores lotados no Parque possuem concurso público e conseqüentemente são designados para funções específicas, é possível perceber que no Parque, embora haja todo este sistema ritual descrito, existem conflitos de concepções e conflitos de interesses pessoais no que se relaciona à política pública de esporte e lazer e às expectativas/anseios pessoais. Além dos conflitos relativos ao processo de apropriação 'geográfica' do Parque, outros estão pautados, as narrativas de professores trazidas anteriormente são produto do conflito inerente à articulação entre sociedade civil e sociedade política na gestão da coisa pública. Além destes, o cotidiano da gestão e dos interesses políticos mais amplos se relacionam fortemente com os rituais mais 'conservadores' no Parque.

Ao se pensar o processo de gestão do Parque, é importante compreender que o mesmo não se constitui como uma ilha isolada de um contexto político da cidade e das políticas públicas de esporte e lazer de uma forma geral. Se para explicar como se deu o processo de apropriação e como se constituíram os rituais descritos neste capítulo fiz uso de argumento histórico, penso não ser possível compreender as relações das pessoas com o parque descoladas de lógicas culturais mais amplas como, por exemplo, a sociedade do consumo.

As crenças sobre esporte e lazer, os rituais e as narrativas sobre o sagrado são constantemente colocados em xeque ao se relacionar com o discurso do ministro do esporte, com o jornalismo da Rachel Sheherazade e com o fisiologismo de alguns políticos locais. Ultimamente, tem-se escutado, muitas vezes, a palavra 'legado', principalmente quando se quer justificar os gastos com megaeventos esportivos em nosso país. Acredito que a realidade até aqui descrita nada mais seja do que o legado de mais de 80 anos do investimento de uma cidade em suas políticas de esporte, recreação e lazer. O fato de que em alguns lugares a população é capaz de transformar o mercolazer em lazerania (MASCARENHAS, 2005), mesmo em tempos de imenso incentivo ao consumismo, isso não se deu por acaso, mas é fruto de uma política e não simplesmente da vontade de pessoas bem-intencionadas. Entre outras coisas importantes, é relevante ressaltar que este legado dificilmente pode ser quantificável e gerido através de indicadores tão utilizados na visão gerencialista de gestão pública. A partir dessas reflexões, a 'não recusa etnográfica' se transforma em algo importante, pois é a partir dos significados sociais que podemos perceber, e até mesmo avaliar (para usar uma palavra da moda) o processo de participação nos parques de Porto Alegre como uma tecnologia avançada se comparada a outros modelos implementados por diferentes esferas públicas no país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em épocas de megaeventos esportivos em nosso país e em debates sobre legado esportivo destes, podemos pensar que as práticas realizadas no Parque Ararigbóia são um legado de uma história de investimentos em políticas públicas. Não é do nada que se constrói uma cultura de participação associada a políticas públicas de esporte e lazer. De certa forma, acredito ser possível pensar que este modelo apresenta várias características de um atendimento de qualidade. Por outro lado, vivemos tempos de gestão pública pautada por parâmetros gerenciais<sup>35</sup>. A eficiência o modelo adotado no Parque Ararigbóia pode ser bastante questionada, tendo em vista que possui características que podem ser compreendidas como remanescente dos ideais dos jardins de recreio implantados por Gaelzer, a partir da década de 1920. Irei comparar este modelo com outros do governo federal:

A tabela explica rapidamente essas diferenças<sup>36</sup>, porém penso ser necessário fazer um breve comentário, pois existem ônus que podem parecer despercebidos nessa comparação.

---

<sup>35</sup> Segundo Bresser Pereira (BRASIL, MARE, 1995), o modelo gerencial supera o modelo burocrático, pois passa a se preocupar com o resultado das políticas públicas e não com seus processos. Para esse tipo de gestão pública, é necessário o desenvolvimento de indicadores que representem fidedignamente a eficiência da gestão.

<sup>36</sup> A tabela foi condicionada a partir dos documentos de formulação dos programas.

Tabela 4 - Comparação do modelo do Parque Ararigóia com Programas do Governo Federal

Critério	Parque Ararigóia	Mais Educação/Escola Aberta	Segundo tempo e PELC
Gestão	Comunidade e PMPOA <sup>37</sup> .	Escolas e MEC <sup>38</sup> .	UEx <sup>39</sup> e ME <sup>40</sup> .
Local	Parques, Centros Comunitários e Ginásios públicos mantidos pela SME.	Nas escolas e em outros espaços cedidos a escola (igrejas, CTG, Associações de bairro).	Locais conveniados pelas unidades executoras.
Política de pessoal	Professores de Educação Física concursados.	Trabalhadores Voluntários que recebem ajuda de custo.	Pessoas contratadas precariamente (contrato por tempo determinado ou terceirização de mão de obra ou estagiários),
Remuneração mensal inicial	R\$1.802,10 por 20 horas semanais (edital de concurso 2013).	R\$ 80,00 por turma atendida.	Depende do convênio e da forma de contratação.
Demais benefícios	Plano de carreira, assistência médica e aposentadoria integral.	Nenhum.	Nenhum.
Formação exigida	Graduação em educação Física.	Não existem exigências, indica-se que prioritariamente estudantes de graduação.	Depende da UEx.
Formação Continuada	Semanal e proporcionada pela SME.	Não existe.	No início e no fim do convenio proporcionada por formadores do ME e mensal de responsabilidade das UEx.
Princípio da Política	Universalista.	Focalista.	Focalista.
Relação com comunidade	Cogestão da política.	Estabelecida pela escola.	Protocolar, apenas preenche-se um formulário dizendo qual a entidade que faz controle social do programa.
Continuidade	Permanente.	Convênio renovado ou não anualmente.	Possuem tempo determinado de um a dois anos.

O primeiro deles se dá com relação à gestão. No modelo histórico analisado, existe uma relação diária do executivo na gestão pedagógica e política nas relações com as comunidades. Além de ter custo para a contratação de pessoas para gerir esses programas, existe o envolvimento do proponente da ação. Nos programas federais, o recurso é repassado e não cabe ao gestor nenhuma obrigação, além de fiscalizar e auditar as prestações de contas. As experiências demonstram que os Ministérios possuem capacidade limitada de fiscalização e, além disso, as

<sup>37</sup> Prefeitura Municipal de Porto Alegre

<sup>38</sup> Ministério da Educação – Governo Federal

<sup>39</sup> Unidades executoras podem ser municípios, Estado e Universidades. Até a saída do ministro Orlando Silva, também se realizava convênios com Organizações não governamentais.

<sup>40</sup> Ministério do Esporte.

prestações de contas são auditadas por setores específicos, não exigindo envolvimento político dos gestores tomadores de decisões.

Com relação ao local, no modelo estudado existe um compromisso da prefeitura com a manutenção dos espaços utilizados. Isso demanda investimentos em reformas, ampliações e manutenção permanente. Nos modelos do Governo Federal, não há esse ônus, pois as atividades são realizadas em qualquer espaço cedido. Isso significa que o espaço da atividade não é pensado para tal e é sempre uma adaptação. Além disso, são corriqueiras as mudanças do local das atividades, não proporcionando a criação de vínculo entre usuário e espaços. Muitas vezes, há até que se conviver com uma diferença. Um bom exemplo para isso é uma pessoa judia fazendo atividades em um salão da comunidade árabe.

Sob o ponto de vista profissional, as diferenças são muito grandes, não apenas a salarial, que no quadro é distorcida, pois se o professor tiver pós-graduação, seu salário inicial já passa a quase R\$2.116,00, sendo que o professor possui plano de carreira, segundo o qual seu salário aumenta com o tempo de serviço. Além disso, o plano de carreira apresenta benefícios funcionais que são incomparáveis aos outros modelos. O que fica dessa situação é que os concursos são muito desejados e o nível de conhecimento para se passar nas provas é bastante grande. Com relação à formação exigida, embora a prefeitura de Porto Alegre peça graduação, devido à concorrência, nos concursos, via de regra passam pessoas com doutorado, mestrado ou pelo menos especialização. Isso contrasta com a formação voluntária do programa Mais educação, em que, muitas vezes, quem é o oficineiro de esporte não possui o ensino fundamental completo. Nos programas do Ministério do Esporte há um indicativo para que se contrate pessoas com graduação completa, porém, como não há obrigação por parte do convênio, utiliza-se bastante mão de obra de estagiários.

A compreensão de que a “praça é do povo e de que o esporte é para todos” (Diário de campo 20/11/2011) atravessa todos os momentos do trabalho de campo. A gestão dos benefícios das políticas não acontece em função de quem necessita mais, mas sim em função de como racionalizar o uso coletivo de um bem coletivo. O Parque não vende as falsas ilusões de que o esporte é uma ferramenta para superar as desigualdades sociais, mas sim compreende que o esporte e o lazer são bens culturais e direitos sociais de todos. Essas compreensões acarretam em outro tipo de diálogo com a comunidade, tendo em vista que a função do Parque não é levar

uma novidade a uma população que não possui acesso a intervenção pública. Pelo contrário, a comunidade está familiarizada à vida no parque e o seu uso está mais ligado à noção de fruição do que de salvação.

É aí que se estabelece a principal diferença. As atividades no Parque têm, pelo menos, três décadas de atendimento sem interrupção, enquanto os programas do governo federal estão condicionados ao término do convênio, que ocorre quando finalizam as atividades.

Compreendendo o lazer como um direito social e constitucional, as políticas públicas devem ser proporcionadas à população para que esta tenha acesso ao lazer. Paul Sabatier (2007) sustenta que só é possível compreender os significados de uma política social após um bom tempo de implementação (cerca de cinco anos). Então, como compreender impactos dos programas federais, se eles iniciam e terminam a todo momento? Como a população estabelece vínculos culturais com o atendimento, se em cada momento ele ocorre em um lugar diferente e com profissionais diferentes? Como a comunidade fará a gestão de seus interesses dentro de uma política, se não consegue se envolver com sua gestão? Que tipo de política de lazer dialoga com a manutenção do espírito democrático no país? Até que ponto a implementação de um programa desses não é um processo de aculturação?

Essas questões apontam para a precariedade que as políticas públicas de esporte e lazer apresentam, quando analisadas em larga escala. O modelo que analiso nesta tese mostra, comparativamente, um custo alto por alunos, pois são computados nos programas federais ônus relacionados à efetivação plena de uma política. Há necessidade de implementação dos programas, mas ao mesmo tempo, há necessidade de se mostrar resultados. A supervalorização de dados de quantidade de atendimentos está relacionada ao processo de alargamento horizontal do Estado (FORELL, STIGGER, no prelo), em que este está mais preocupado em demonstrar que os programas atingem uma quantidade grande de pessoas do que em adequação pedagógica e cultural, da mão de obra e das estruturas. Como a população não está acostumada com este tipo de atendimento, geralmente não há reclamações, pois não está estabelecida culturalmente a importância da política de esporte e lazer. Essa política é compreendida pela população como uma dádiva e não um direito.

Ainda com relação aos programas federais, penso que, embora todos eles façam ressalvas à necessidade de flexibilização das propostas em virtude das demandas regionais, estes por sua vez vêm formatados de cima para baixo, não há possibilidade real de um usuário do PELC ou do Segundo Tempo questionar a formatação do programa, ou mesmo de discutir perfil docente. Não há espaço para construção da participação das pessoas nos processos de gestão. Penso que dada as peculiaridades do lazer, essas políticas deveriam ser de encargo dos municípios, pois estes estão embebidos das lógicas culturais locais e particulares.

Embora a primeira Conferência Nacional do Esporte tenha discutido a necessidade de implementação de um sistema nacional e a segunda tenha avançado no sentido de necessidade de financiamento, o que se tem visto é que o esporte de rendimento, e em especial os clubes de futebol, vem recebendo incentivos governamentais, através de repasses, através de isenção de impostos ou ainda favorecidos por recursos oriundos de loterias. Esta realidade é, a meu ver, contraditória com o inciso II do artigo 217 da Constituição Federal que diz: “II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento” (BRASIL, 1988). Ao contrário disso, o que há é uma regularidade no financiamento do alto rendimento em detrimento do esporte educacional e de lazer, que são atingidos por programas enlatados e precários e com a gestão centralizadora, que não se preocupa com o processo, mas sim com resultados.

Para finalizar este debate, na terceira Conferência Nacional do Esporte apontou-se para a universalização do PELC. Sob meu ponto de vista, isto é uma violência com políticas instituídas localmente há muito tempo, como por exemplo, as práticas estudadas no Parque Araribóia. A meu ver, o necessário é a criação de um fundo de manutenção dessas políticas, tendo em vista que, para sustentar-se uma política, é preciso financiamento. Este trabalho procura demonstrar que não é a partir de voluntariado nem de algo imposto que se constrói uma política pública de qualidade, é, sim, a partir da cogestão, da participação e da qualificação das atividades relacionadas às políticas públicas.

Procurei discutir sobre temáticas que julgava importantes para o campo de estudos em políticas públicas de esporte e lazer. Preocupe-me em tentar descrever e compreender o fenômeno da participação em uma realidade empírica já existente. Penso que boa parte da produção no campo apresenta um caráter prescritivo, no

sentido de 'como a política deve ser'. O que fiz foi pautar meu olhar sob outro ponto de vista, ou seja, como vem sendo uma experiência que tem várias narrativas positivas externas ao campo. Complementarmente, isso não quer dizer falta de posicionamento político, mas sim reiterar a posição epistemológica, a partir da qual os significados sociais devem ser compreendidos pelo ponto de vista das pessoas que os significam.

Um dos pontos que é possível afirmar, a partir deste trabalho, é que as teorias de como deve ser a política de lazer são insuficientes para compreender o universo empírico. A noção de animação cultural coloca a população como objeto de intervenção, constituindo, a meu ver, um papel muito passivo da comunidade em relação ao animador, mesmo que este seja oriundo da mesma. Isso é completamente refutado pelo fenômeno observado. Com relação à noção de lazerania, desenvolvida por Mascarenhas, o universo empírico aponta que, embora as grandes lógicas macrossociais tenham a tendência de homogeneização das práticas de lazer, este se faz de forma heterogênea e localizada. As críticas de Stigger (2002) sobre a compreensão do esporte como algo heterogêneo se ratificam nesta tese, em que, do ponto de vista local, as políticas públicas de esporte e lazer também se constituem de forma heterogênea.

O processo de protagonismo vivenciado e descrito aponta para uma dimensão cidadã, mas não necessariamente está relacionada à subversão do sistema capitalista. Em alguns momentos, ela é pluralista, em função de um grande processo de disputa, e em outros momentos, ela é deliberativa, constituída a partir de um longo processo de debate.

Em minhas buscas teóricas sobre alguns conceitos como democracia, participação, *welfare state* e cidadania, percebi que boa parte da produção no campo utilizam-nos como algo dado. Procurei compreender, ao longo de meu processo de doutoramento, que existe debate sobre estes temas e, na análise do empírico, evidenciar as controvérsias, as diferenças. Estas são importantes para se ter uma análise mais refinada das questões descritas.

De certa forma, há uma grande insatisfação, por minha parte, sobre o déficit da quantidade de tempo disponível em relação à quantidade de tempo necessária para compreender as formulações teóricas debatidas no mundo acadêmico em suas minúcias. Mas, uma das coisas a que o doutorado nos obriga é fazer escolhas.

Estudei teóricos, li pesquisas, escrevi, textos (muitos deles jogados na lixeira, depois de uma revisão crítica), e me deparei com a necessidade de fazer opções para compreender aquela empiria que estava pesquisando. Penso que o momento decisivo se deu quando estava estudando as teorias de rituais e por um imponderável, precisei reler um artigo redigido pela professora Rosane Molina, em que ela aponta:

Essa dimensão reflete a repercussão das políticas do CECOVE<sup>41</sup> nos aspectos relativos à dinâmica própria da comunidade investigada. De todos os aspectos mencionados nas entrevistas realizadas, destaco: 1. O reconhecimento do CECOVE como lugar de **produção de símbolos** e de **realização de rituais** que conferiram a essa comunidade importantes **identidades coletivas**: Os que freqüentam o CECOVE [...], os que **participam democraticamente** nos grupos de atividade [...], os que fazem isto, como eu, desde o início [...], somos uns quantos [...], temos a sensação de que **o CECOVE é nosso**, [...], construímos uma imagem do CECOVE para toda a comunidade [...], inclusive, tenho certeza, os moradores que não participam muito diretamente daqui, sentem que **o CECOVE os representa** também [...]. Por ocasião das festas de carnaval, saímos pelas ruas com a bandeira do CECOVE [...], as pessoas saem para a rua para aplaudir [...], somos um grupo que organizamos **isto faz anos**, mas se não fizéssemos [...], todos se surpreenderiam. (Julio, março de 1995) (MOLINA, 2004; p.28. grifos meus).

Esta citação fala de tudo que a tese aponta como significativo no Parque Ararigbóia, fala de historicidade, fala de participação, fala de representação, fala de pertencimento, fala de democracia, fala de símbolos e fala de rituais. Dito isso, é possível dizer que não há nada de novo na tese do ponto de vista da temática, o que procurei foi dar a estas temáticas um olhar mais denso. Além disso, o texto possui fragilidades, pois, não tive envolvimento orgânico e epidérmico com todos estes movimentos políticos e sociais produzidos por protagonistas que foram produtores de sua história e da história de seu lugar. O olhar etnográfico procura resgatar estes movimentos por dentro, a partir dos significados produzidos por pessoas que doaram suas vidas em prol da coletividade. Aqui não estou falando em mudança como algo idealizado, planejado e almejado, estou falando em mudanças produzidas a partir de pessoas reais que fizeram escolhas em suas vidas e que ajudaram a produzir outro tipo de lazer que não é nem o do mercado nem o da revolução, mas, com certeza, é um lazer coletivo. Retomando Kertzer, (2001; p.117) os rituais

---

<sup>41</sup> Centro de Comunidade Vila Elizabeth

possuem algumas características como: “o poder de representar grupos políticos; de fornecer legitimidade; de construir solidariedade; e de modelar as percepções da realidade política das pessoas”.

Todas estas características fazem parte do mundo da política, e fazem parte também de outros mundos como, por exemplo, do mundo acadêmico de produção do conhecimento. Penso que uma das pistas que este trabalho pode apontar é para a dimensão ritual da produção científica, mas isso é assunto de outras pesquisas.

Outro debate bastante importante é a compreensão de que o esporte e o lazer são elementos sociais multifacetados e que uma de suas dimensões é a religiosa, em que o mesmo constitui-se como algo sagrado. Não estou querendo dizer que ele não tenha dimensão de consumo, de sociabilidade, de aprendizagem, de ascensão social e de tantas outras que poderia elencar. O que gostaria de afirmar é que a aceitação, em determinados momentos, dos fatos esportivos como sagrados acarreta na mobilização de pessoas, de recursos e do Estado para agir.

Um bom exemplo disso são as argumentações de políticos e de repartições estatais responsáveis por políticas de esporte e lazer. Mesmo com a academia fazendo uma crítica histórica ao olhar salvacionista do esporte, os argumentos sagrados continuam presentes no imaginário. Para exemplificar esses argumentos, poderia citar alguns chavões como, por exemplo: ‘o esporte molda o moral da criança’, ‘o esporte torna a pessoa cidadã’, ‘o esporte afasta da rua e da violência’, e ‘o esporte retira o indivíduo do contato com as drogas’.

Para que uma crítica a um símbolo sagrado tenha eco na sociedade, ela não pode ser feita apenas com argumentos racionais, como por exemplo, fazem os pesquisadores que criticam a visão salvacionista do esporte. Um símbolo sagrado só é superado a partir da sua desconstituição sob o ponto de vista simbólico. O que vemos cada vez mais, em meios de comunicação e em discursos de professores de Educação Física, é a reiteração sistemática da dimensão sagrada do esporte, esta se dá de duas formas: uma forma transcendente e outra imanente.

A dimensão transcendente do esporte se dá a partir do culto a mitos, como o do ideal olímpico, ou da aptidão física, da beleza estética e da transposição cognitiva entre prática esportiva e formação integral. O grande produto da dimensão transcendente é criar narrativas de legitimidade relacionando o esporte a outras grandes verdades constituídas culturalmente.

Já a dimensão imanente do esporte se caracteriza com a repetição, cada vez mais presente, de exemplos de pessoas que, presumidamente através do esporte, tiveram a oportunidade de se beneficiar dos valores transcendentais, tendo tido oportunizado algum tipo de sucesso. Este tipo de narrativa tem exatamente o mesmo mecanismo de funcionamento que o milagre possui na religião. O milagre é a prova de que os valores transcendentais existem.

Levando em conta que o objetivo de um político não é agradar a academia, mas sim de construir políticas que lhe proporcionem o reconhecimento de quem lhes representa, para mim fica claro que a utilização do discurso do esporte como sagrado por parte dos políticos é uma resposta aos anseios da população média e de suas representações sobre o mesmo. De certa forma, esse debate retoma os anseios iniciais desta pesquisa, quando as grandes preocupações se ocupavam em compreender as relações entre o Estado e a Sociedade. Nessa dinâmica, fica muito claro que o poder não está concentrado no Estado.

Por outro lado, não é possível ser ingênuo e esquecer que este universo simbólico está cercado de interesses de todas as ordens, sejam eles econômicos, sejam hegemônicos e revolucionários. O que está em questão aqui é que todos esses interesses precisam fazer parte de um jogo simbólico, no qual o argumento de lógica religiosa tem grande capacidade de constituição consensos.

Tenho consciência que este debate sobre a dimensão religiosa e sagrada do esporte é bastante controverso, sei também que não é o objeto da tese. Penso que um dos primeiros movimentos acadêmicos que farei depois deste doutoramento será retomar esta discussão, mas concluo que a tese proporcionou esta dúvida, que fica aqui registrada como inquietação. A esta inquietação soma-se a necessidade de um diálogo maior com as teorias prescritivas de políticas de lazer, porém a necessidade de responder ao objeto me fez ter dificuldade de realizar esta crítica mais detalhadamente.

A estrutura da tese possui uma formulação relativamente simples, pois procura, em um primeiro momento, descrever e analisar o processo de construção de participação da comunidade e, em um segundo momento, compreender os mecanismos de manutenção destas práticas sociais. O esforço de pesquisa empenhado foi constituído a partir de muitas inquietações, talvez a maior dificuldade em escrever a tese tenha se dado pela dificuldade de acomodar e organizar todas essas inquietações. A necessidade de dar respostas e de produzir algo que pudesse

gerar algum debate sempre foram preocupações. Estas se constituíram por dois grandes desafios: o primeiro relacionado ao respeito e admiração que tenho pelas pessoas que, ao longo dos anos, vêm discutindo temas tão importantes para a sociedade, e o segundo, constituído por minhas dificuldades de todas as ordens e que se materializaram nesta tese, para a qual empreendi grande esforço e dedicação.

\*\*\*

O oceano é muito grande e o esquife é pequeno e difícil de ver -- comentou o velho. E notou como era agradável ter com quem falar, em vez de falar só consigo e com o mar. -- Senti a tua falta -- disse ao rapaz. -- Que apanhaste? (Ernest Hemingway, em "O Velho e o Mar").

O sentimento de fazer etnografia é exatamente este, ou seja, o mar é muito grande e o esquife é muito pequeno. Já havia presenciado esse sentimento de incompletude por parte de outros pesquisadores que haviam feito etnografias e sempre o achava descabido, levando em conta os elementos que os mesmos apresentavam. Este sentimento tem me acompanhado ao final da redação da tese, às vezes a vontade é de estar iniciando hoje, em outros momentos, o sentimento é de que já devia ter terminado há um bom tempo. As pessoas falam que um relatório de pesquisa se dá em uma interrupção de um processo, o que tenho vivenciado é justamente isso.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÉLÈS, Marc & JEUDY, Henri-Pierre. "Introduction". In: \_\_\_\_\_. **Anthropologie du politique**. Paris, Armand Colin/Masson, 1997, p. 247-271.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado**. vol.15 no.2 Brasília jun./dez. 2000.

ALMEIDA, Tais. **Fortes, aguerridas e femininas: olhar etnográfico sobre as mulheres praticantes de rugby em um clube de Porto Alegre**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

AMARAL (2003), Silvia Cristina Pereira. **Políticas públicas de lazer e participação Cidadã: Entendendo o Caso de Porto Alegre**. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-graduação em Educação Física da universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; PEREIRA, Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, setembro 2009.

AVRITZER, L. **Moralidade da democracia. Ensaios em teoria Habermasiana e teoria democrática**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

ARATO, A. Representação e soberania popular e accountability. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, CEDEC, n. 55/56, p. 85-103, 2002.

BATISTA, Maria da Conceição Araújo. A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esportes e lazer no governo do Estado de Pernambuco – 1999-2001: analisando o projeto “Idosos em Movimento”. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 27-48, setembro/dezembro de 2005.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”. Política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro, Relume & Dumará, 1999, p. 9-30 e 255-265.

BIRMAN, Patricia. **Fronteiras espirituais e fronteiras nacionais: o combate às seitas na França**. *Mana* vol.11 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2005.

BRACHT, Valter. Educação Física e Esporte: intervenção e conhecimento. **Revista da educação física/UEM** 10(1):95-100, 1999.

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília. 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. [1. ed.] São Paulo, SP: Papyrus, 1997

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTELAN, Lia Polegato. **As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer Do Governo Lula (2003-2010)** Dissertação de mestrado defendida no Programa de pós-graduação em Educação Física da Unicamp. Campinas, 2011. Orientador: Lino Castellani Filho.

CASTRO, J. P. M. E. **Invenção da juventude violenta Análise da elaboração de uma política pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2009.

CHAKRABARTY, Dipesh. Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for 'Indian' Pasts? In: PADMINI, Mongia. **Contemporary Postcolonial Theory: Reader**. Delhi: Oxford University Press: 1997.

CLIFFORD, James. Sobre autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: A contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 21 Nº. 60 p. 117-134, 2006.

CUNHA, Maria Luisa. **As práticas Corporais e Esportiva na Praças e Parques Públicos de Porto Alegre (1920 – 1940)**. Dissertação de mestrado em Ciências do Movimento Humano - UFRGS, 2009. Orientadora Janice Mazo.

DECERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. **Lua Nova**. vol. 24: 85-116. 1995.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. In: **Lua nova**:nº49, 2000. 47-68.

FEDOZZI, Luciano. **Cidadania e Cultura Política. Doze anos de governo participativo em Porto Alegre (1989-2000)**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2002. Orientadora: Eva Machado Barbosa Samios.

FEDOZZI, Luciano; **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre: análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

FEDOZZI, Luciano; MARTINS, André Luis Borges; NOGUEIRA, Fernando; CORRÊA, Gilson Pianta César; PONTES, João; CRUZ, Milton; BORBA, Sheila. Participação, cultura política e cidades. **Sociologias**, vol.14, nº 30, Porto Alegre, maio/ago. 2012.

FEIX, Eneida. **Lazer na cidade de Porto Alegre do início do Século XX: a institucionalização da recreação pública.** Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

FONSECA, Cláudia. Classe e a recusa etnográfica In FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (orgs). **Etnografias da participação** (org. por). Santa Cruz do Sul: EDUNISC:2006.

FORELL, Leandro e Rampazo, Marcelo. O OLHAR SOCIOCULTURAL: POSSIBILIDADES TEÓRICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER. In **Anais VI Congresso Sul Brasileiro de Ciências do Esporte “Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”**. Rio Grande: Setembro, 2012.

FORELL, Leandro; Stigger, Marco Paulo. Trabalho Voluntário em Políticas Públicas Sociais de Esporte e Lazer: uma análise a partir de casos do Programa Escola Aberta. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, no prelo.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Negara, o Estado teatro no século XIX.** Rio de Janeiro, DIFEL, 1991

GONZÁLEZ, F. J; FENSTERSEIFER, P. E. Entre o "não mais" e o "ainda não": pensando saídas do não-lugar da EF escolar I. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 1, p. 9-24, 2009.

GLUCKMANN, Max. "Análise de uma situação social na Zuludândia Moderna". In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo, Global, 1987, p. 227-267.

GOMES, Fernanda da Silva. **Rousseau – democracia e representação**. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2006. Orientador: Selvino Assmann.

HÚNGARO, E. M.; OLIVEIRA, Bruno Assis de; CUSTÓDIO, Mariana Lopes; DAMASCENO, L. G. Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In: Edson Marcelo Hungaro; Wilson Luiz Lino de Sousa. (Org.). **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. 1ed.Santo André: Alpharrabio, 2009, v. 1, p. 93-124.

INGRAM, Helen; Anne L. SCHNEIDER; e Peter DELEON. Social construction and policy design. In: Paul A. Sabatier (Org), **Theories of the policy process**, Cambridge MA: Westview Press, 2007. p. 93-126.

KERTZER, David. "Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano". **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, 2001, p. 15-36.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 4ª. ed. Ijuí: Unijuí, 2001.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 22, p. 163-167, 2007.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

LATOUR, Bruno. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico. Rio de Janeiro: **História, ciências, saúde — Manguinhos**, vol. II, nº 1, pp. 7-26, março-junho de 1995

LAZZARI, André. **A heterogeneidade de significados da prática futebolística num programa social esportivo: possibilidades de articulações e de sustentação do programa**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciências do movimento Humano da Universidade federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

LANDÉ, Carl H. "Introduction. The dyadic basis of clientelism". In: SCHIMIDT, Steffen W. et alii. **Friends, followers and factions: a reader**. Berkeley, University of Carlifornia Press, 1977, p. fouxXIII-XXXVII.

LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas Políticos da alta Birmânia: um estudo etnográfico da estrutura social Kachin**. São Paulo: Edusp, 1996

LIÁO Junior, Roberto. **Hegemonia e Contra-hegemonia na Construção de Políticas de Esporte e Lazer: a Experiência do Consórcio Brasília**. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em educação física da Unicamp. Campinas, 2013. Orientador: Dr. Lino Castellani Filho.

LORIS, Fabiana. **Com os olhos no futuro: urbanização e modernidade no projeto editorial da Revista do Globo (1929–1935)**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2003.

LUBENOW, J. A.. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos (online, print). **Kriterion** (UFMG. Impresso), v. 121, p. 227-258, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo, EPU: 1986.

MACIEL, M. E. Churrasco à gaúcha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre S, v. Ano 1, n.4, 1986, p. 34-48, 1996

MAGNANI, José Guilherme C.. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 17, n. 49. São Paulo: jun. 2002.

MARIN, Elizara Carolina; RIBAS João Francisco Magno; PARLEBAS Pierre; STEIN Fernanda; CRESTAN Alini de Vargas. **Jogos tradicionais no Estado do Rio Grande do Sul: manifestação pulsante e silenciada**. Movimento, Porto Alegre, v. 18, n. 03, p. 73-94, jul/set de 2012.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155-182, setembro/dezembro de 2005.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nasif:2003.

MARTINS, Mariane Goettert. **Veteranos do Ararigbóia: 50 anos de história**. Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Educação Física da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2014.

MATTOS, Laura Valladão. A posição de J. S. **Mill em relação ao Estado: os casos das sociedades ‘civilizadas’ e das sociedades ‘atrasadas’**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 135-155, abr. 2008.

MAZO, Janice; GAYA, Adroaldo. As associações desportivas em Porto Alegre (Brasil): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. Porto, v.6, nº 2, p. 205 -216, 2006.

MEAD, Lawrence. The new politics of the new poverty. In **The welfare state reader**. Edited by Francis G. Castles and Christopher Pierson. Cambridge: Polity Press. 2000.

MELO, Marcelo de Paula. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UNICAMP. Campinas, SP: [s. n.], 2000. Orientador: Ademir Gebara.

MEZZADRI, Fernando Marinho; STAREPRAVO, Fernando Augusto; BASSO, Daniel; GUIMARÃES, Luisiana; REIS, Robson Privado dos. Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do estado do Paraná. In: Fernando Marinho Mezzadri; Fernando Renato Cavichioli; Doralice Lange de Souza. (Org.). **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. 1ed. Jundiaí: Fontoura, 2006, v. , p. 43-60.

MILL, John Stuart. **Considerations on Representative Government**. Ebook retirado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu005669.pdf> acessado em 24/08/2014.

MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. A participação cidadã nos marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos O caso do Projeto Centro de Comunidade, na cidade de Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.11-37, maio/agosto de 2004.

MOREIRA, Sueli Aparecida. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. **Cienc. Cult.** vol.62, no.4, São Paulo, Oct.2010.

MORO, Luize. **Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados as brincadeiras infantis**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2012.

MYSKIW, Mauro. **Nas Controvérsias da Várzea. Trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS: Porto Alegre, 2012. Orientador Marco Paulo Stigger.

ORTNER, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60. *Mana*, vol 17, nº2, Rio de Janeiro: agosto de 2011.

PACHECO, Ariane Correa. **É lazer, tudo bem, mas é serio: o cotidiano de uma equipe master feminina de voleibol**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS: Porto Alegre, 2012. Orientador: Marco Paulo Stigger.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEIRANO, Mariza. Max Weber e a antropologia. Micro-etnografia e macrosociologia: religião e política nas histórias teóricas das ciências sociais. In: SOUZA, Jessé. (Org.). **A Atualidade de Weber**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000, v. , p. 95-104.

PEIRANO, Mariza. **Rituais Ontem e Hoje. Rio de Janeiro**. Jorge Zahar Editora, 2003.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. Preface. In. FORTES, M e EVANS-PRITTCHARD. **African Political Systems**. Oxford University Press: London, 1950.  
<https://archive.org/stream/africanpolitical00fort#page/n7/mode/2up>

ROBBINS, Joel. Transcendência e antropologia do Cristianismo: linguagem, mudança e Individualismo. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 31(1): 11-31, 2011

RECHIA, Simone. **Parques Públicos de Curitiba: A relação cidade-Natureza nas Experiências de Lazer**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UNICAMP. Campinas, 2003.

ROUSSEAU. Jean Jaques. **Do Contrato Social**. Ebook disponível em: [www.jahr.org](http://www.jahr.org)

RUBIO, Katia, Tradição, família e prática esportiva: a cultura japonesa e o beisebol no Brasil. **Movimento** - Ano VI - Nº 12 - 2000/1

ROUSE, Roger. "Mexican migration and the social space of postmodernism". In: INDA, Jonathan Xavier and ROSALDO, Renato (Ed.). *The Anthropology of Globalization. A reader*. Oxford, Blackwell, 2002, p. 157-171.

SABATIER, Paul A. e Christopher M. WEIBLE. The advocacy coalition framework: innovation and clarifications. In: Paul A. Sabatier (Org), **Theories of the policy process**. Cambridge, MA: Westview Press. 2007. p. 189-220.

SHAFF, Ismael Antonio Bacelar. **Formação permanente e suas relações com a prática do professor de educação física na Secretaria Municipal de Esportes Recreação e Lazer de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3a ed. 2005.

SANTOS, Hamilton. **A democratização do Esporte e do Lazer em Porto Alegre:** um estudo das políticas públicas do período 1989 a 2000. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS. Porto Alegre 2003.

SILVA, Débora Bernardo da. **O planejamento urbano e a administração popular de Porto Alegre:** discursos e práticas. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. Porto Alegre, 2004.

SILVEIRA, Raquel. **Esporte, homossexualidade e amizade: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino.** Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS: Porto Alegre, 2008. Orientador: Marco Paulo Stigger.

SAOUTER, Anne. A Mamãe e a prostituta: Os homens as mulheres e o Rugby. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 37-52, maio/agosto de 2003

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Eustáquia Salvadora; NORONHA, Vânia; RIBEIRO, Carla Andréa; TEIXEIRA, Daniel Marangon Duffles; FERNANDES, Duval Magalhães; VENÂNCIO, Maria Aparecida Dias. **Sistema de avaliação e Monitoramento dos Programas Esporte e Lazer na Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte.** Belo Horizonte: Lutador, 2010.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. **O malandro e o protestante.** Brasília: Ed. UnB. 1999, p. 17-54

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico**. Tese de Doutorado defendida no Programa de pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2011.

STEIL, C. A.. Eleições, voto e instituição religiosa. **Debates do NER** (UFRGS), Porto Alegre, v. 2, n.3, p. 73-85, 2001.

STEIL, C. A.. O protestantismo avança ou catolicismo se enfraquece? **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, p. 2 - 2, 01 dez. 2007.

STIGGER, Marco Paulo. **Administração de Parques Públicos e Democracia: um estudo de caso na área de políticas públicas para o lazer numa perspectiva democrática**. Dissertação de Mestrado em Educação Física. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1992.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, Lazer e Estilos de Vida – Um Estudo Etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.

STIGGER, Marco Paulo; TRENTINI, Edson Bertuol; FREITAS, Maitê Venuto de. Parques Públicos, Sociabilidades Urbanas e Políticas de Lazer. *In* FRAGA, Alex Branco; MAZO, Janice Zarpellon, STIGGER, Marco Paulo, GOELLNER, Silvana Vilodre. **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos** – Porto Alegre: Gênese, 2009.

TSCHOKE, Aline e RECHIA, Simone. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 263-280, abr./jun. 2012

THOMASSIM, Luís Eduardo Cunha. **O “PÚBLICO-ALVO” NOS BASTIDORES DA POLÍTICA: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos**. Tese de doutorado mestrado

apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciências do movimento Humano da Universidade federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar perspectiva da Experiência**. São Paulo Difel, 1983.

TURNER, Victor. Paradigmas religiosos e a ação: ThomasBecket no concílio de Northmptom. In TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas: Ação Simbólica na sociedade Humana**. Niterói: UFF, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERONEZ, Luiz Fernando Carvalho. **Quando o Estado joga a favor do Privado: As políticas de esporte após a Constituição de 1988**. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP: Campinas, 2005.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: \_\_\_\_\_ **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papirus Editora, 1998, p. 129 – 145.

WEBER, Max. **A ética protestante e o Espírito do capitalismo**. Ebook disponível em [http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/aeticaprotestanteeeoespiritodocapitalismo\\_max\\_weber.pdf](http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/aeticaprotestanteeeoespiritodocapitalismo_max_weber.pdf) acesso: 28/08/2014.

WEISS, Raquel Andrade. Efervescência, Dinamogenia e a Ontogênese Social Do Sagrado. **Mana** 19(1): 157-179, 2013

WENETZ, Ileana. **Presente nas aulas ausentes nas ruas: brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e a sexualidade**. Tese de Doutorado em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS. Orientador: Marco Paulo Stigger, 2012.

ZAHARIADIS, Nikolaos. The multiple streams framework: structure, limitations, prospects. In: Paul A. Sabatier (Org). **Theories of the policy process**. Cambridge, MA: Westview Press, 2007. p. 65-92.

## 7. APÊNDICES

## Apêndice 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Através deste você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Se desejar maior informação, pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo telefone (051) 33083738.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: O Protagonismo das Comunidades na Relação com as Políticas Públicas de Esporte e Lazer Desenvolvidas em Praças/parques de Porto Alegre.

Pesquisador responsável: Leandro Forell.

Telefone de Contato: (51) 33085853

Orientador: Prof. Dr. Marco Paulo Stigger.

- O Objetivo da pesquisa é “De que forma se estabelece o protagonismo das pessoas e/ou grupos sociais com relação as diferentes esferas do Estado nas políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas nas praças/parques da cidade de Porto Alegre?”
- A participação na pesquisa não o(a) expõe a nenhum tipo de risco e/ou prejuízo.
- A participação constituir-se-á de uma ou mais entrevistas que serão transcritas e posteriormente devolvidas para que você possa retirar, acrescentar ou trocar qualquer uma de suas falas. Será marcada em local previamente combinado, sendo possível que você desista da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo algum.
- Garantimos o segredo de todas as informações fornecidas e asseguramos que as mesmas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos. Você também tem garantia de poder retirar o consentimento a qualquer momento.

Nome \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_ do  
Pesquisador: \_\_\_\_\_

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO COLABORADOR DA PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo O PROTAGONISMO DAS COMUNIDADES NA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DESENVOLVIDAS EM PRAÇAS/PARQUES DE PORTO ALEGRE, como sujeito colaborador. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador Leandro Forell sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer sanção.

Nome e assinatura do sujeito colaborador entrevistado: \_\_\_\_\_

Data e Local: \_\_\_\_\_

## Apêndice 2 – GUIA DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1 - Identificação: nome, idade escolarização
- 2 – Qual é sua relação com o bairro?
- 3 – Há Quanto tempo frequentas o Parque?
- 4 – Porque começaste a frequentar o Parque? (intervir sobre questões relacionadas a interesses e juízos de valor)
- 5 - Tens frequência rotineira ou eventual?
- 6 – Deixaste de frequentar em algum momento? (motivos)
- 7 – Participas das atividades do Parque? Em quais atividades?
- 8 – Além de atividades de lazer? Te envolve com o que mais no parque?
- 9 – Participas das decisões relacionadas ao parque? (Como? Quando?)
- 10 – O que tu pensas no trabalho da prefeitura em relação ao esporte e ao lazer?
- 11 – e sobre o trabalho da prefeitura aqui no Parque Ararigbóia?
- 12 – As demandas que você acha importantes em relação ao Ararigbóia são atendidas pela prefeitura? Até que ponto?
- 13 –A comunidade tem alguma participação no atendimento destas demandas? Como isso acontece?
- 14 - Você tem alguma lembrança marcante da sua vivencia no parque? Pode me contar? (intervir se o assunto desviar da participação)
- 15 – O que significa participar das atividades no parque?
- 16 – Gostaria de falar mais alguma coisa sobre a tua vida aqui no parque?